



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXV - Nº 006 - QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

** Senadora* **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

* A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878/09, aprovado no dia 15-7-09, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14-7-09.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 9 DE MARÇO DE 2010	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras da 9ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz....	00802
1.2.1 – Execução da música “Fascinação”, pela cantora Rosemaria Alves dos Santos.	
1.2.2 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Michel Temer)	
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
1.2.4 – Oradores	
Deputada Alice Portugal	00805
Senadora Serlys Slhessarenko	00807
Ministra Dilma Rousseff	00809
Deputada Elcione Barbalho	00813
Senador Marco Maciel	00815
Deputada Vanessa Grazziotin	00817
Senadora Marisa Serrano	00820
Deputada Cida Diogo	00822
Deputada Janete Rocha Pietá	00822
Senador Inácio Arruda	00826
Deputada Janete Capiberibe	00827
Senadora Marina Silva	00829
Deputada Sueli Vidigal	00831
Senadora Lúcia Vânia	00832
Sra. Leci Brandão da Silva	00834
Deputada Rita Camata	00836
Deputado Simão Sessin	00839
Senadora Fátima Cleide	00841
Senador Valdir Raupp	00843
Deputado Antonio Chamariz	00844

Senador Roberto Cavalcanti	00845
Deputado Marcelo Ortiz	00846
Senador Antônio Carlos Valadares	00847
Senadora Rosalba Ciarlini	00849
Senador Jefferson Praia	00850
Senador Mão Santa	00853
Senador Cristovam Buarque	00854
Senador Marconi Perillo	00855
Senador João Ribeiro	00856
Senador Heráclito Fortes	00857
Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00858
Senadora Maria do Carmo Alves (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00859
Senador Renan Calheiros (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00860
Deputado Eduardo Sciarra (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00862
Senador Paulo Paim (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00863
Senador Acir Gurgacz (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00865
Senador Romeu Tuma (art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal)	00867
1.3 – ENCERRAMENTO	
CONGRESSO NACIONAL	
2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 5ª Sessão Conjunta (Solene), 9 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney e das Sras. Serys Slhessarenko, Alice Portugal, Cida Diogo e Rosalba Ciarlini.

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 25 minutos e encerra-se às 15 horas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço aos presentes que ocupem seus lugares.

Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da nona premiação do Diploma de Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Convido a compor a Mesa a Senadora Serys Slhessarenko; a Deputada Alice Portugal, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara; Senador Marco Maciel, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Está presidindo comigo esta sessão o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer.

E temos a honra de ver compondo esta Mesa a Ministra Dilma Rousseff.

Esta sessão se realiza por solicitação do Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Senador Marco Maciel, e por promoção das Bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, coordenadas respectivamente pela Deputada Alice Portugal e pela Senadora Serys Slhessarenko.

Anuncio as premiadas na nona edição do Diploma Mulher-Cidadã: a Sr Andréa Maciel Pachá (*Palmas.*); a Sra. Clara Steinberg (*Palmas.*); a Sra. Cleuza Pereira do Nascimento (*Palmas.*); a Sra. Leci Brandão da Silva (*Palmas.*); a Sra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda (*Palmas.*);

Será homenageada *in memoriam* a Sra. Fani Lerner (*Palmas.*), representada nesta solenidade por sua filha Ilana Lerner.

Está presente o Sr. Jaime Lerner, viúvo da Sra. Fani Lerner. Eu o convido para compor a Mesa.

Receberá a homenagem especial a Sra. Maria Lygia de Borges Garcia.

Vamos ouvir agora a música *Fascinação*, pela cantora e intérprete Rosemaria Santos, integrante do grupo Damas de Ouro.

(Execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Vamos ouvir, agora, o pronunciamento do Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, em nome de quem saúdo todos os Srs. Senadores e Deputados. E tomo a liberdade, em nome da eminente Ministra Dilma Rousseff, de saudar as mulheres deste Plenário e do Brasil.

Eu quero dizer, senhoras e senhores, em brevíssimas palavras, que nós temos, ao longo do tempo, repetido anualmente a solenidade de homenagem à mulher. Não digo apenas a mulher brasileira, mas a mulher genericamente considerada.

Claro que, em toda ocasião em que fazemos esta homenagem, eu pelo menos costumo rememorar uma ou algumas das lutas das mulheres no mundo.

Ainda há poucos dias eu revia a história do 8 de março, que se deu em função de uma reivindicação das mulheres que trabalhavam dezesseis horas por dia e pleiteavam, lideradas por algumas, uma pequena redução na jornada de trabalho. A consequência foi que os patrões as encerraram num barracão e o incendiaram.

Com isso quero significar que os primeiros momentos da luta da mulher pela busca da igualdade foi de muito sacrifício, de derramamento de sangue, coisa extremamente agressiva, conforme estou relatando. Mas a mulher não desistiu, não se intimidou e, ao longo do tempo, foi procurando novos espaços.

Sempre recordo, aqui no Brasil, com certo pudor cívico, que a mulher só conseguiu participar do processo eleitoral a partir de 1932, embora a independência tenha se dado muitíssimos anos antes. Mas o fato é que as postulações da mulher, às quais se somaram os homens – quantos e quantos homens se somaram

a esse trabalho! – vêm dando os melhores frutos e os melhores resultados.

Aqui no Congresso Nacional, tanto o Presidente José Sarney quanto eu, na Câmara dos Deputados, procuramos sempre dar uma participação à mulher, não porque ela postule, mas porque é seu direito. Nós temos lá o Colégio de Líderes – e está aqui a Deputada Alice Portugal, que representa a bancada feminina no Colégio de Líderes, que é o corpo funcional da Câmara dos Deputados e que estabelece a pauta dos trabalhos legislativos. Criamos uma Procuradoria Parlamentar da Mulher, que está sob o comando da Deputada Solange, Procuradora da Mulher.

E, entre hoje e amanhã, em homenagem à Semana Internacional da Mulher, nós estamos todos, Deputadas e Deputados, desejosos de dar um passo muito significativo na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional e para a mulher brasileira, que é precisamente aprovarmos ou tentarmos aprovar a proposta de emenda à Constituição de autoria da Deputada Luiza Erundina, que está aqui presente (*palmas.*), que visa a colocar, pelo menos, uma mulher – mas o objetivo é colocar os dois gêneros – na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Vamos ter a obrigatoriedade de ter, pelo menos, uma mulher porque podem as coisas evoluírem de tal maneira que talvez, um dia, seja necessário colocar um homem na Câmara, na Presidência ou na Mesa Diretora.

Eu digo isso apenas a título exemplificativo porque, neste primeiro momento, o grande desejo é que a mulher tenha presença na Mesa Diretora da Câmara, sem embargo de outros projetos que lá tramitam e que tentaremos votar ainda nesta semana.

Então, mais uma vez, quero registrar meus cumprimentos à mulher brasileira, à mulher de todos os países do mundo e cumprimentar também os homens pelo trabalho que desenvolvem de integração, de igualdade entre os homens e as mulheres. Este trabalho de integração foi tão significativo sob o foco jurídico que, em 1988, precisamente em 5 de outubro, quando promulgamos a Constituição brasileira, não se disse mais, como era tradição no Direito constitucional brasileiro, que todos são iguais perante a lei, o princípio da igualdade. Mas passou-se a dizer: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Parece pouco, mas a afirmação, na estrutura do Estado – afinal a Constituição cria o Estado brasileiro – da igualdade definida entre homens e mulheres é um passo de reconhecimento da figura da mulher no cenário público, da mulher brasileiro no cenário internacional.

E agora ainda temos aqui a Ministra Dilma Rousseff. Eu perguntava ao Presidente José Sarney se nós

tivemos na história brasileira alguma mulher candidata à Presidência.

Sua Excelência, a Ministra Dilma Rousseff, encarna tudo isso que eu estou a dizer, a significar. Se eu nada dissesse, bastaria olhar para a Ministra Dilma Rousseff e todos diríamos: a mulher ganhou seu espaço definitivo – não é Ministra Nilcéa? – na vida pública administrativa do nosso País. Essa é a figura da Ministra Dilma Rousseff.

Meus cumprimentos a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, que preside comigo esta sessão; Sra. Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que é símbolo da mulher lutadora, vencedora, competente e que realiza, neste instante, um grande trabalho pelo Brasil; Senadora Serys Slhessarenko, Coordenadora da Bancada Feminina no Senado; Deputada Alice Portugal, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara; Senador Marco Maciel, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; Sra. Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, onde vem desenvolvendo um excelente trabalho (*palmas.*), Dr. Jaime Lerner, ex-Governador do Paraná, minhas senhoras, meus senhores, minha homenagem a todas as mulheres.

Quero aproveitar a homenagem que o Senado Federal e a Câmara Federal prestam hoje à mulher para repetir minha saudação à mulher política, à mulher que participa, em sua dupla jornada, da tarefa de criar famílias e construir o Estado. A política é o universo da incerteza, onde todas as questões estão perpassadas do contingente, onde o único guia é a intuição. Por isso mesmo as mulheres foram as primeiras a ter noção da instabilidade das instituições sociais e da necessidade de mantê-las. Direta ou indiretamente, sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres, com sua extraordinária inteligência intuitiva.

A Câmara dos Deputados deu a esse Ano da Mulher naquela Casa o tema “Mulher na Política Muda o Poder”. O Senado Federal, por sua vez, pela Resolução nº 25, de 1998, criou um prêmio que tem a intenção de agraciar mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero.

Demos ao prêmio o nome da Deputada Bertha Lutz, a pioneira que criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e assim a principal responsável pela conquista do direito da mulher ao voto, em 1932.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é um reconhecimento à trajetória de luta e combate em defesa dos direitos da mulher por uma Casa onde seu número tem crescido com grande rapidez, e onde sua combatividade multiplica a presença da mulher, tornando os debates mais humanos e mais fracos.

Quero dirigir-me a brevemente às agraciadas.

A Drª Andréa Maciel Pachá, Juíza de Direito no Rio de Janeiro, coordenou, no Conselho Nacional de Justiça, às I e II Jornadas sobre a Lei Maria da Penha, tornando mais efetiva a luta contra a violência doméstica, sem dúvida um dos grandes problemas que a nossa sociedade ainda enfrenta.

A engenheira Clara Perelberg Steinberg conseguiu a façanha de realizar uma intensa atividade em sua profissão, ao mesmo tempo que criava o Instituto Rogerio Steinberg – IRS, em 1997, no Rio de Janeiro, voltado para a redução das desigualdades sociais e o exercício da cidadania.

A Professora Cleuza Pereira do Nascimento, prefeita por três mandatos de Salgueiro, em Pernambuco, onde conseguiu reduzir em 50% a taxa da mortalidade infantil, é coordenadora do programa Mãe Coruja, que atua na Região da Chapada do Araripe.

A cantora Leci Brandão dispensa apresentações pelo seu intenso trabalho político em defesa das minorias, com sua longa carreira que a levaram a integrar o Conselho Nacional de Promoção da igualdade.

A Drª Maria Augusta Tibiriçá Miranda é uma pioneira das lutas políticas. Há mais de 60 anos participa das causas nacionalistas e feministas, sendo uma das fundadoras da Federação das Mulheres do Brasil. É uma satisfação poder ainda recebê-la entre nós, enfrentando o desafio de se deslocar até o nosso plenário.

Temos ainda duas homenagens especiais, uma *in memoriam*, à Dona Fani Lerner, que foi Primeira-Dama de Curitiba, (*palmas.*) onde fez um grande trabalho social, e a outra à Dona Maria Lygia de Borges Garcia, que foi a Primeira-Dama do Estado de Mato Grosso, onde criou e presidiu a Fundação da Promoção Social do Estado.

Sempre considerei que o destaque dado aos assuntos que dizem respeito às mulheres não é uma deferência, uma questão de cortesia, mas nada mais é que um pouco de justiça. Ao longo da história, a mulher sofreu – e ainda sofre – todo tipo de discriminação. Impõe-se, portanto, corrigi-la.

Sou dos que considera que a igualdade de direitos estabelecida pela Constituição, o veto a todo tipo de discriminação, é no sentido de criar um equilíbrio, é ativa, não passiva. Sustento que esse é o princípio da ação afirmativa, que consiste justamente em corrigir as desigualdades, em criar na sociedade condi-

ções que estabeleçam uma verdadeira igualdade de oportunidades. Para usar a palavra de Rui Barbosa, “Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.” Daí o direito que as mulheres têm a um tratamento de destaque.

Na nossa Constituição prepondera a solidariedade. Há, subjacente aos mais diversos capítulos, a ideia de que se deve ajudar os que menos têm, equilibrando as diferenças materiais, sociais e econômicas. Esta a lição mais importante para nós. As mulheres, infelizmente, estão no Brasil entre os que menos têm, e, maioria da população, são nossa maior minoria, a que acumula maior carga de sacrifícios, a começar pelo desafio de ser, a um só tempo, mulher e trabalhadora.

Não é preciso registrar mais uma vez a longa lista de violências e agravos sofridos pela mulher para demonstrar o que é do conhecimento de todos. Há, no entanto, muito o que fazer em termos objetivos para contrapor aos fatos concretos da realidade. É o que as agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz fazem nos seus diversos campos de atuação, engrandecendo o espaço da mulher na sociedade brasileira.

A mudança de atitude, a transformação de nossos próprios preconceitos culturais, passa por seu reconhecimento e pela vontade individual e coletiva.

Quando Presidente da República, faz 25 anos, criei a comissão que, sob o comando de Ruth Escobar, formulou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que instalei (*palmas.*) em setembro de 1985. Atendia, assim, à reivindicação de criar junto ao Governo Federal um organismo voltado especialmente para a problemática da mulher, não como um gesto paternalista, formal, conciliador, ou de expressão de uma dádiva, mas atendendo a realidades existentes que, se ignoradas, nos deixariam à margem do concerto das nações. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tinha, como tem, o objetivo essencial de captar os anseios das mulheres brasileiras. Hoje ele passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

As mulheres são a metade do céu.

O desconhecimento desta verdade, além de clamorosa injustiça, constitui também um ato de privar qualquer país de uma poderosa fonte de energia e criação: as mulheres.

Trata-se do reconhecimento não somente da verdade de que elas são a metade do céu.

Mas não são somente isso.

Ao atender à reivindicação de criar junto ao Governo Federal um organismo voltado para a problemática da mulher, não estávamos de modo algum realizando

um gesto paternalista, formal, conciliador ou de expressão de uma dádiva.

Estávamos, sim, atendendo a realidades existentes que, se ignoradas, não deixariam à margem do concerto das nações e das repúblicas modernas, que já haviam incluído no texto de suas Constituições e em sua política diária a igualdade plena entre homens e mulheres:

– a Carta das Nações Unidas, que reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem;

– a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reafirma o princípio da não-discriminação.

Cumpríamos as determinações expressas na Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as discriminações contra a mulher, da qual somos signatários.

Considero de grande importância que tenha sido criada uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres na Presidência da República, e os vários progressos que aconteceram nesses longos anos. Mas, só pela formação da consciência coletiva da igualdade entre mulheres e homens, da participação crescente na vida política e social das mulheres, teremos um progresso efetivo.

Quero fazer aqui uma menção especial à Ministra Dilma Rousseff, que encontrou tempo em sua agenda para prestigiar esta solenidade com sua presença. Ela é um símbolo da capacidade da mulher de assumir as maiores responsabilidades políticas e administrativas, com extraordinário brilho e dedicação à sua tarefa. (Palmas.)

Saúdo a todas as mulheres por seu dia, que comemoramos hoje – não só hoje, mas todos os dias – e especialmente, as agraciadas e, em nome das coordenadoras das bancadas femininas, Senadora Serys Slhessarenko e Deputada Alice Portugal, todas as Senadoras e Deputadas que contribuem decisivamente para o brilho desta festa.

Quero explicar aqui por que, quando Presidente da República, sempre saudava brasileiros e brasileiras: porque eu tinha lido, na Academia Brasileira de Letras, que a mulher do jurista Clóvis Beviláqua tinha tentado entrar na Academia e tinha sido recusada, porque o estatuto dizia que ali só podiam entrar brasileiros. Então, coloquei “brasileiros e brasileiras”.

E termino esta mensagem com essa saudação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Vamos agora proceder à outorga do título Diploma Mulher-Cidadã.

Passamos a entregar o diploma à Sra. Andréa Maciel Pachá. (Palmas.)

Convido a Senadora Serys Slhessarenko, a Deputada Alice Portugal e a Deputada Solange Amaral para fazerem a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, da placa e das flores também à Sra. Andréa Maciel Pachá. (Pausa.)

Peço à Senadora Serys Slhessarenko que coordene a entrega do prêmio.

Convido agora a Sra. Clara Perelberg Steinberg a receber a honraria. E convido a Senadora Fátima Cleide, o Deputado Marcelo Itagiba e a Deputada Rita Camata para a entrega do prêmio. (Palmas.)

Convido agora a Sra. Cleuza Pereira do Nascimento para receber o Prêmio Bertha Lutz; e o Senador Marco Maciel, o Senador Valdir Raupp e a Deputada Vanessa Grazziotin, para a entrega do prêmio. (Palmas.)

Convido a Sra. Leci Brandão da Silva para receber o Prêmio Bertha Lutz; e a Ministra Dilma Rousseff, a Senadora Lúcia Vânia e o Deputado Marcelo Ortiz, para fazerem a entrega. (Palmas.)

Convido a Sra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda para receber o Prêmio Bertha Lutz; e a Ministra Nilcéa Freire, o Deputado Alcenil Guerra e a Deputada Ângela Portela, para fazerem a entrega. (Palmas.)

Faremos agora uma homenagem *in memoriam* à Sra. Fani Lerner. E convido Jaime Lerner, seu esposo, e a Senadora Rosalba Ciarlini para fazerem a entrega da placa e das flores à Sra. Ilana Lerner, filha e representante da homenageada. (Palmas.)

Passamos agora a homenagear especialmente a Sra. Maria Lygia de Borges Garcia. Convido a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Jayme Campos para fazerem a entrega da placa e das flores à homenageada. (Palmas.)

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, Coordenadora-Geral da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Exmª Ministra Dilma Rousseff, Exmª Ministra Nilcéa Freire, Senador Marco Maciel, Senadora Serys Slhessarenko, Sra.s e Srs. Senadores, Sra.s e Srs. Deputados Federais, senhoras homenageadas com esta honraria que leva o nome de Bertha Lutz e todos aqueles que acorreram ao plenário do Senado para esta Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a quem agradecemos penhoradamente, para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

E as pétalas vermelhas já nos brindam neste momento. (*Palmas.*)

Prezados convidados e convidadas, realizamos hoje esta sessão solene para comemorarmos o centenário do Dia Internacional da Mulher, data oficializada em 1910, durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin, uma feminista alemã, propôs uma resolução de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres.

O Dia Internacional da Mulher seguiu sendo celebrado em datas diferentes, de acordo com o calendário de lutas de cada país. Em 1914, ele foi comemorado pela primeira vez em 8 de março, na Alemanha. A partir de 1922, a celebração internacional foi oficializada nesse dia.

Historicamente, tem-se vinculado a data do dia 8 de março como uma homenagem ao episódio dramático já citado aqui pelo Presidente da Câmara dos Deputados, em que 129 operárias em Nova York morreram queimadas durante uma manifestação por melhores condições de trabalho e redução da carga horária de sua jornada, de 16 horas para 12 horas de trabalho diário.

Naquele 8 de março de 1857, patrões e policiais colocaram fogo na fábrica têxtil onde as mulheres estavam trancadas, após protestarem contra a jornada extenuante de trabalho. Quinze daquelas mulheres estavam grávidas.

Muita coisa mudou desde então, mas ainda há muito por fazer.

Desde a Revolução Industrial, mulheres vinham ocupando postos em fábricas, além de exercer as profissões tipicamente femininas, como enfermagem e serviços domésticos, entre outros, especialmente o magistério. Os salários, entretanto, tinham diferenças brutais. As primeiras articulações de um movimento feminista pela igualdade de direitos começaram logo após a Revolução Francesa. Os principais objetivos eram o direito ao voto e à educação.

No Brasil, até 1879, as mulheres eram proibidas de frequentar cursos de nível superior e, durante boa parte do século XIX, só poderiam ter educação fundamental. Mesmo com a legislação que permitia a instrução feminina, as mulheres tinham o acesso dificultado. Somente no Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, as mulheres brasileiras passaram a ter direito ao voto. Mesmo assim, sua participação na política continuou sendo tolhida, como, de resto, em todos os setores da vida política e econômica do País. Ressalto que, em 1932, o que se aprovou foi um voto facultativo, que facultava, sem dúvida, aos senhores

esposos e pais definirem, muitas vezes, a orientação do voto da mulher.

Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a votar e ser eleita Deputada Federal. Ela participou dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. No Senado Federal, a primeira mulher a ocupar um lugar foi Eunice Michiles (PDS – AM), em 1979. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular do cargo, o Senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas Senadoras, em 1990, foram Júnia Marise (PRN – MG), e Marluce Pinto (PTB – RR).

Em 1994, Roseana Sarney (pelo então PFL) foi a primeira mulher a ser eleita Governadora, no Maranhão. Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na legislação eleitoral, que obriga e obriga os Partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado, e o mínimo passou a ser de 30%.

De lá para cá, muita coisa mudou, mas muito ainda precisa ser mudado no Brasil e no mundo.

Em nosso País, as mulheres ocupam, Senador José Sarney, Presidente Michel Temer, apenas 8,9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12,3% das cadeiras neste Senado. Nas Assembleias Legislativas, as mulheres ocupam apenas 11,9% das cadeiras, e, nas Câmaras Municipais, esse percentual sobe para 12,5%. Por essa razão, ostentamos, vergonhosamente, a 142^a posição num ranking de 187 países – organizado pela União Interparlamentar das Nações Unidas – que mede a participação feminina no Poder Legislativo.

A despeito desses números, pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, grande feito democrático em nosso País e magistralmente dirigida pela Ministra Nilcéa Freire, aqui presente nesta solenidade, revela que 94% dos brasileiros afirmam que votariam em mulheres, 83% afirmam que a presença de mulheres melhora a política, e 75% são favoráveis a uma política de cotas para as mulheres.

Para o processo eleitoral que se avizinha, a principal tarefa das mulheres brasileiras é eleger mais mulheres, aproveitando inclusive os avanços que conquistamos na minirreforma eleitoral aprovada ao final do ano de 2009. Na nova legislação, cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Antes a lei dizia que o partido deveria reservar, e hoje a lei diz: “os partidos preencherão...”. E, por isso, o Ministério Público e o Poder Judiciário poderão ser instados à defesa e ao cumprimento da lei.

Na Lei dos Partidos Políticos, também conseguimos estabelecer avanços para assegurar a ampliação da participação feminina na vida partidária: 5% do

Fundo Partidário para formar politicamente as mulheres e não sucumbirmos ao argumento de que não há mulheres interessadas em ser candidatas; e 10% do valioso tempo de propaganda, não apenas para falar de mulheres, mas para aparecerem as bandeiras e os rostos femininos.

Objetivamente, uma grande conquista foi também o assento no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, situação que tem nos permitido batalhar para incluir nas pautas de votação proposições de interesse da mulher. Ainda agora, conseguimos incluir na pauta a PEC nº 590, que dá direito, pela primeira vez, a uma mulher ter assento, como titular, pelo menos uma, nas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, de autoria da Deputada Luíza Erundina (*Palmas.*), e também a PEC nº 030/2007, da Deputada Ângela Portela, aqui presente, que estende a licença-maternidade de 180 dias para todas as mulheres brasileiras, já que a Organização Mundial de Saúde diz que o seio materno por seis meses garante a dentição completa, como também o cognitivo e o emocional da criança desenvolvendo-se paralelamente, com o apego e o apoio da mãe à sua prole. Portanto, buscaremos aprová-las nestes dias.

Por último, estamos com um grande projeto da lavra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e subscrito pela Bancada feminina, que é o PL nº 6.653, que garante proteger a mulher no mercado de trabalho e determina que o Estado e as empresas criem ações de incentivo à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho e de prevenção a abusos como assédio sexual e assédio moral, o primeiro já tipificado como crime neste País.

Porém, enquanto lutamos para conquistar avanços na legislação brasileira, na esfera do Judiciário, temos enfrentado percalços, como a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual “a ação penal pública a respeito da violência doméstica tem natureza condicionada, ou seja, em caso de agressão leve, a ação penal contra o agressor proposta pelo Ministério Público não pode ter continuidade independentemente da vontade da vítima”. Isso é um retrocesso em relação à Lei Maria da Penha, uma das mais avançadas legislações do mundo de combate à violência doméstica e à violência psíquica e física contra a mulher. Fazemos o apelo aos Tribunais Superiores: que revisem essa decisão para que, mesmo se retirada a queixa, continue o processo, porque, efetivamente, diminuir a chaga da violência é algo fundamental no Brasil.

Portanto, finalizo dizendo que nosso desafio é atuar neste Congresso Nacional de forma incisiva, com a nossa voz aguda, estrogênica, mas a nossa voz firme, que representa 52% da Nação brasileira, mais de 50% do eleitorado brasileiro, para garantir mudanças

legislativas que contribuam para a redução das desigualdades entre mulheres e homens e, no plano político mais geral, desencadear um vigoroso movimento nacional para incentivar as mulheres, nossa querida Ministra Dilma Rousseff, na participação política nas eleições deste ano e ampliar a presença feminina neste Congresso e no poder Executivo, pois só assim conseguiremos implementar as mudanças de que a legislação necessita.

Por isso mesmo, já pedindo apoio dos nossos Presidentes, do Senado e da Câmara, em maio, a Bancada feminina realizará a primeira chamada nacional da mulher na política, quando estaremos incentivando as mulheres a se candidatarem ao pleito de outubro de 2010.

Sem dúvida, temos hoje estofo, sob a luz de Bertha Lutz, de Maria da Penha, de Maria Quitéria, de Luiza Mahin, das nossas heroínas que ainda não estão nos livros – e eu e a Senadora Serys estamos tratando de pô-las no livro dos heróis nacionais –, para que objetivamente possamos ter uma Presidenta da República e possamos ter mulheres não atrás do grande homem, mas ao lado dos homens, construindo uma sociedade mais igual, mais fraterna para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigada.

Viva o oito de março!

Viva a mulher brasileira! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Muito obrigado.

Concedo a palavra agora à Senadora Serys Slhessarenko, Coordenadora da Bancada feminina no Senado Federal.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nosso Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Deputado Michel Temer; nossa querida e amada Ministra Dilma Rousseff; nossa querida e muita amada também Ministra Nilcéa Freire; Coordenadora da Bancada feminina na Câmara dos Deputados, Exmª Sra. Deputada Alice Portugal; Exmº Sr. Senador Presidente do Conselho do Prêmio Mulher Bertha Lutz, Senador Marco Maciel; Sr. Jaime Lerner, eu gostaria de começar dizendo o seguinte: do meu ponto de vista, aqui, na nossa frente, estão as maiores autoridades com relação à busca da conquista de direitos iguais para as mulheres.

Eu gostaria de citar o nome de cada uma e de cada um, porque há homens participando também, mas a grande maioria é de mulheres, que têm dado as grandes contribuições aos avanços nos direitos das mulheres.

Quero saudar cada uma das premiadas e também a nossa homenageada especial, a minha querida Maria Lygia.

Quero saudar os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, as Sra.s Deputadas, na figura da querida Erundina, junto com Alice Portugal, e saudar todas as Sra.s Deputadas aqui presentes.

Quero dizer que as nossas Senadoras que estão aqui, Fátima Cleide, Lúcia Vânia, Rosalba Ciarlini... (Pausa.)

Marisa? (Pausa.) Oi, Marisa. Não tinha te visto.

Marisa Serrano. Temos aí outras Senadoras: Ideli, Maria do Carmo, Patrícia, enfim, todas as Senadoras. Mas, saudando-as em nome dessas quatro presentes, a Fátima, a Lúcia Vânia, a Rosalba e a Marisa, quero dizer... (Pausa.)

Marina? A Marina está aí? (Pausa.) Não, não está... (Pausa.) Marina... (Pausa.)

Senadora, desculpe-me, mas, mesmo de óculos, enxergo pouco.

Mas eu gostaria de dizer o seguinte: aqui somos quase que uma Senadora por partido político, mas, na hora da defesa de políticas públicas para as mulheres, não há divergência político-partidária. Isso já está provado e comprovado. (Palmas.) A gente cerra fileira, junta as forças e vai para o embate, inclusive levando, cada uma, para dentro das suas Bancadas, para convencer os companheiros de Bancada. Por isso, temos votado todas as políticas públicas para as mulheres por unanimidade no Plenário do Senado da República. Um exemplo foi o da relatoria da Lei Maria da Penha pela Senadora Lúcia Vânia, que foi sucesso total, conseguimos total entendimento entre todas as forças partidárias.

Digo isso porque é muito importante que a população brasileira saiba que mulheres no poder têm algo maior na hora de traçar políticas públicas para as mulheres deste País que une todas as forças partidárias. Isso é muito importante.

Bem, aqui estamos em mais um Dia International da Mulher.

Eu assino embaixo do discurso da minha querida companheira, Alice Portugal. Eu iria falar uma série de coisas que ela falou, mas não vou falar para economizar o nosso tempo.

Nossa história de construção, de busca, de conquista de direitos para as mulheres é uma história de mulheres guerreiras, é uma história de muitas lutas. Todas, absolutamente todas somos guerreiras; fomos no passado e somos hoje, cada uma em sua trincheira, mas avançando sempre e de forma decidida e determinada, cada vez mais, em conquista de direitos iguais. Direitos iguais na família, respeito na família.

Nós exigimos, nós não podemos ser humilhadas, sofrer lesão corporal, sofrer qualquer tipo de agressão entre aquelas pessoas que estão mais próximas de nós. Não podemos, não queremos, não merecemos e aí dizemos sempre a famosa frase: "Somos 52% da população, e os outros 48%, todos são nossos filhos". E nós precisamos que eles nos ajudem a construir esta sociedade dos direitos iguais, porque nós amamos os nossos filhos de paixão, e eles têm que nos amar e nos respeitar, a todas as mulheres no seu entorno. E essa conquista é uma conquista conjunta de homens e mulheres.

Quero ainda dizer, rapidamente, que esses direitos têm que ser conquistados na família, no trabalho e na política.

No Parlamento nacional já avançamos, avançamos muito, com certeza, há pouco tempo não tínhamos nenhuma representante no Senado da República, tem pouquíssimo tempo que tivemos a primeira, e, hoje, temos 12 quase 13% no Senado e, em torno de 8 a 9 na Câmara. É pouco, é muito pouco.

No Executivo, a chegada do Presidente Lula à Presidência da República, criando a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e colocando mulheres competentes como Nilcéa Freire, que ontem, realmente, mostrou ao Brasil a sua competência, a sua capacidade de mobilização. E lá estavam o Presidente Lula, no Rio de Janeiro, e a Ministra Dilma Rousseff, que, aliás, a nossa Ministra, que foi de um brilho ímpar na sua fala e aplaudida galhardamente por milhares de mulheres no Rio de Janeiro. Parabéns as nossas Ministras, que ontem tiveram um brilho muito especial no Dia Internacional da Mulher no Rio de Janeiro.

E agora minhas amigas e meus amigos, temos a grande chance, nós mulheres temos a grande chance de ser Presidente da República, porque uma mulher chegar à Presidência da República é a mulher na Presidência da República, somos nós, eu me sentirei na Presidência da República, e acredito que cada mulher deste País vai se sentir Presidente da República com uma mulher na Presidência, não tenho dúvida disso.

Lula, o nosso Presidente, ontem, mencionou uma frase interessante lá, no discurso. Ele disse que a mulher é capaz de parir o político, ele usou este termo, a mulher que é capaz de parir o político, com certeza é capaz de parir políticas públicas que melhorem a vida de cada filho do povo brasileiro, de homens e mulheres brasileiras. (Palmas.)

É capaz, sim, em qualquer setor, seja no Executivo, seja no Parlamento, em qualquer setor, somos capazes, sim, de fazer políticas com competência.

Eu queria deixar um recado muito breve, já terminando, ao Adriano e ao Bruno, jogadores de futebol,

pessoas que são vistas pelo Brasil inteiro, respeitadas pelo Brasil inteiro, Adriano e Bruno, não façam mais isso. O Adriano confessa que bateu na noiva, e o Bruno ainda dá apoio, dizendo que quem já não deu uma mãozada, uma coisa assim, numa mulher. Não façam mais isso, porque os senhores são autoridades diante do povo brasileiro, um jogador sem propaganda, mas um jogador do Flamengo é respeitado pela sociedade brasileira, e ao dizer isso ele está levando um mau exemplo, um péssimo exemplo aos homens deste País, como se isso fosse uma coisa natural, dar um tapa ou fazer uma agressão qualquer que seja a uma mulher. Não à agressão. Não! Não à agressão! (*Palmas.*)

Com relação ao trabalho, aliás, eu queria aqui, também citar a Presidente, a Patrícia Martins. Não sou torcedora do Flamengo, meus netos que são, tá? A Patrícia Martins é Presidente do Flamengo, e ontem apareceu na capa da *Folha de S.Paulo*, dizendo que a mulher tem que se apresentar com o dobro de resultados para ser aceita no universo masculino. Quer dizer, dá licença! Mas, mesmo se apresentando com o dobro de resultados, talvez até de competência e compromisso, mas queremos chegar em todos os setores da sociedade brasileira com a competência que temos, não tenho dúvida disso.

Para finalizar mesmo, eu diria que o ano de 2010, que está sendo considerado o Ano da Mulher na Política, é extremamente importante.

A OEA declarou, no dia 25, em Washington – não é, Ministra? –, o Ano Interamericano da Mulher, o Ano Internacional da Mulher das Américas. Em 2007, foi aprovado esse requerimento para que o ano de 2010 viesse a ser o Ano Internacional da Mulher das Américas na Política, e esse requerimento é de uma brasileira. É nosso! O nosso requerimento foi aprovado na OEA para que as mulheres das Américas juntem forças para chegar ao poder político, de ponta a ponta, nas três Américas.

Diz o provérbio chinês que nós somos a metade do céu. Queremos ser a metade do céu, sim, como o Presidente Sarney acabou de dizer, mas eu quero complementar o provérbio chinês com um dito da Ministra Dilma Rousseff, esses dias, num discurso que ouvi e já assumi. Dizem que somos e queremos ser a metade do céu, mas queremos a metade da terra também, com direitos absolutamente iguais aqui na terra entre homens e mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Todos sabemos que a Ministra Dilma Rousseff tem uma agenda muita cheia e que ela fez um esforço grande para comparecer a esta sessão, porque tem que rece-

ber o Secretário de Indústria e Comércio dos Estados Unidos às 12 horas, numa audiência especial.

Então, eu queria dar a palavra à Ministra Dilma Rousseff para que ela pudesse pronunciar-se nesta solenidade.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Eu queria dirigir meu cumprimento ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Sarney; queria cumprimentar o nosso Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; a minha querida Ministra da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, Nilcéa Freire; queria saudar a coordenadora da bancada feminina no Senado Federal, a nossa querida Senadora Serys Slhessarenko; a coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, Exm^a Sra. Deputada Alice Portugal. Em nome das duas, eu queria saudar as Senadoras e as Deputadas aqui presentes e dizer que, mais uma vez, se não me engano pela terceira vez, eu me sinto honrada pelo convite que eu recebo aqui desta Casa para comparecer.

Eu queria cumprimentar o Senador Marco Maciel, Presidente do Conselho do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, e, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Senadores e Deputados aqui presentes.

Eu queria cumprimentar a Procuradora Especial da Mulher na Câmara, a Deputada Solange Amaral, e dirigir um cumprimento especial a cada uma das agraciadas, porque elas muito nos honram e, ao mesmo tempo, são exemplo de um caminho que as mulheres, sem sombra de dúvida, trilham e que, ao trilhar, é delas, ou de cada uma de nós exigido, como disse a Presidente do Flamengo, mais que o dobro, muitas vezes o triplo ou o quádruplo. Então, nenhuma delas está aqui sem ter tido um enorme esforço pessoal e do ponto de vista público também em cada uma das vidas.

Assim, Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Leci Brandão da Silva, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, *in memoriam* Fani Lerner, Maria Lygia de Borges Garcia, meus cumprimentos.

Eu queria cumprimentar também o ex-Governador do Paraná Jaime Lerner, aqui presente juntamente com a sua filha Ilana Lerner, que recebem esse prêmio *in memoriam*.

Eu queria cumprimentar o Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, Desembargador Marcus Faver; os representantes de organismos internacionais; os embaixadores; eu queria cumprimentar também a Sra. Ana Maria Ferreira Maciel; eu queria cumprimentar os membros do Clube Internacional de Brasília do Grupo Soroptimistas Norte-Sul, as associações de mulheres aqui presentes, as convidadas das nossas homenageadas.

Quero dizer, então, que, mais uma vez, eu me sinto muito honrada de estar aqui, neste dia em que participamos desta homenagem do Congresso que é o prêmio Bertha Lutz. Isso porque a luta das mulheres brasileiras por mais igualdade, tanto na família como na sociedade, como no mundo do trabalho, tem sido uma luta secular. E nós temos plena consciência, hoje, de que não nascemos para ser discriminadas. Nós nascemos para ter os mesmos direitos, as mesmas oportunidades para receber tratamento igual na vida, na família, na sociedade e no mundo do trabalho.

Nós nascemos para viver plenamente, até porque nós temos uma situação que é muito especial: nós trazemos a vida no nosso ventre. E, se isso nos faz diferentes, não pode nos fazer desiguais. Diferentes, porém não desiguais, sempre foi a grande palavra de ordem dos movimentos de mulheres por este País afora. E eu, mais uma vez, neste Dia Internacional da Mulher, ou nesta comemoração do Dia Internacional da Mulher, acho oportuno repetir: diferentes, porém não desiguais. E acho que, nesse processo, o que sempre foi visto como drama individual vai-se transformando, pela nossa luta, em questão da sociedade e do Estado brasileiro.

Nós tivemos muitas conquistas e conseguimos muitos passos. Mas o maior avanço que - acredito - tivemos, é nosso e ninguém nos tira é o aumento da nossa consciência, a clareza que temos, e que vai mover sempre as nossas lutas, de que é necessário modificar o mundo e lutar contra a discriminação. Essa, talvez, seja a conquista mais preciosa que nós obtivemos nesse processo; e vamos cuidar muito dela, porque ela é que nos move. (*Palmas*.)

Para milhões de brasileiras, o Dia da Mulher é um dia e uma jornada que começa mais cedo e termina muito mais tarde. É uma jornada pontuada por preocupações, sobressaltos com os filhos que ficaram em casa sem cuidado muitas vezes, marcada pela violência sofrida na véspera e pelo temor da ameaça que se perpetua. É a imposição do silêncio, que se prolonga e martiriza a alma. É também a jornada extra sem remuneração e sem reconhecimento, imposta como se fosse natural a mulher ser a primeira a despertar e a última a repousar. Nós e a nossa consciência nos deram clareza de que isso não é natural, e, portanto, tivemos a consciência de que isso pode, deve e podemos mudar.

Então, eu queria dizer para as Deputadas e Senadoras do Brasil aqui presentes e para as nossas homenageadas que nós, pelo menos neste momento da história do Brasil, temos o privilégio de assistir a uma grande transformação em nosso País. Mudança que, para ser completa, deve atingir as mulheres, garantin-

do-lhes mais autonomia, mais cidadania e mais oportunidades. E é uma mudança que tem de ser traçada pela situação de combate, sem quartel, à violência. Nós queremos viver num País livre de violência.

O Governo do Presidente Lula está mudando a vida de milhões de brasileiros. E aí, Senador Sarney, é de brasileiros, incluindo brasileiras. Essa mudança na vida das mulheres brasileiras começa com a criação e o reconhecimento da necessidade de se ter, institucionalmente, uma Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Esse reconhecimento é muito importante, e acho que a Ministra Nilcéa representa um grande marco nesse processo, junto com as Ministras que a antecederam.

Mas eu acho que o que marca a política da Secretaria Especial é o fato de que a Secretaria Especial considerou que as mulheres não podem ser objetos: elas têm de ser protagonistas da suas políticas. E essa é uma grande característica da política que a Ministra Nilcéa vem desenvolvendo neste últimos anos no Governo do Presidente Lula e que teve repercussão em todos os outros Ministérios.

Eu queria destacar algumas conquistas.

Acho que é muito importante o fato de ser a mulher quem recebe o Bolsa Família. Com isso, ela ganha mais poder para decidir o que comprar com o dinheiro, mais autonomia e mais condições de proteger seus filhos e filhas. Igualmente, as mulheres hoje têm preferência para serem titulares no Programa Minha Casa, Minha Vida, porque a mulher também protege o seu patrimônio para sua família e para si mesma. Além disso, as mulheres, em nosso Governo, passaram a ser donas da terra em que trabalham, porque nós adotamos a titulação compartilhada de propriedade nos assentamentos e nas propriedades de agricultura familiar, que estão sendo legalizadas pelo Brasil afora.

O Programa de Eletrificação Rural, que levou para mais de doze milhões de brasileiros a luz elétrica, o Luz para Todos, também beneficia a mulher de forma direta, uma vez que a desigualdade tem cara. A desigualdade é muito feminina e, como a Leci Brandão sempre diz, também é negra e é expressa nas caras de nossas crianças, nos seus rostos, nas suas faces. E, no caso das mulheres, a luz elétrica significou acabar com a busca da água na cabeça, porque a bomba d'água permite que esse trabalho árduo seja tirado dos ombros da mulher. A luz elétrica possibilitou às mulheres, muitas vezes, o conforto e uma renda, quando permitiu que elas tivessem acesso às geladeiras, à máquina de costura e a várias outras máquinas que são fonte de renda e também espaço de vida - maior espaço de vida e menos agruras. Com mais créditos que demos por este País afora, com menos juros e

impostos menores, cada vez mais mulheres puderam comprar lava-roupas, micro-ondas, aspirador de pó e conquistar tempo livre, tempo para terem suas atividades como cidadãs e como seres humanos plenos.

A grande maioria das ações do Programa Saúde da Família está direcionada para a mulher. Temos hoje exames pré-natais e também algo que eu, pessoalmente, acredito que seja uma conquista importantíssima para a saúde da mulher: o exame preventivo de câncer de mama e de colo do útero.

Multiplicamos por três o número de hospitais que atendem casos de violência sexual e doméstica. E acredito que nós, nesse processo, mostramos sistematicamente o repúdio contra a violência que atinge a mulher pelo simples fato de ser mulher.

E acho que essa é uma luta implacável, porque é uma ferida vergonhosa que nós temos de curar. O homem que bate na mulher, que espanca a mulher, ele espanca, fere e machuca também sua própria família. E, aí, acredito que a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e a Ministra Nilcéa deram um grande passo, que foi romper o silêncio e criar as condições por meio de todo o sistema de atendimento à denúncia de violência – o 180 –, que é um incentivo para romper esse silêncio tão humilhante.

Nós aprovamos e estamos fazendo valer cada dia mais – e para isso dependemos da sociedade – a Lei Maria da Penha. Temos muito orgulho disso, porque a agressão covarde não pode ficar impune, porque o agressor não pode impor à mulher, além da agressão, essa mácula que é o silêncio. Eu acho importante deixar bem claro que o Governo Lula não vai retroceder na defesa da Lei Maria da Penha. (*Palmas.*)

Mas, Sra.s Senadoras e Sra.s Deputadas, premiadas e demais convidados aqui presentes, nós ainda temos muitos problemas. Nós somos a maioria em quase todos os níveis de ensino e, no entanto, recebemos dois terços do salário dos homens. E a mulher negra tem uma renda que é um terço da renda de um homem branco. Isso é algo que nós não podemos permitir que continue. E nós não podemos permitir que formas muito perversas de discriminação apareçam.

Eu sou mulher, sou mãe de uma filha e espero, se Deus quiser, ter um neto ou uma neta até o final de setembro deste ano. Sei bem o que a maternidade é para cada uma das mulheres abençoadas por ela, o quanto a maternidade nos dá de compreensão e de humanidade. Acho lastimável que essa mesma maternidade possa ser usada para desqualificar profissionalmente as mulheres. (*Palmas.*)

Nós devemos proteger as mulheres grávidas e seus filhos. Nenhuma nação será forte, grande e respeitada se não respeitar suas mães e suas crianças.

Acredito que várias iniciativas, não só do Executivo, vêm sendo tomadas. Eu quero citar uma, da Senadora Patrícia Saboya, que trata da licença-maternidade. Nós acatamos essa lei da Senadora Patrícia Saboya que tornou obrigatória para o serviço público a licença-maternidade de seis meses. Esperamos que se modifiquem as condições para que também as empresas acatem essa medida.

O Governo apoia a luta para uma nova situação em que mulheres e homens sejam em comum igualmente responsáveis pelo tratamento das crianças e pela atenção ao recém-nascido.

Nós sabemos que a contribuição da mulher para a renda familiar aumenta continuamente, e mais e mais famílias têm nas mulheres a principal provedora de renda.

Nós estamos empenhados e somos extremamente favoráveis ao reforço à situação familiar. Achamos que isso é estratégico para a sociedade e para a Nação brasileira. E isso significa também que o novo momento por que o Brasil passa vai gerar cada vez mais e mais empregos e oportunidades para as mulheres. Vamos lutar para que essas oportunidades não signifiquem redução salarial. Acredito que essa caminhada vai avançar mais.

O nosso Governo fez em torno de 1,78 mil creches, o que é pouco, porque a cobertura de creches entre 0 e 3 a 4 anos é de 18% apenas, ela é maior nas outras faixas. Por isso o Governo do Presidente Lula está deixando para os próximos Governos uma proposta que estará dentro do PAC II, o Programa de Aceleração do Crescimento II, que é a construção de no mínimo 6 mil creches no Brasil, 1,5 mil por ano, para que a mãe trabalhadora possa sair de casa com o coração mais leve, sabendo que seu filho, que sua criança tem cuidado e atenção. Mas não é só por isso. É também porque, se nós quisermos de fato enfrentar a desigualdade na raiz, nós temos de tratar da questão da creche no primeiro ano de vida das nossas crianças.

E aí eu queria destacar o papel importante que a Dona Fani Lerner desempenhou ao tratar a creche não apenas como um local em que as crianças fiquem para as mães trabalharem, mas como um local de educação, um local de socialização, um local de proteção à saúde e de condições fundamentais para que possamos, de fato, falar que o Brasil está reduzindo a desigualdade, com olhos fortes no futuro.

Eu gostaria também de falar aqui no desafio que a participação feminina na política ainda representa. Nossa presença nas instituições tem que corresponder ao papel que nós temos na vida e na sociedade. Nós precisamos atingir um novo patamar de representação

política institucional. No Poder Legislativo, nos cargos do Executivo e nas altas posições do Judiciário, em nosso País, a posição da mulher, apesar de ter crescido, está longe de refletir o nosso papel social.

Eu, no Executivo, tenho sido, em várias atividades, a primeira mulher. Acredito que fui a primeira mulher Secretária de Fazenda Municipal, em 1985. Fui, sem dúvida alguma, a primeira mulher Secretária de Minas, Energia e Comunicações, no Rio Grande do Sul, por duas vezes; a primeira Ministra de Minas e Energia e a primeira Ministra-Chefe da Casa Civil.

Acho que nós temos de mudar essa situação. Hoje, neste momento em que temos esta oportunidade de nos referirmos a Bertha Lutz, é importante lembrar que já houve um momento mais obscurantista no Brasil, quando as mulheres sequer direito a votar tinham. E este é o momento de nos congratularmos com isso, mas também o momento de lembrar que os nossos números ainda são pequenos. Não é possível que nós, sendo há dez anos a maioria do eleitorado do Brasil, tenhamos só 9% de mulheres no Congresso Nacional e nas assembléias legislativas. Nós vamos ter de aumentar a participação da mulher, até porque as mulheres estiveram presentes em todas as grandes lutas políticas do nosso País, desde a abolição, passando pelas lutas contra o nazifascismo, a campanha do petróleo é nosso, e, recentemente, pela resistência à ditadura. Não vamos esquecer do papel das mulheres durante a resistência à ditadura. Fico muito feliz por ter participado, na véspera do Dia Internacional da Mulher, da homenagem a Heloneida Studart, cujo nome o Governador Sérgio Cabral deu ao Hospital da Mulher, na Baixada Fluminense, em São João de Meriti. É um hospital de alta complexidade no que se refere ao tratamento de saúde da mulher e da criança. Portanto, eu me senti bastante emocionada lá.

Mas eu estava dizendo que nós honramos o nosso País porque participamos de todas as grandes lutas. Participamos da anistia, participamos da luta pela redemocratização, pelas Diretas Já. Nós tivemos, portanto, vários avanços. Recentemente, um dos mais importantes foi a minirreforma que o Congresso aprovou.

Agora eu queria fazer uma reflexão com vocês. Muitas vezes, dizem que o fato de sermos mulheres nos prejudica a participar da política. A meu ver, o fato de sermos mulheres, em vez de nos prejudicar, nos ajuda; e ajuda muito. As mulheres são sensíveis, e isso é qualidade. As mulheres são práticas, sensatas e objetivas, e isso é indispensável na política. E as mulheres, por sua vida, elas são fortes, elas não se curvam à dor e agüentam sacrifícios, não os temem; elas são corajosas, sem dúvida, e isso é imprescindível se quisermos transformar o Brasil.

Sempre me perguntam se a mulher está preparada para ser Presidente do Brasil. Eu digo a vocês: o Brasil está preparado para ter uma mulher Presidente. (Palmas.)

E as mulheres, em geral, também estão preparadas para isso. O Brasil está preparado não só pelas mulheres que participaram, as mulheres heroínas, as mulheres lutadoras, mas está preparado por todas as mulheres que tiveram suas vidas esquecidas e suas palavras abafadas. Esse é um processo que nos torna capazes de avançar mais e mais tanto na esfera pública, como no mundo do trabalho, nas nossas famílias, na sociedade. Vamos ter um Brasil formado por homens e mulheres livres, homens e mulheres cidadãs igualmente responsáveis para construir não apenas um País, mas uma civilização brasileira. Para isso, as mulheres são imprescindíveis.

Nossa história política também nos preparou para que as mulheres sejam protagonistas; que as mulheres cidadãs plenas de direito e igualdade digam sempre “somos muitas, queremos mais e podemos mais”. A luta das mulheres brasileiras em todas as frentes está hoje muito bem representada pelas companheiras que recebem o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Vou nominar mais uma vez cada uma.

Queria cumprimentar a Andréa Maciel Pachá, Juíza de Direito e uma das responsáveis pela Lei Maria da Penha; a Clara Steinberg, uma das primeiras engenheiras do nosso País e que mostrou que a mulher é capaz e tem condições de atuar em todas as áreas de atividade.

Queria fazer uma homenagem também à Cleuza Nascimento, que conheci em Pernambuco, como uma das mulheres mais capazes na gestão dos Municípios, e mais reconhecida por isso, mais comprometida com a transformação das condições de vida do seu Município. (Palmas.)

Queria cumprimentar aqui os parentes da Sra. Fani Lerner e dizer da importância de uma mulher que olhou a creche e viu nela um verdadeiro centro de educação.

Queria cumprimentar também a Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica, psiquiatra que exerceu plenamente todas as suas atividades e participou – o que nos dá muito orgulho – da campanha “O petróleo é nosso” nesses momentos de pré-sal. (Palmas.)

Queria cumprimentar também a Maria Lygia Borges Garcia, pela Fundação de Promoção Social do Estado, mãe de cinco filhos e que criou o primeiro centro de reabilitação físico mental, a Fundação D. Aquino Correia.

Finalmente, tenho a honra de me emocionar como me emocionei no passado, quando entreguei para a

querida Leci Brandão essa homenagem. A Leci é especial, ela tem o samba nas veias, ela tem a arte, o dom da criação e o dom de encantar a todos nós com esta manifestação cultural fantástica que é a nossa música popular brasileira. (*Palmas*.)

A Leci faz mais do que isso: ela é uma mulher negra que participa ativamente da luta das mulheres negras e tem seu compromisso inquestionável com a luta das comunidades negras, com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Querida Leci, os meus cumprimentos do fundo do coração. Não só você merece, mas também todos os movimentos ligados às mulheres negras, que têm, aqui, uma homenagem justa de todas nós. (*Palmas*.)

Concluo dizendo que essa característica comum às homenageadas de hoje é característica das mulheres deste País, porque elas alcançaram, com muito esforço, o sucesso pessoal e profissional; elas fizeram muito e ainda farão muito pela construção do nosso País. E precisamos disso, porque, se quisermos construir um País mais justo, mais igual para homens e mulheres, para nossas filhas e nossos filhos, nós precisamos das mulheres brasileiras.

Viva o Dia Internacional da Mulher! (*Palmas*.)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em homenagem à mulher e a este dia, quero convidar a Senadora Serys Slhessarenko, Vice-Presidente do Senado, para continuar presidindo esta sessão. (*Palmas*.)

E convido o Presidente Michel Temer para acompanharmos a Ministra Dilma Rousseff, que vai se retirar deste recinto, em face do compromisso que já anunciei que ela terá neste momento.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Agradeço a presença da Ministra Dilma Rousseff e a presença da Ministra Nilcéa Freire.

Convidado, para compor a Mesa conosco, a Senadora Lúcia Vânia.

Convidado a Deputada Cida Diogo para compor a Mesa conosco, por favor.

Dando sequência à nossa sessão, concedo a palavra à Deputada Elcione Barbalho, pelo PMDB da Câmara. Logo após, a palavra será concedida ao Senador Marco Maciel, do DEM de Pernambuco, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã.

Com a palavra, a Deputada Elcione Barbalho.

Por entendimento da Mesa, serão concedidos cinco minutos a cada orador, pois são muitos os inscritos.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Sra. Senadora Serys; Senadora Lúcia Vânia; Deputada Alice Portugal, companheira; Senador Inácio Arruda; companheiras aqui presentes; Senadoras; Senadores; mulheres homenageadas; senhores presentes, houve um tempo em que as mulheres não tinham direito à cidadania, eram proibidas de estudar, de opinar, de votar, de escolher seus parceiros, de exercer uma profissão. Houve um tempo em que, para nós, não havia alternativa a não ser sofrer em silêncio. Hoje, a discriminação, o abuso e os maus-tratos não deixaram de existir, mas as coisas certamente mudaram, e a mulher passou a ser dona do seu destino, a possuir alternativas e a não precisar nunca mais sofrer calada.

Avançamos muito. Uma a uma, fomos quebrando e derrubando as imposições de uma sociedade machista, que, ao longo do tempo, também procurou se adequar, reconhecendo a mulher como igual e como companheira.

Quando conseguimos nos fazer ouvir, fizemos ver que precisávamos de políticas públicas que reconhecessem nossos direitos como cidadãs, esposas, donas de casa ou mesmo mães. Aos poucos, deixamos de ser “cidadãs de segunda classe” e mostramos ao mundo que, quando nas mesmas condições, podíamos não apenas ser iguais, mas até ser melhores.

Somente lembrando o passado é que nos damos conta de todo o nosso avanço. Mas não se enganem: nada nos foi dado de graça!

O direito ao voto, a luta pelo divórcio, pelo respeito e igualdade salarial no mercado de trabalho, pelo acesso aos espaços de decisão, tudo veio mediante árduas conquistas.

Como consequência, a mulher protagoniza um movimento vigoroso de acesso ao mercado de trabalho; em busca de conhecimento e aperfeiçoamento técnico, nas universidades e cursos de capacitação; nas chefias das famílias; de autonomia e liberdade sexual; entre outras conquistas.

Não é à toa que hoje existem leis e órgãos que dão amparo e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica. Não se estranha mais que a mulher tenha garantias ao direito reprodutivo, sem medo de perder o emprego; que tenha assegurada, na letra de nossa Lei Maior, a Constituição brasileira, a igualdade entre os gêneros como direito fundamental; que o Brasil tenha ratificado tantos tratados internacionais de direitos humanos e elaborado leis que ampliaram e consolidaram os direitos das mulheres; que, enfim,

tenhamos conquistado tantos direitos civis que outrora nos eram negados.

Tudo isso se deve ao fato de nós, mulheres, representarmos mais da metade do eleitorado brasileiro e, hoje, estarmos em condições de exigir nossos direitos, de exigir políticas públicas que nos permitam dar conta do nosso trabalho, da nossa família e – por que não dizer? – dos nossos sonhos também.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, eu pediria a compreensão do Plenário para com a oradora que está fazendo o seu pronunciamento.

Obrigada.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Dos avanços recentes, vários temas merecem destaque, mas gostaria de citar apenas dois: a importância da Lei Maria da Penha, que significou um marco pela garantia dos direitos das mulheres que sofrem abusos, e a aprovação, ainda no mês passado, da PEC nº 30, de 2007, no âmbito de uma Comissão Especial, que determina o aumento do período obrigatório de licença-maternidade de quatro para seis meses. Um trabalho excepcional das Deputadas...

(Interrupção do som.)

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – ... Ângela Portela e Rita Camata, respectivamente, autora e relatora da proposta. A aprovação da PEC nº 30/07 é cheia de significado, e precisamos trabalhar para sua aprovação nos plenários da Câmara e do Senado. Eu tomei conhecimento de que vai ser colocada em pauta, por acordo dos Líderes, para sermos homenageadas e, mais uma vez, avançarmos em nossas perspectivas e em nossos direitos.

Mesmo assim, ainda não conseguimos corresponder à representatividade devida quando o assunto é política. Câmara e Senado ainda ficam muito abaixo no número de mulheres que ocupam assento no Parlamento brasileiro. Não é possível que, mesmo representando 52% do eleitorado do País, ocupemos menos de 9% das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados e das 81 do Senado Federal.

Como consequência direta dessa baixa representatividade, está a nossa pequena presença à frente das lideranças partidárias e a ausência histórica de uma mulher na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Vale ressaltar que somente nesta Legislatura uma representante da Bancada feminina conseguiu assento na reunião de Líderes da Câmara, conquistando, finalmente, o direito de participar do principal colegiado decisório da Casa.

Novamente, sabemos que estes espaços não nos serão ofertados se não lutarmos por eles.

A verdade é que ainda é pequeno o número de mulheres que se interessam pela política. Penso se não seria o modo atual de gestão da política no País que precisaria ser revisto...

(Interrupção do som.)

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – De toda a forma, não há meios de mudar se não pela própria participação.

É importante que se diga que é justamente quando as mulheres ocupam os espaços de decisão que as políticas de gênero conseguem avançar. Nesta oportunidade, ressalto o importante trabalho que realizamos na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Em 2009, tive a honra de ser uma das três mulheres presidentes de comissões permanentes da Câmara e, juntamente com a companheira Fátima Pelaes, nossa Vice-Presidente, tivemos a preocupação de pautar projetos como: o que garante a distribuição gratuita de preservativos pelo SUS; o que configura o namoro como relação íntima de afeto para efeitos da Lei Maria da Penha; e o que garante condições para que mulheres detentas, grávidas ou com filhos pequenos tenham direito a creches e possam cuidar de seus filhos nos primeiros anos de vida, projeto que foi sancionado pelo Presidente Lula.

(Interrupção do som)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sra. Deputada, temos um número muito grande de Senadores e Deputados... Pediria que a senhora procurasse... Vou lhe dar mais um minuto.

A SRA. ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Eu lhe agradeço.

É lamentável que isso ocorra diante de tanta dificuldade que a gente tem de colocar os nossos problemas, de divulgar aquilo pelo que nós mulheres estamos lutando e aquilo que nós estamos fazendo aqui nesta Casa.

Sra.s e Srs. Deputados, Sra.s e Srs. Senadores, nossa caminhada continua. Mulheres, viemos juntas em busca de uma sociedade mais igualitária, mais solidária, pois, ainda hoje, apesar de tantos avanços, persiste em nossa sociedade uma ótica sexista e discriminatória.

Muitos temas gostaria de colocar aqui. Inclusive gostaria de ressaltar que, ontem, assistindo à Bandnews, soube que o IBGE fez uma pesquisa mostrando que 72% do que o homem recebe é quanto recebe uma mulher.

Então, lamento não podermos colocar a nossa palavra aqui, mas quero deixar uma homenagem especial a essa mulher, Zilda Arns – (Palmas) –, muito

valorosa, uma mulher que tanto nos ensinou como é possível ajudar e fazer um mundo melhor.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Deputada Elcione.

Peço a todos, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados inscritos, que se lembre de que o acordo é de cinco minutos. Gostaríamos de dar vinte, trinta minutos, mas infelizmente são muitos os inscritos, e aqueles que estão esperando para falar reivindicam sempre que seu espaço seja resguardado.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

Preciso me retirar para falar a uma televisão, agora, ao vivo. Portanto, passo a Presidência à Deputada Alice Portugal.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sra. Alice Portugal.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sra. Presidente, Deputada Alice Portugal, Sra. Senadora Lúcia Vânia, Sr. Senador Inácio Arruda, Sra. Senadora Serys Slhessarenko, que tem sido sempre um grande dinâmo das cerimônias alusivas ao Dia Internacional da Mulher, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, desejo, em rápidas palavras, pedir para que conste dos Anais da presente sessão o texto que encaminho à Mesa, relativo às homenageadas no dia de hoje. Com isso conseguimos, penso, deixar evidente o reconhecimento do Congresso Nacional, nomeadamente do Senado Federal.

Quero dizer que, por esse caminho, estamos também subscrevendo pleitos extremamente justos em favor da busca da igualdade de gênero, algo que o Brasil vem enfrentando e as mulheres obtendo sucessivas vitórias.

Por isso, gostaria de, antes de encerrar minhas palavras, cumprimentar as agraciadas e dizer também que, pela nona vez consecutiva, esta cerimônia se realiza, numa prova de que isso já se transformou numa rotina, permitindo fazer com que frequentemente aprovemos projetos, emendas constitucionais, em favor das questões de gênero e, assim, que o Brasil avance na igualdade de direitos nessa área tão sensível do desenvolvimento da humanidade.

Portanto, apresento cumprimentos às agraciadas, a todos que comparecem ao presente evento e os votos de que continuemos neste caminho extremamente positivo para o País e suas instituições.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MARCO MACIEL

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Minhas Senhoras e meus Senhores,

Temos hoje a grande satisfação de entregar, pela nona vez, os Diplomas Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres que, por sua atuação e por seu exemplo, conquistaram o privilégio de se tornarem referências para o trato das questões femininas no Brasil.

A premiação leva no nome de Bertha Lutz em homenagem científica, líder feminista e política paulista, que foi uma das pioneiras da luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no país.

Nascida em 1894, na cidade de São Paulo, filha do reconhecido cientista Adolfo Lutz, formou-se em ciências naturais na Universidade de Paris, a Sorbonne. Em 1919 começa a se destacar na busca de igualdade de direitos jurídicos entre os sexos, ao se tornar a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro, após ser aprovada em concurso do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

No mesmo ano funda a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Representa as brasileiras na assembléia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, onde é eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Ao regressar, cria a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. O direito de voto feminino foi estabelecido por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas apenas dez anos depois, em 1932. Em 1936 assume uma cadeira de deputada na Câmara Federal, onde defende a mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e dos menores de idade, propondo a igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas.

É uma honra para o Senado Federal que estejamos chegando hoje à nona edição deste prêmio, que, podemos dizer sem exagero, já se tornou um evento tradicional nas comemorações do Dia Internacional da Mulher em nosso País.

Essa distinção, Senhor Presidente, criada pelo Senado Federal em 2001, vem desde então cumprindo sua missão de expressar o reconhecimento da sociedade brasileira pela excelência das realizações de nossas mulheres. Foram já quarenta mulheres cidadãs agraciadas com o Diploma, desde 2002, por essa excelência que alcançaram, a que se juntam agora as cinco agraciadas deste ano.

Mas antes de apresentá-las, Senhor Presidente, quero aproveitar a ocasião para prestar uma homenagem póstuma a duas diplomadas em anos anteriores, recentemente falecidas.

Uma delas é a assistente social Neide Viana Castanha, ex-secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e ex-coordenadora do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, falecida no final de janeiro deste ano, vítima de um câncer. Neide Castanha, cujo trabalho tem amplo reconhecimento nacional e internacional, participou ativamente, entre 2003 e 2004, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Exploração Sexual – e tenho certeza de que todos os que se envolveram com essa Comissão (eu mesmo dela fui membro titular) concordariam em dizer que essa sua participação foi fundamental para o sucesso e a qualidade dos trabalhos. Ficam aqui minha homenagem e meu pesar por sua morte prematura.

A outra perda que sofremos foi a de Zilda Arns, agraciada com o Diploma em 2005, morta na terrível tragédia que destruiu, em janeiro passado, a cidade de Porto Príncipe no Haiti. O trabalho e a figura de Zilda Arns dispensam qualquer apresentação. Uma das personalidades femininas mais marcantes nos últimos anos no Brasil, Dona Zilda Arns morreu no seu notável apostolado em prol das crianças pobres. Seu exemplo e o fruto de seu trabalho, no entanto, não desapareceram com ela. Também à sua memória deixo aqui minha homenagem, ao mesmo tempo em que expresso minha gratidão por seu legado – gratidão que, tenho certeza, é compartilhada por todos, não só por aqueles a que sua solidariedade tocou diretamente, mas também por todos os que se imolaram por uma causa.

Devo dizer, Senhor Presidente, que a tarefa do Conselho este ano, de escolher, entre as mais de trinta indicadas, todas meritórias, as cinco agraciadas, foi ao mesmo tempo prazerosa e árdua. Conhecer as histórias e os trabalhos de cada uma das indicadas deu-nos sem dúvida uma grande satisfação. Escolher apenas cinco delas não foi fácil. Optamos, afinal, por homenagear sete, que na Bíblia é um número pleno de significado, como já explicarei.

As cinco diplomadas deste ano representam bem a diversidade da atuação das mulheres no Brasil contemporâneo. Temos uma médica, uma professora e política, uma juíza, uma cantora, compositora e instrumentista e uma engenheira.

Maria Augusta Tibiriçá Miranda é médica, formada pela antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, com atuação na área de Psiquiatria. Desde os anos 1940 está envolvida com a causa feminina. Em 1949, junto com sua mãe e também médica, Alice Tibiriçá, criou a Federação das Mulheres do Brasil, que promovia debates sobre questões de interesse das mulheres e sua mobiliza-

ção em defesa de seus direitos, da proteção à infância e da paz mundial. Desde cedo também se envolveu em movimentos cívicos, participando ativamente, por exemplo, da campanha “O petróleo é nosso”, na virada dos anos 40 para os 50. No final dos anos 80, fundou, com o escritor e jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), do qual permanece como colaboradora, agora na posição de Presidente. Também escritora, Maria Augusta Tibiriçá é autora de uma festejada biografia de sua mãe, intitulada *Alice Tibiriçá, lutas e ideais*, além de duas obras que tratam de algumas das causas que abraçou ao longo de sua vida, *O petróleo é nosso* e *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?*

Cleusa Pereira do Nascimento, nascida em Salgueiro, no meu Estado de Pernambuco, no sertão adusto, é um exemplo vivo da força e da perseverança que nossos sertanejos tantas vezes demonstram. Professora por excelência, abraçou uma bem sucedida carreira política. Foi a primeira mulher a candidatar-se a uma prefeitura no sertão pernambucano, e nada diz mais do apreço que conquistou de seus conterrâneos do que o fato de que recebeu deles três mandatos. Por mais de uma vez, Cleusa Nascimento teve seu trabalho à frente da prefeitura reconhecido nacionalmente. Atualmente, responde pela coordenação do “Programa Mãe Coruja” – programa do governo do Estado de Pernambuco que visa a reduzir a mortalidade infantil e materna.

Andréa Maciel Pachá é Juíza de Direito no Estado do Rio de Janeiro, ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça, professora universitária, grande especialista na Lei Maria da Penha. Andréa Maciel sabe aliar com excelência sua formação jurídica, sua experiência de juíza e sua sensibilidade às questões pertinentes à família e à situação da mulher, de modo a oferecer-nos uma visão rica e profunda do complexo problema da violência contra a mulher no contexto familiar.

Leci Brandão da Silva, cantora, compositora e instrumentista, com carreira consolidada ao longo de mais de quarenta anos de atuação, é figura destacada na história da música popular brasileira, sobretudo do samba. Com mais de 22 discos gravados ao longo da carreira, Leci Brandão lançou, em 2006, seu primeiro DVD, intitulado “Canções Afirmativas”, onde inclui imagens que dão destaque ao conteúdo político e ativista de suas canções. Desde 2003, integra o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPJR) – seu mandato, aliás, foi renovado no ano passado.

Clara Perelberg Steinberg tem formação em Engenharia Civil, Engenharia Industrial e Engenharia Econômica, com especialização nas áreas de planejamento econômico e habitacional. Clara Steinberg é

vice-presidente das empresas do grupo Servenco, empresa que criou, juntamente com seu marido, em 1948 – em uma época em que a única parceria concebível entre homens e mulheres era a do matrimônio. Enfim, em um tempo em que as esposas ainda precisavam de autorização dos maridos para trabalhar, Clara Steinberg – que certamente já destoava por assumir uma profissão, a de engenheira, considerada então como tipicamente masculina. Foi além, tornando-se sócia do marido em uma empresa de construção, que até hoje ajuda a dirigir.

A essas cinco agraciadas, Senhor Presidente, o Conselho houve por bem acrescentar duas outras homenageadas. Com menção honrosa, homenageamos Maria Lygia Borges Garcia, escritora, ex-primeira-dama do Mato Grosso – quando o Estado não havia sido ainda dividido –, que, nessa condição de primeira-dama, deixou em seu Estado uma marca indelével de serviços prestados à população mais pobre. Homenageamos também, *in memoriam*, a ex-primeira-dama do Paraná, Fani Lerner, falecida em maio do ano passado, após ter tido seu nome indicado pelo Conselho Municipal da Condição Feminina, de Curitiba, no Paraná. Fani Lerner sempre atuou ao lado de seu marido, Jaime Lerner, duas vezes Governador do Paraná e três vezes Prefeito de Curitiba, tendo assumido a Secretaria da Criança tanto no Município quanto no Estado. Sua atuação em prol das crianças tem repercussão mundial, o que demonstram os prêmios recebidos por ela e pelos programas que implantou.

São essas, Senhor Presidente, as homenageadas deste ano. Como disse, o amplo espectro de atuação dessas mulheres constitui uma amostra interessante da extensão da participação feminina na vida do Brasil contemporâneo. Da arte à política, da engenharia ao direito, as mulheres cada vez mais ocupam um espaço de destaque. É o que este diploma, que hoje recebem, quer reconhecer.

A todas, deixo aqui minhas felicitações e meus sinceros agradecimentos pelo brilhante trabalho que realizam.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Senador Marco Maciel. V. Ex^a será atendido.

Assumo aqui a direção da Mesa, fazendo também a saudação às entidades feministas e do Movimento Social presentes nesta oportunidade.

Passamos a palavra neste momento, já em acordo com a oradora que estava previamente inscrita, à Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, a Deputada Vanessa Grazziotin, em acordo com a Deputada Janete Pietá.

Logo a seguir, convidaremos a Senadora Marisa Serrano. Faremos, de fato, algo parecido com saudações expressas – para que possamos aproveitar este tempo – a todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem pela TV Senado e ouviremos todas as representações partidárias na Câmara e no Senado.

Deputada Vanessa Grazziotin com a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Deputada Alice Portugal, Senadora Lúcia Vânia, em nome de quem cumprimento as companheiras e companheiros da Mesa, quero, antes de mais nada, dizer que farei uma brevíssima saudação a este Dia Internacional da Mulher, comemorado de forma especial, porque este é o centésimo ano em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Cumprimento, em primeiro lugar, as homenageadas pelo Senado e que receberam o prêmio Bertha Lutz.

Quero cumprimentar a Sra. Maria Lygia de Borges Garcia, a Dr^a Andréa Pachá, a Dr^a Clara Steinberg, a Dr^a Cleuza do Nascimento, a companheira Dr^a Augusta Tibiriçá – uma velha lutadora dos movimentos feministas –, Leci Brandão. Depois das homenagens que foram prestadas a você pela Ministra Dilma, Leci, não precisamos dizer mais nada, porque você é um orgulho para as mulheres brasileiras e para o movimento em favor da democracia e da construção de uma sociedade mais justa em nosso País. (Palmas.)

Cumprimento, *in memoriam*, a Sra. Fani Lerner, e a quem recebeu o prêmio por ela: familiares e esposo, ex-Governador Jaime Lerner.

Este é um momento histórico e especial para o Congresso Nacional.

A cada 8 de março, aqui estamos, seja no plenário da Câmara ou no plenário do Senado, falando das condições de desigualdade que ainda pairam sobre as mulheres nos dias atuais. De nossa parte, o 8 de março não é apenas para receber flores. Nós as recebemos com muita alegria e, muitas vezes, com muita emoção. Mas o 8 de março foi o dia determinado para que houvesse uma reflexão sobre a nossa situação e sobre as posições que nós ocupamos.

Todas nós temos a certeza de que, se a mulher não ocupa ainda um espaço maior na sociedade, na política, no trabalho, não é porque não tem capacidade. Pelo contrário. A mulher tem inteligência e muita capacidade e uma dedicação infinitamente superior à dos homens. Entretanto, enfrentamos e encontramos inúmeras barreiras – entre elas a sobrecarga de trabalho que é algo que, na minha concepção, precisamos resolver para que a mulher esteja mais livre para trabalhar e para ocupar postos de direção em nosso País.

Deputada Alice Portugal, quero dizer, como Líder da Bancada do PCdoB, que é, senhoras e senhores, o único Partido da Câmara dos Deputados que tem uma mulher ocupando a liderança. Aliás, pela segunda vez, ocupamos a liderança de um Partido. E, mais do que isso, é o Partido Comunista do Brasil aquele que proporcionalmente tem um número maior de mulheres. Fico feliz porque pertenço a um partido que ajuda a fazer com que a política seja de respeito e voltada para a mulher também, para garantir os espaços às mulheres.

Então, falo aqui em nome da Liderança do meu Partido, o PCdoB.

05/03/2010

Um novo tempo para as mulheres

Saudação da Comissão Política Nacional do PCdoB às mulheres no 8 de março.

Este 8 de março de 2010 realça alguns significados para a luta das mulheres. O centenário da aprovação dessa data pelas mulheres socialistas na Conferência de Copenhague em 1910 reforça a reflexão sobre os avanços da cidadania das mulheres e sobre os entraves que a atual sociedade capitalista ainda coloca na caminhada libertadora das mulheres, sobretudo no contexto atual de sua grande crise. Desemprego, dificuldade de acesso a cargos qualificados, diferença salarial, falta de equipamentos sociais como creche, previdência precária ou inexistente no caso do trabalho informal, são questões que afetam com maior força as mulheres. Além disso, se a nível mundial a mulher já ocupa espaços de poder, convive ainda com a subrepresentação, e com a sobrecarga doméstica e a violência, para não falar das investidas de criminalização das que ousam interromper a gravidez.

Se por um lado a atual crise jogou uma pá de cal na tese de que o capitalismo seria o fim da história, por outro reavivou a luta social e a busca de caminho para chegar a um novo sistema social, socialista. É no palco dessa luta entre o velho e novo mundo que se destaca a caminhada das mulheres rumo à liberdade. Como disse o filósofo francês Fourier: “A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela progressão das mulheres em direção à liberdade ... O grau de emancipação da mulher é a medida da emancipação em geral”.

É verdade que a emancipação inconclusa das mulheres hoje tem a ver com os dilemas emancipatórios da sociedade. Mas as lições das experiências socialistas e a evolução do pensamento revolucionário, além de reafirmar a contextualização histórica, social e econômica da luta das mulheres, como fez Clara Zetkin na Conferência de Copenhague em 1910, evoluiu para um melhor entendimento dos entraves ideológicos e subjetivos para a emancipação feminina, que precisam ser desde já enfrentados transversalmente em todos os espaços da sociedade. Não perdendo de vista, é claro, que a evolução do pensamento revolucionário sobre a emancipação da mulher, tem interface e deve interagir com a evolução do pensamento marxista para uma virada civilizacional rumo ao socialismo.

Para chegar às conquistas de hoje foi preciso muita luta. No início de corajosas mulheres individualmente, evoluindo para a luta organizada por bandeiras mais definidas, pela educação, pelo trabalho, pelo voto, pela democracia, pela igualdade na lei e na vida. Nessas jornadas muitas foram as heroínas que às vezes a história oficial oculta. Será que o feito de Olympe de Gouges, que por defender a cidadania das mulheres na Revolução Francesa foi para a guilhotina é suficientemente divulgado?

Será que a nossa história brasileira divulga que já no tempo das Capitanias houve duas administradoras de Capitanias em São Vicente e Pernambuco, Ana Pimentel e Brites de Albuquerque? De que Maria Dias Ferraz do Amaral ficou conhecida como a “heroína do Capivari” por ter lutado contra os carajós? E que Antônia Ribeiro também organizou e sustentou uma Bandeira com seus filhos? Isso para não falar dos exemplos de Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Barbara Heliodora, Chiquinha Gonzaga, Angelina Gonçalves, Luiza Mahin,

E quero, Deputada Alice Portugal, deixar um pedido à Mesa, para que conste dos *Anais da Casa* nota aprovada, no último dia 5, pela Comissão Política Nacional do PCdoB, cujo título é “Um novo tempo para as mulheres”.

Um grande abraço a todas.

E viva o 8 de março! Viva o Dia da Mulher!
Obrigada. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

das quilombolas e porque não de Maria Bonita que neste 8 de março faria 100 anos? E das resistentes pela democracia, das guerrilheiras do Araguaia, simbolizadas por Elza Monerat. A lista é enorme. O importante é dar visibilidade a essas lutadoras que alicerçaram a caminhada democrática e emancipadora.

Neste centenário do 8 de março, homenagem às operárias tecelãs queimadas na fábrica Cotton de Nova Iorque que lutavam por redução da jornada e melhores condições de trabalho, fazemos um balanço positivo da caminhada das mulheres. Um alento para prosseguir no rumo da liberdade, do progresso social, de combate ao racismo, da igualdade entre homens e mulheres, de uma sociedade sem exploração. É justo homenagear em particular a resistência das trabalhadoras, sua demanda atual pela jornada de 40 horas sem redução do salário e reafirmar a bandeira do socialismo defendida por Clara Zetkin.

Vivemos no Brasil ventos favoráveis ao avanço do desenvolvimento, com mais distribuição de renda, mais democracia, mais conquistas para nosso povo e de combate às desigualdades. A caminhada das mulheres rumo à liberdade prossegue, com muitas conquistas a serem alcançadas e obstáculos a serem vencidos. A candidatura à Presidência da República de uma mulher como Dilma Rousseff, oriunda da resistência democrática, pode, se vitoriosa, apontar um novo tempo de avanço, de desenvolvimento, progresso social e democrático para o Brasil e as mulheres.

São Paulo, 5 de março de 2010
A Comissão Política Nacional do PCdoB

- 1 - M^g Lúcia Borges Cunha
- 2 - D^{ra} Andria Macel Pachá
- 3 - Dora Perlberg Steinberg
- 4 - Cleuze P. do Nascimento
- 5 - M^g Augusta Tibúrcio
- 6 - Leci Brandão
 In memória
- 7 - Fani Júnior

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. Bloco/PCdoB – BA) – Muito obrigada, Deputada Vanessa Grazziotin, inclusive pela disciplina no uso do tempo.

Gostaria também de citar a presença das sindicalistas do Sindifisco Nacional, que estão em caravana lutando pela aprovação da PEC nº 555.

Fala imediatamente a Senadora Marisa Serrano; com muita honra, nós a convidamos à tribuna da Casa, da sua Casa.

A seguir peço que se preparem as Deputadas Janete Pietá e Cida Diogo.

Presentes, também, a Deputada Fátima Bezerra; a Deputada Sandra Rosado; a Deputada Sueli Vidigal, que falará a seguir; o Deputado Simão Sessim. No seguimento, iremos citando os demais presentes.

Senadora Marisa Serrano, com a palavra.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Componentes da Mesa, senhoras homenageadas, é um prazer enorme estarmos comemorando este 8 de março na presença de todas vocês. Cumprimento as minhas colegas Senadoras e Deputadas aqui presentes e também os Deputados e Senadores.

Nós representamos hoje a nova mulher. Estamos preparadas intelectual e profissionalmente; temos competência e facilidade de comunicarmo-nos. Temos, enfim, capacidade de liderança. E mostramos isso, todos os dias, na família, no trabalho, no convívio social. Uma em cada quatro famílias é chefiada por mulheres no Brasil. Por que, então, somos tão poucas na política? Qual a razão que tem levado poucas mulheres a superar os obstáculos e a conquistar espaços nos parlamentos, nos executivos e no sistema partidário?

A minha experiência como política e parlamentar muitas vezes me leva a questionar se estamos fadadas a repetir sempre os modelos políticos tradicionais, legados pelo patriarcado, no qual as regras de dominação de uma visão de mundo permanecem intocadas. Quem faz as regras do jogo político? São os homens. Por que as mulheres estão entrando no mesmo jogo? Será que é porque está chegando o momento de fazermos uma discussão a respeito disso, se nós, mulheres, estamos preparadas para o jogo político feito pelos homens?

Vejo que a atividade política se reproduz por meio de uma tradição histórica e sinto que as mulheres ainda estão tateando na penumbra sobre qual seria o *modus operandi* feminino de ação política. É preciso criar uma categoria diferenciada do exercício prático da política, que fuja aos padrões convencionais consolidados.

Acredito que precisamos mudar a forma de atuação que predomina nos partidos e nos círculos de

poder: alianças questionáveis, “verdades” momentâneas, ética que se molda às circunstâncias, ajustes em torno das conveniências, enfim, algo sempre distante daqueles ideais que marcam a presença da mulher ao longo da história da humanidade.

Por isso, acredito que temos de fortalecer o padrão feminino de fazer política. Ao mesmo tempo, esse padrão deve ser convergente, para dar unidade às diferenças e, assim, fazer a sociedade avançar. As mulheres devem lutar para criar simetrias que valorizem as ações humanas. Elas devem estar ao lado dos homens para somar e crescer. Não podem ser meros apêndices, e sim parte imprescindível do todo.

Infelizmente, ainda observamos as brutais desigualdades no campo da participação política. Há o sistema de quotas, que obriga os partidos a inscreverem no mínimo 30% de um dos gêneros – no nosso caso, as mulheres – nas chapas proporcionais. Mas parece que o instrumento não tem sido eficaz para atrair lideranças femininas com real potencial eleitoral para as agremiações partidárias. Portanto o sistema de quotas, no meu entender, não fez tudo aquilo que gostaríamos que fizesse. Pelo menos, foi aquilo que sonhamos, quando, em 1996, lutamos por todas as mulheres no poder.

Quero dizer ainda que em 2010 teremos pela primeira vez a possível presença de duas mulheres candidatas à Presidência da República. E aqui quero fazer uma homenagem a Marina Silva, nossa companheira e pré-candidata a Presidente da República pelo PV. (Palmas.)

Acredito que a escolha do próximo chefe da Nação não deve pautar-se em questões de gênero, raça ou nível social, mas sim em quem trouxer as melhores propostas para o futuro e tiver verdadeiro comprometimento com a solução dos grandes problemas nacionais.

Além disso, é importante levar em conta a história de vida, a experiência administrativa, o comprometimento político-partidário e a credibilidade de cada candidato. É preciso votar em alguém que seja líder e que, independentemente do sexo, tenha experiência para realizar...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Quero dizer que, independentemente de sexo, o próximo Presidente da República, como qualquer Presidente, tem de ter experiência para realizar ações efetivas em prol do povo brasileiro.

Nós, mulheres, queremos autenticidade. Queremos no poder quem possa desenvolver projetos que sejam melhores para a Nação, e não aquilo que seja

preso e tenha como base mensalões, corrupção e tudo aquilo que a mulher condena em toda a sua vida.

Quero terminar, dizendo que vou falar de uma mulher, aqui, que é o exemplo desse tipo de mulher que pode fazer uma política de forma diferenciada dos homens. Quero lembrar Ruth Cardoso. Dona Ruth Cardoso fez, sim, uma mudança neste País. (*Palmas.*) Mostrou como é possível trabalhar as minorias; mostrou como é possível fazer com que os homens, as mulheres e os jovens desta terra tenham uma vida melhor; mostrou como é possível, com seu trabalho, com sua luta empreendedora, fazer a diferença. Este tipo de mulher é o que nós queremos...

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ... uma mulher que mostre que é possível, sim, fazer uma política diferente daquilo que aí está. Duvido que uma mulher aqui queira ter a política que estamos vendendo neste País; duvido que possamos orgulhar-nos de sermos políticas hoje, no Brasil, com tudo aquilo que estamos vendendo.

E é a hora chegada de as mulheres fazerem, sim, a diferença; de mostrarem que não queremos chegar ao poder só por chegar ao poder. Nós queremos chegar ao poder, para transformar o poder. Aí sim, vamos fazer um País diferente.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DA SENADORA MARISA SERRANO

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Parlamentares, estou muito feliz de participar hoje desta sessão para homenagear as mulheres brasileiras. Minhas colegas já fizeram aqui uma retrospectiva das conquistas femininas ao longo da história. É claro que é muito importante resgatar o passado e homenagear personalidades como Berta Lutz, por exemplo, figura fundamental na luta pela conquista do direito ao voto feminino no Brasil.

Temos muito orgulho das ações empreendidas pelas mulheres em todo o mundo em prol de mais participação política e igualdade de direitos. Sem nos esquecermos do passado, chegamos ao século XXI com um desafio: a construção de um modo feminino de fazer política.

Representamos hoje a nova mulher. Estamos preparadas intelectual e profissionalmente, temos competência, facilidade de nos comunicarmos, temos, enfim, capacidade de liderança. E mostramos isso todos os dias na família, no trabalho, no convívio social. Uma em cada quatro famílias é chefiada por mulheres no Brasil. Por quê, então, somos tão poucas na política? Qual a

razão que tem levado poucas mulheres a superar os obstáculos e conquistar espaços nos parlamentos, nos executivos e no sistema partidário?

O mesmo não tem ocorrido, por exemplo, nos Judiciário, nos movimentos sociais, ONGs, iniciativas comunitárias, associações profissionais e no voluntariado religioso ou empresarial.

Tenho lido autores como Alain Touraine, Luck Ferri e tantos outros que referendam o fato de que as mulheres constituem o elemento novo das transformações culturais do mundo moderno, ao mesmo tempo em que observam que na atividade política a mulher ainda se mantém presa aos padrões tradicionais ditados pelo pragmatismo masculino.

A minha experiência como política e Parlamentar muitas vezes me leva a questionar se estamos fadadas a repetir sempre os modelos políticos tradicionais, legados pelo patriarcalismo, no qual as regras de dominação de uma visão de mundo permanecem intocadas.

Vejo que a atividade política se reproduz por meio de uma tradição histórica e sinto que as mulheres ainda estão tateando na penumbra sobre qual seria o *modus operandi* feminino de ação política. É preciso criar uma categoria diferenciadora do exercício prático da política que fuja aos padrões convencionalmente consolidados.

Talvez as mulheres, pela nossa própria natureza, estejamos mais dispostas à generosidade, à solidariedade, à harmonização das partes em conflito, mas quando se trata de lidar com a esfera da política, somos obrigadas a ser mais competitivas e menos conciliadoras, sempre calculando estratégias, ou seja, afastando-nos um pouco daqueles atributos mais afeitos ao feminino e se aproximando do jeito masculino de ser.

Por isso, acredito que o tempo nos dará sabedoria para promover a superação do modelo tradicional de fazer uma alteração de fundo sobre como se deve dar uma maior participação das mulheres na cena pública.

Acredito que precisamos mudar a forma de atuação que predomina nos partidos e nos círculos de poder: alianças questionáveis, “verdades” momentâneas, ética que se molda às circunstâncias, ajustes em torno de conveniências, enfim, algo sempre distante daqueles ideais que marcam a presença da mulher ao longo da história da humanidade.

Por isso acredito que temos que fortalecer o padrão feminino de fazer política. Digo isso porque as mulheres têm uma visão mais holística do mundo e devem aproveitar esse potencial e a sua sensibilidade para ajudar a construir ações voltadas para a melhoria real da vida da população.

Ao mesmo tempo esse padrão deve ser convergente para dar unidade às diferenças e assim fazer a sociedade avançar. As mulheres devem lutar para criar simetrias que valorizem as ações humanas. Elas devem estar ao lado dos homens para somar e crescer. Não podem ser meros apêndices e sim parte imprescindível do todo.

Infelizmente ainda observamos as brutais desigualdades no campo da participação política. Temos o sistema de cotas, que obriga os partidos a inscreverem, no mínimo, 30% de mulheres nas chapas proporcionais. Mas parece que o instrumento não tem sido eficaz para atrair lideranças femininas com real potencial eleitoral para as agremiações partidárias.

Basta observar a composição atual do Congresso Nacional. Temos 45 Deputadas Federais, correspondendo a 8,77% das cadeiras. E dez Senadoras, o que equivale a 12,34% do total. Ainda é muito pouco. Segundo a ONU, nesse ritmo, só teremos uma equivalência entre homens e mulheres no Legislativo Federal daqui a 400 anos.

Pensando nesta relação Mulheres e Política, apresentei no ano passado um projeto de lei (PLS nº 241/09) que destina 10% dos recursos do Fundo Partidário às siglas que elegerem candidatas para a Câmara dos Deputados, na proporção do número de eleitas. Esses recursos seriam utilizados exclusivamente para financiar candidaturas femininas, incentivar a filiação partidária de mulheres e a participação delas na política.

Em 2010 teremos pela primeira vez a possível presença de duas mulheres candidatas à presidência da República.

Acredito que a escolha do próximo chefe da Nação não deva se pautar em questões de gênero, raça ou nível social, mas, sim, em quem trouxer as melhores propostas para o futuro e tiver verdadeiro comprometimento com a solução dos grandes problemas nacionais.

Além disso, é importante levar em conta a história de vida, a experiência administrativa, o comprometimento político-partidário e a credibilidade de cada candidato. É preciso votar em alguém que seja líder e que, independentemente do sexo, tenha experiência para realizar ações efetivas em prol do povo brasileiro.

Nós mulheres queremos autenticidade! Queremos no poder quem possa desenvolver projetos que sejam o melhor para a Nação. Alguém que tenha experiência suficiente para manter a governabilidade, sem precisar de mensalões, arranjos ditados por cima e de outras artimanhas baseadas na corrupção.

Mulheres no poder não vão fazer diferença se não for para mudar o poder! Caso contrário, será fazer mais do mesmo, só que de batom.

Lembro-me de Dona Ruth Cardoso, mulher engajada, autêntica, elegante, respeitada por todos os partidos. Ela é um bom exemplo de como a política pode se vestir de características próprias, ornada de sensibilidade, de senso de justiça e de preocupação ética no trato da coisa pública. O poder assim exercido pode assegurar extraordinários avanços para a sociedade.

Vamos lutar pela construção de um poder feminino: mais solidário, menos individualista e menos competitivo. Vamos trabalhar em conjunto pelo bem estar de todos, homens e mulheres. Essa é a minha proposta: para que faça sentido a luta das mulheres no poder, vamos transformar, superar e fazer política com a forma feminina de pensar e agir.

Com uma presença do poder feminino na vida pública, ganham, certamente, as mulheres. Mas saem fortalecidos, também, a democracia, os direitos humanos, a causa da justiça social e os interesses maiores de toda a Nação brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Senadora Marisa.

Vamos agora ouvir a Deputada Janete Pietá, representando a Bancada do PT na Câmara dos Deputados, em divisão do tempo com a Deputada Cida Diogo.

A SRA. CIDA DIOGO (PT – RJ) – Sra. Presidente, boa-tarde. Boa-tarde a todos e a todas.

Queria aqui dizer que nós, mulheres brancas e negras, estamos juntas nesta luta por igualdade de gênero em nosso País. (*Palmas.*)

Gostaria de passar a palavra para a nossa representante do Partido dos Trabalhadores, uma mulher negra, liderança do movimento negro, que tem muito bem representado todas as mulheres do nosso País na Câmara dos Deputados: Janete Pietá. (*Palmas.*)

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sra. Presidenta Alice Portugal, por quem tenho grande estima, respeito e admiração; Senadora Lúcia Vânia; Senador Inácio Arruda; Deputado Marcelo Ortiz, quero, como representante do PT, nominar as companheiras que compõem a Bancada do Partido dos Trabalhadores: Deputada Cida Diogo; Deputada Ângela Portela, que defende na Casa a ampliação da licença-maternidade, a PEC nº 30, a qual defendemos e queremos que seja prioridade da pauta; Deputada Dalva Figueiredo; Deputada Fátima Bezerra, essa nossa companheira do Rio Grande do Norte; as nossas companheiras Depu-

tada Maria do Rosário, Deputada Emilia Fernandes e Deputada Iriny Lopes.

Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, quero, neste momento, saudar os meus ancestrais na figura de Dandara, mulher negra, que com Zumbi dos Palmares resistiu à escravidão; saudar Margarida Alves, mulher trabalhadora rural, que morreu assassinada na porta de sua casa.

Quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, saudar todas as mulheres negras, indígenas, orientais e também todas as mulheres brancas.

Este ano comemoramos o Centenário do Dia Internacional da Mulher. Neste dia 8 de março, conclamo todas as mulheres a participar da vida política e sindical. Queremos fortalecer mais e mais a presença da mulher em fóruns suprapartidários de mulheres.

Este dia tem um significado especial para todas nós. Certamente não é o único, porque todo dia deve ser dia da mulher, todo dia deve ser dia de indígenas. Queremos saudar as donas de casa e queremos ser donas dos nossos destinos. Queremos o fim de toda violência contra as mulheres e o fim da violência doméstica. Queremos o fim da violência contra esposas, companheiras, noivas, namoradas.

Queremos que a mulher ocupe cada vez mais espaço na sociedade e na estrutura de poder. Por isso, repito o lema escolhido pelas bancadas femininas na Câmara e no Senado: "A mulher na política muda o poder". Mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres. Nós podemos.

E para que de fato se mude é preciso que se complete a tarefa da inclusão de todas as mulheres, principalmente as mais excluídas: as mulheres negras e indígenas.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravidão, que explorou impiedosamente as mulheres negras. E por isso quero registrar aqui meu total repúdio e peço que todas as Senadoras repudiem a frase do Senador Demóstenes Torres, que disse: "é só ler Gilberto Freire que dá a impressão de que no Brasil as negras foram estupradas e a miscigenação se deu de forma violenta. Não, não foi isso. Foi de forma consensual". Nenhum estupro é de forma consensual. E violência e estupro, segundo o Código Penal, é crime! Houve, sim, escravidão no Brasil. Houve, sim, e por isso o Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado na Câmara, precisa ser aprovado no Senado. Não se pode mudar, não se pode tirar a palavra escravidão. Não é tirando a palavra escravidão que se vai mudar esse fato ocorrido na nossa História, mas com políticas públicas para que os negros e as negras tenham espaço, voz e poder.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravidão onde se explorou impiedosamente as mulheres negras. O fim da escravidão não se fez acompanhar de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e tantas outras destinadas a reverter esse quadro. Nesse período a sociedade brasileira passou por diversas mudanças, é verdade, mas a marca da exclusão e exploração das mulheres negras continuou.

Essa situação é comprovada por estudos como o relatório da Organização Internacional do Trabalho, divulgado recentemente pelo Correio Braziliense ("OIT mostra que desemprego é maior entre as mulheres, ainda que elas tenham mais estudo" – Correio Braziliense, 5 de março de 2010) que comprova que o índice de desemprego entre mulheres é superior ao índice dos homens. O rendimento médio das mulheres é inferior, quando comparado ao dos homens. Em termos proporcionais, mais mulheres do que homens trabalham na informalidade.

Sabemos como esse quadro descreve principalmente a situação das mulheres negras. Exercendo com muita dignidade a tarefa de cuidar das residências de seus empregadores – ao mesmo tempo em que acumula o cuidado com sua própria família – há cerca de 6 milhões de mulheres no emprego doméstico, das quais, segundo o IPEA, 93% são mulheres negras. Infelizmente, apenas uma pequena proporção delas tem carteira assinada.

Os esforços para tirar esse contingente de trabalhadoras da informalidade são inúmeros como a atuação da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, que resultaram na Lei 11.324, sancionada em 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que alterou as regras sobre a dedução do Imposto de Renda da contribuição patronal paga à Previdência Social do empregador doméstico sobre o valor de remuneração do empregado. Entretanto, a pouca valorização social do trabalho doméstico é um poderoso fator cultural que dificulta o reconhecimento da atividade exercida por essas mulheres.

É fundamental compreendermos que qualquer discriminação de gênero é um atentado aos direitos humanos, e o mundo do trabalho não é de forma alguma uma exceção a esse princípio. A Convenção 156 da OIT integra a lista de instrumentos jurídicos internacionais que tem como objetivo eliminar a discriminação, na medida em que protege o membro da família que participa do mercado de trabalho. Esse documento proclama:

1. Esta Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos dependentes, quando estas responsabilidades restringem

a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir.

2. As disposições desta Convenção aplicar-se-ão também a homens e mulheres com responsabilidades com relação a outros membros de sua família imediata que manifestamente precisam de seus cuidados ou apoio, quando essas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e de nela ingressar, participar ou progredir.

Todas as convenções internacionais necessitam ser ratificadas pelo Congresso Nacional para terem valor legal. Então, essa é nossa tarefa agora: ratificar a Convenção 156 da OIT. Temos que mostrar aos atores do mundo do trabalho – trabalhadores, empresários, governo – o valor da Convenção 156, construindo, assim, uma mobilização pela ratificação desse importante documento. O Congresso Nacional não pode deixar de contribuir para a construção de uma sociedade dominada pelos valores de inclusão.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados também está empenhada em avançar as matérias de interesse das mulheres. Este ano estabelecemos as proposições com prioridade imediata que são:

- PEC 590/2006, da Dep. Luiza Erundina (PSB/SP): garante representação proporcional de cada sexo na composição das mesas diretoras da Câmara, do Senado e das Comissões, garantindo pelo menos uma vaga para cada sexo. A matéria está pronta para votação pelo Plenário da Câmara.

- PEC 030/2007, da Dep. Ângela Portela (PT/RR): amplia para 180 dias a licença à gestante. A matéria aguarda encaminhamento.

- PL 6653/2009, da Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA): cria mecanismos para garantir igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural. O projeto está sendo analisado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

Também é de interesse das mulheres questões mais gerais como a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que adota a igualdade de gênero como um princípio transversal, nesse caso buscando corrigir a situação de desigualdade de um dos segmentos mais vulneráveis em nossa sociedade: as mulheres negras.

Uma sociedade justa se constrói com a adoção de mecanismos que combatam as desigualdades e na qual os direitos assegurados na legislação se traduzam em práticas eficazes para proporcionar a igualdade de oportunidade para todas as pessoas. É por essa razão que uma das melhores formas de comemorarmos o Dia Internacional da Mulher é nos instrumentalizarmos

para educar nossas crianças, nossos esposos, companheiros, filhos, irmãos, colegas de trabalho sobre a importância da igualdade. Só assim construiremos um Brasil melhor para todas as mulheres e homens deste país.

Quero saudar, em especial, a mulher guarulhense e transmitir a mensagem de que somente sua organização consciente e participação na vida política, econômica, ambiental e social da sociedade farão com que um novo mundo e um novo olhar mundial sejam implantados em nossa cidade e em todo o planeta.

Conclamo todas as mulheres a comemorar mais esse 8 de março através de sua maior participação na política e na continuada luta pela igualdade. “A mulher na política muda o poder”.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. DEPUTADA JANETE PIETÁ.

A SRA. JANETE PIETÁ (PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) –

**Sessão Solene
Dia Internacional da Mulher
9-3-2010**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Senadores, Senhores Deputados, Companheiras, Companheiros,

Em nome do meu partido – Partido dos Trabalhadores – quero saudar todas as mulheres brasileiras.

Esse ano comemoramos o Centenário do Dia Internacional da Mulher: neste dia 8 de março conclamo todas as mulheres a participar da vida política e vida sindical. Queremos fortalecer o Fórum Suprapartidário das Mulheres.

Esse dia tem um significado especial para todas nós. Certamente não é unicamente em um dia do ano que queremos reconhecimento e respeito. Queremos ser donas do nosso destino; queremos o fim de toda a violência contra as mulheres, o fim da violência doméstica que vitima esposas, companheiras, noivas, namoradas; queremos que a mulher ocupe cada vez mais espaços na sociedade e nas estruturas de poder. Por isso, repito o lema escolhido pelas Bancadas Femininas na Câmara e no Senado para essa sessão: “A mulher na política muda o poder”.

E para que o poder mude de fato é preciso que se complete a tarefa da inclusão de todas as mulheres, principalmente daquelas que mais tem sentido os efeitos da exclusão, as mulheres negras.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravidão que explorou impiedosamente das mulheres negras. O fim da escravidão não se fez acompanhar de políticas públicas nas áreas de saúde,

educação e tantas outras destinadas a reverter esse quadro. Nesse período a sociedade brasileira passou por diversas mudanças, é verdade, mas a marca da exclusão e exploração das mulheres negras continuou.

Essa situação é comprovada por estudos como relatório da Organização Internacional do Trabalho, divulgado recentemente pelo **Correio Braziliense** (“OIT mostra que desemprego é maior entre as mulheres, ainda que elas tenham mais estudo” – **Correio Braziliense** 5 de março de 2010) que comprova que o desemprego entre mulheres é superior ao índice dos homens. O rendimento médio das mulheres é inferior, quando comparado ao dos homens. Em termos proporcionais, mais mulheres do que homens trabalham na informalidade.

Sabemos como esse quadro descreve a situação principalmente das mulheres negras.

Exercendo com muita dignidade a tarefa de cuidar das residências de seus empregadores – ao mesmo tempo em que acumula o cuidado com sua própria família – há cerca de 6 milhões de mulheres no emprego doméstico, das quais, segundo o IPEA, 93% são mulheres negras. Infelizmente, apenas uma pequena proporção delas tem carteira assinada.

Os esforços para tirar esse contingente de trabalhadoras da informalidade são inúmeros como a atuação da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, que resultaram na Lei nº 11.324, sancionada em 2006 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que alterou as regras sobre a dedução do Imposto de Renda da contribuição patronal paga à Previdência Social do empregador doméstico sobre o valor de remuneração do empregado. Entretanto, a pouca valorização social do trabalho doméstico é um poderoso fator cultural que dificulta o reconhecimento da atividade exercida por essas mulheres.

É fundamental compreendermos que qualquer discriminação de gênero é um atentado aos direitos humanos, e o mundo do trabalho não é de forma alguma uma exceção a esse princípio. A Convenção nº 156 da OIT integra a lista de instrumentos jurídicos internacionais que tem como objetivo eliminar a discriminação, na medida em que protege o membro da família que participa do mercado de trabalho. Esse documento proclama:

1. Esta Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir.

2. As disposições desta Convenção aplicar-se-ão também a homens e mulheres com responsabilidades com relação a outros membros de sua família imedia-

ta que manifestamente precisam de seus cuidados ou apoio, quando essas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e de nela ingressar, participar ou progredir.

Todas as convenções internacionais necessitam ser ratificadas pelo Congresso Nacional para terem valor legal. Então, essa é nossa tarefa agora: ratificar a Convenção nº 156 da OIT. Temos que mostrar aos atores do mundo do trabalho – trabalhadores, empresários, governo – o valor da Convenção nº 156, construindo, assim, uma mobilização pela ratificação dessa importante documento. O Congresso Nacional não pode deixar de contribuir para a construção de uma sociedade dominada pelos valores de inclusão.

A Bancada feminina da Câmara dos Deputados também está empenhada em avançar as matérias de interesse das mulheres. Esse ano estabelecemos as proposições com prioridade imediata que são:

– PEC nº 590/2006, Dep. Luiza Erundina (PSB – SP): garante representação proporcional de cada sexo na composição das mesas diretoras da Câmara, do Senado e das Comissões, garantindo pelo menos uma vaga para cada sexo. A matéria está pronta para votação pelo Plenário da Câmara.

– PEC nº 30/2007, Dep. Ângela Portela (PT – Roraima): amplia para 180 dias a licença à gestante. A matéria aguarda encaminhamento.

– PL nº 6.653/2009, Dep. Alice Portugal (PCdoB – BA): cria mecanismos para garantir igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural. O projeto está sendo analisado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

Também é de interesse das mulheres questões mais gerais como a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que adota igualdade de gênero como um princípio transversal, nesse caso buscando corrigir a situação de desigualdade de um dos segmentos mais vulneráveis em nossa sociedade: as mulheres negras.

Uma sociedade justa se constrói com a adoção de mecanismos que combatem as desigualdades e na qual os direitos assegurados na legislação se traduzam em práticas eficazes para proporcionar a igualdade de oportunidade para todas as pessoas. É por essa razão que uma das melhores formas de comemorarmos o Dia Internacional da Mulher e nos instrumentalizarmos para educar nossas crianças, nossos esposos, companheiros, filhos, irmãos, colegas de trabalho sobre a importância da igualdade. Só assim construiremos um Brasil melhor para todas as mulheres e homens desse País.

Quero saudar, em especial, a mulher guarulhense e transmitir a mensagem de que somente sua organização consciente e participação na vida política, econômica, ambiental e social da sociedade farão com que um novo mundo e um novo olhar mundial sejam implantados em nossa cidade e em todo o planeta.

Conclamo todas as mulheres a comemorar mais esse 8 de março através de sua maior participação na política e na continuada luta pela igualdade. "A mulher na política muda o poder". – **Janete Rocha Pietá**, Deputada Federal – PT/SP.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Deputada Janete Pietá, que representou o Partido dos Trabalhadores.

Pelo adiantado da hora, é fundamental que deixemos os ânimos tranquilos, porque todos e todas terão o espaço previsto, no entanto, com o bom senso de sabermos usá-lo. Por isso mesmo, o acordo entre as bancadas é que fale um Senador ou Senadora por partido e uma Deputada ou Deputado por partido, correspondendo às suas representações no Senado e na Câmara. E a ordem de inscrição se deu exatamente pela ordem de chegada dos ofícios e seguindo com o máximo rigor o tamanho dos partidos, conforme os Regimentos das duas Casas orientam.

Então, neste momento, eu gostaria de chamar – pois, em acordo com o Senador Renan Calheiros, houve a permuta – para falar o Senador Inácio Arruda, seguido imediatamente pela Deputada Solange Amaral, que, se não estiver presente, será substituída pelo representante da Minoria na Câmara Eduardo Sciarra.

Vamos ouvir, portanto, o Senador pelo PCdoB do Ceará Inácio Arruda, por cinco minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente desta sessão em homenagem às mulheres, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, convidados e convidadas para esta belíssima sessão de homenagem ao Dia Internacional da Mulher e para a entrega do Prêmio Bertha Lutz às mulheres que foram escolhidas por uma Comissão do Senado, votadas, numa lista enorme de mulheres.

Destaco estas homenageadas: Andréa, Clara, Cleuza – Andréa e Clara não conheci pessoalmente, mas Cleuza conheci pessoalmente entre os sertões do Ceará e de Pernambuco, porque, embora ela governasse em Pernambuco, sempre adentrava o Ceará –, a memória da D. Fani, Maria Lygia, Leci Brandão. Logo que Leci foi escolhida, liguei para ela, que estava no meio da rua. E fiz questão de ligar porque ela é a natureza do Brasil, é o samba, é a música, é a arte popular, expressa no morro. Não é assim que se fala na canção, em uma das canções de Leci Brandão? É

extraordinário poder homenagear uma mulher do samba, da arte, da música, negra, lutadora e engajada no movimento social. Então, é uma decisão muito cheia de sabedoria da nossa Comissão.

Cito, ainda, a nossa querida Maria Augusta Tibiriçá, cuja escolha nos foi inspirada nela mesma e na mãe, Alice Tibiriçá. Duas mulheres extraordinárias. Um fato extraordinário é que Bertha Lutz era amiga pessoal de Alice Tibiriçá. E são essas mulheres que vão a Getúlio para dizer-lhe que o Brasil tem que tomar a primazia de colocar milhões de mulheres para votar no Brasil, para ajudar a decidir os destinos da Nação brasileira. Então, são essas as mulheres.

E vem depois Maria Augusta, não só para trabalhar com Adolpho Lutz, pai de Bertha Lutz, mas também para fazer uma trajetória belíssima.

Lendo a história dessas mulheres, vi lá o seu programa, o programa das mulheres lutadoras, que começou lá atrás, pela redução da jornada de trabalho, matéria que está em pauta na Câmara dos Deputados, depois de aprovada no Senado por unanimidade, para reduzir de 44 horas para 40 horas. Essa é a matriz da luta das mulheres. Foram as mulheres operárias, brancas, negras e de todas as cores, nas fábricas têxteis americanas, que, em 1857, bradaram que não podiam mais aceitar aquela jornada escorchantes, que precisavam de um limite, e foram todas condenadas à morte, incendiadas pelo patronato americano. É daí que vem a raiz dessa gigantesca luta do movimento feminista. E, ao lutar, as mulheres não pensaram só nelas, porque a redução da jornada ou uma jornada estabelecida era para homens e mulheres. Era a dignidade do ser humano que estava em causa.

De lá para cá, abraçaram uma agenda espetacular e de conquistas. Falamos do voto, mas tivemos... Às vezes, olhamos uma coisa simples e pensamos que é só o mercantilismo, mas não é. Foram essas mulheres lutadoras que pensaram no voto, que pensaram em "O Petróleo é Nosso", que pensam, hoje, no pré-sal, que pensam na economia brasileira, que sabem que só um programa social não é capaz de combater as mazelas brasileiras, que é preciso um programa econômico, porque é preciso gerir, é preciso governar o País, os Estados, os Municípios, como essas mulheres têm feito já, na nossa Pátria. Então, essas mulheres pensaram de forma grande, mas pensavam nas coisas simples.

Vejam a trajetória, em memória aqui, na nossa homenagem, de Alice, que se abraçou aos leprosos para defendê-los, para dizer que eles não podiam ser excluídos da sociedade, que nós não poderíamos eliminá-los. Pensaram nos doentes mentais, que não poderiam ser largados à própria sorte, que precisa-

vam de tratamento humano, nos que tinham alguma deficiência, que precisam de tratamento humano. É assim que têm agido as mulheres na trajetória da vida brasileira.

Eu digo que às vezes tratam de coisas simples, porque o dia das Mães foi uma das bandeiras das mulheres.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E concluo, Sra. Presidente: no programa das mulheres, da Federação das Mulheres, e antes da Federação das Mulheres, o movimento feminista defendeu a criação de um dia para comemorar a luta das mulheres mães no nosso País. Estabeleceram o segundo domingo de maio para comemorar o Dia das Mães. Tudo isto junto numa conquista: era a economia brasileira, era a luta social e a comemoração, a festa, a saudação que precisava ser feita também junto com as mulheres.

E essa trajetória vem de longe, vem de muito longe. Eu queria registrar meu discurso, pedindo que a nossa Presidente acolha o breve discurso que preparei, mas que era maior do que cinco minutos, nos Anais do Congresso Nacional.

Registro, ao final, que as mulheres começaram a governar na Capitania de São Vicente. E, de lá para cá, a sua trajetória é brilhante em todas as lutas do povo brasileiro. É lá, da Capitania de São Vicente, até Maria da Penha, que, em vida, dedica também a sua luta contra a violência praticada em relação às mulheres e em todo o território brasileiro.

Por isso, Sra. Presidente, minha homenagem a essas mulheres bravas, batalhadoras, que vão ascendendo em todos os terrenos, na vida política, social, econômica e espero que, daqui a pouco, governando esta grande Pátria brasileira.

Muito obrigado e parabéns a todas!

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Senador Inácio Arruda. Estamos aqui fazendo a adequação mais correta e equilibrada da lista para que as mulheres presentes falem.

Por isso, eu gostaria de chamar para a tribuna a Deputada Janete Capiberibe, aqui representando o Partido Socialista Brasileiro.

A SRA. JANETE CABIBERIBE (PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Deputada Alice Portugal, Coordenadora da Bancada feminina da Câmara Federal, senhoras convidadas agraciadas com o prêmio Bertha Lutz – uma saudação especial a todas essas grandes mulheres –, Senadora Marina Silva, Srs. Senadores, Sra.s Senadoras, Srs. Deputados, Sra.s Deputadas, em nome do PSB,

especialmente das Deputadas Sandra Rosado, Luiza Erundina, Maria Helena, Ana Arraes e Lídice da Mata, minha saudação a todos e a todas.

Este Dia Internacional da Mulher é especial porque celebramos os 100 anos da sua instituição, em 1910, durante a Conferência Internacional de Mulheres em Copenhague, na Dinamarca, coordenada pela Internacional Socialista.

Sua origem está na reação das mulheres às violências impostas pelos patrões desde a Revolução Industrial, quando as jornadas de trabalho eram superiores a 16 horas diárias, os locais de trabalho eram insalubres, as crianças estavam nas fábricas e os salários eram menores que os dos homens.

É bom perceber que o Dia Internacional da Mulher é uma das muitas datas de mobilização política, de engajamento e de cidadania ativa para superar as injustiças e opressões sociais, culturais e econômicas.

Todos os dias somos desafiadas a resgatar a coragem, a força e a organização daquelas mulheres que, no século 18, ousaram enfrentar as agressões para buscar um lugar de dignidade com justiça social e igualdade de gênero.

Temos que estar engajadas politicamente para ocuparmos nossos espaços nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal, no Senado, no Poder Executivo, no Judiciário, nos postos de mando, como meio para transformar o nosso cotidiano e o de milhares de pessoas a nossa volta.

Temos que estar engajadas politicamente para que nossos filhos tenham creche, escola, aula e merenda, para que nossas crianças tenham atendimento médico-hospitalar público, gratuito e de qualidade.

Temos que estar engajadas politicamente para denunciar e erradicar a violência doméstica, a dupla jornada de trabalho e a omissão do poder público, que não implanta as políticas de atenção à saúde da mulher.

Nossa ousadia já nos deu conquistas importantes, como o direito ao voto em 1932, a Lei Maria da Penha e mais espaço na vida político-partidária do País, com a minirreforma eleitoral aprovada ano passado, que obriga ao mínimo de 30% de mulheres nas candidaturas agora, nas eleições de 2010.

Às vezes, esquecemos-nos de algumas minorias, por desconhecimento ou porque são setores específicos, como as mulheres amazônicas. É uma realidade distante, desconhecida da grande maioria das pessoas, dos grandes centros e, por isso, de menor presença nas políticas públicas.

Pessoalmente, quero registrar algumas ações pontuais que considero importantes para a igualdade de gênero.

A Lei nº 11.970, de 2009, para prevenir os acidentes com escalpelamentos, é uma conquista importante das mulheres amazônicas e ribeirinhas.

O Funaei (Fundo Nacional da Educação Infantil), de minha autoria, por meio do qual incluímos as creches no Fundeb.

Quero dar ênfase especial a cerca de 60 mil parteiras, que, na arte de partejar, trazem milhares de pessoas à luz, a cada ano.

Deputada Alice Portugal, quero dizer do nosso empenho e compromisso para aprovarmos os três projetos na Mesa da Câmara e do Senado, de fundamental importância para a nossa cidadania.

Finalizando, rapidamente, trazendo à voz, através de Cora Coralina, umas palavrinhas:

*Olha para estas mãos
de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.
Pesadas, de falanges curtas,
sem trato e sem carinho,
Ossudas e grosseiras.
Mãos que jamais calçaram luvas.
Nunca para elas o brilho dos anéis.
Minha pequenina aliança.*

[...]
Mãos que varreram e cozinharam.
Lavaram e estenderam
roupas nos varais.
Pouparam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.
Íntimas da economia,
do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre.
Da panela de barro.
Da acha de lenha.
Da cinza da fornalha.
Que encestavam o velho barreleiro
e faziam sabão.

[...]
Semeando sempre.
Jamais para elas
os júbilos da colheita.
Muito obrigada. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º do Regimento Interno)

Estas mãos...

*Olha para estas mãos
de mulher roceira,*

esforçadas mãos cavouqueiras.

*Pesadas, de falanges curtas,
sem trato e sem carinho.
Ossudas e grosseiras.*

*Mãos que jamais calçaram luvas.
Nunca para elas o brilho dos anéis.
Minha pequenina aliança.*

*Mãos que varreram e cozinharam.
Lavaram e estenderam
roupas nos varais.
Pouparam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.*

*Íntimas da economia,
do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre.
Da panela de barro.
Da acha de lenha.
Da cinza da fornalha.
Que encestavam o velho barreleiro
e faziam sabão.*

*Minhas mãos doceiras...
Jamais ociosas.
Fecundas, imensas e ocupadas.
Mãos laboriosas.
Abertas sempre para dar, ajudar,
unir e abençoar.*

*Mãos de semeador afeitas
à sementeira do trabalho.
Minhas mãos raízes
procurando a terra.*

*Semeando sempre.
Jamais para elas
os júbilos da colheita.*

*Mãos tenazes e obtusas,
feridas na remoção de pedras e tropeços,
quebrando as arestas da vida.
Mãos alavancas
na escava de construções inconclusas.*

*Mãos pequenas e curtas de mulher
que nunca encontrou nada na vida.
Caminheira de uma longa estrada.
Sempre a caminhar.
Sozinha a procurar,
o ângulo perdido, a pedra rejeitada.*

(Estas mãos – Cora Coralina)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Deputada Janete Capiberibe, Deputada que tem lutado pela regulamentação das parturias em nosso País, como uma grande iniciativa de seu mandato.

Gostaria de convidar para fazer uso da palavra, já neste adiantado da hora, mas sem diminuir o seu brilho, a Senadora Marina Silva, pelo Partido Verde, por cessão da Senadora Lúcia Vânia, que estava nessa ordem.

Aos Deputados e Senadores, peço tranqüilidade; todos falarão, mas estamos dando prioridade às mulheres.

A ordem a seguir é a seguinte: Senadora Marina Silva, Deputada Sueli Vidigal, Senadora Lúcia Vânia, Deputada Rita Camata, Senadora Fátima Cleide, Deputado Eduardo Sciarra, Senador Raupp, ambos minoria na Câmara, maioria no Senado, Deputado Antonio Chamariz, e assim seguiremos com os nossos queridos homens que vieram nos homenagear, mas vamos privilegiar as mulheres nesta manhã. Deputado Simão Sessim também falará logo a seguir.

Senadora Marina Silva com a palavra.

A SRA. MARINA SILVA (PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom-dia a todos e a todas. Quero agradecer à Sra. Presidente, aos demais membros da Mesa, à nossa Senadora Lúcia Vânia, por essa permuta de forma tão elegante e gentil para comigo.

Devo dizer que é motivo de orgulho e satisfação poder estar nesta solenidade que homenageia várias mulheres de uma biografia tão rica e importante para a nossa trajetória de luta em defesa das mulheres.

Quero cumprimentar de modo especial Maria Augusta Tibiriçá, Cleuza Pereira do Nascimento, também Andréa Maciel, Clara Steinberg, Fani Lerner, Maria Lygia Borges, enfim espero que tenha aqui o nome de todas as homenageadas, e dizer que a Leci Brandão, que foi homenageada, eu a tomo como símbolo para fazer uma homenagem a todas as mulheres.

A Leci, há dez anos, fez uma coisa que tocou muito profundamente o meu coração, que foi uma música para mim. E agora tenho a oportunidade de pedir para que ela seja inserida nos *Anais* da Casa. Este é o meu último ano como Senadora da República e gostaria que ficasse nos *Anais* da Casa a poesia-música que você fez para mim, Leci. Muito obrigada pelo seu gesto.

A luta das mulheres é uma luta em defesa, no meu entendimento, daquilo que chamo de uma nova visão civilizatória.

Até bem pouco tempo, as mulheres e a humanidade viram a sociedade, a civilização, caminhar

manquejando, porque firmava-se apenas na perna do masculino.

A visão masculina do mundo não é melhor nem pior do que a nossa, mas é a visão do masculino. E o que faz a sua transformação é integrarmos também ao processo civilizatório a visão do feminino, os direitos das mulheres, o olhar das mulheres, a escuta diferenciada que as mulheres têm. Sem essa escuta, sem esse olhar, sem esse querer e esse fazer, a sociedade, a civilização fica manca.

É por isso que esta homenagem aqui é para todas vocês, e entendo que é também para todas nós. É um momento de celebração e, ao mesmo tempo, uma convocação para que continuemos como militantes da civilização.

Não é a toa que, só após 500 anos de história de Brasil, tenhamos, pela primeira vez na história deste País – como diz nosso Presidente Lula – a possibilidade de termos mulheres na Presidência da República. E isso é uma conquista das mulheres por sua luta nos últimos cem anos, mas é também uma conquista particular da sociedade brasileira.

Agora há um manejo que precisamos fazer com muita sabedoria disso tudo, Senadora Lúcia Vânia e demais colegas aqui. Qual é o cuidado que temos que ter? Primeiro é de não diluir, não fazer desaparecerem as conquistas. Mas, ao registrar as conquistas, também não fazermos desaparecerem os desafios e as falhas que ainda precisamos corrigir.

O manejo dessas duas coisas nos levará a integrar tudo de bom que já conquistamos e nos levará a reforçar a luta, o compromisso para conquistar e alcançar tudo que ainda precisamos. E, quando falamos dos direitos das mulheres, às vezes parece ser o direito de uma parte da sociedade. Não! O direito das mulheres é o direito do todo. Eu sempre digo que, às vezes, fazemos uma discussão falando do direito indígena... Eu digo: Não. O direito indígena é um direito meu, também. Eu quero ter uma sociedade em que os índios tenham uma terra para viver, desenvolver sua cultura e espiritualidade. O direito das mulheres é também o direito dos homens; o direito dos homens é, também, o direito das mulheres, porque nós não somos uma civilização que tem de se perceber cindida. Ela não precisa se perceber cindida, basta se perceber diversa. É na diferença que nós estabelecemos a troca. Não há nenhuma possibilidade de crescemos sem a troca. E a troca se dá entre diferentes culturas, entre diferentes formas de fazer política, entre diferentes formas de olhar e ver o mundo, inclusive com a perspectiva masculina.

Eu me sinto muito orgulhosa e honrada de estar nesta sessão, Sra. Presidente, Srs. Senadores e

Deputados. Quando cheguei aqui neste Senado em 1995, nunca me esqueço que, no início, houve uma tentativa de folclorizar o mandato da primeira seringueira que chegava ao Senado da República. E eu pensei em como lidar com essa situação sem ter que subtrair minha identidade, querendo me fazer passar por outra pessoa e, ao mesmo tempo, sem deixar de me colocar em uma perspectiva de que vim aqui para contribuir, não apenas com minha aldeia, mas contribuir com o Brasil. E, cantando minha aldeia, ser capaz de alcançar os corações e mentes de todos os brasileiros em função da causa que defendo.

Tive de passar por desafios muito fortes, Senadora Lúcia Vânia, um deles bem recentemente: a decisão de sair do Partido dos Trabalhadores. Não foi algo fácil; foi algo sofrido, foi algo sentido. E a razão pela qual saí foi a mesma razão pela qual fiquei durante 30 anos: a defesa da minha causa. E qual é essa causa? É a causa que deve ser de todos nós, homens, mulheres, jovens, crianças, direita, esquerda, centro, todos os homens e mulheres, a perspectiva de termos uma sociedade culturalmente diversa, politicamente democrática, economicamente próspera e socialmente justa. Essa é uma causa que deve ser de todas as pessoas.

O olhar feminino aqui, para mim, é um olhar integrador. Não é aquele que separa, não é aquele que divide; é aquele que integra. Os homens têm a sua forma de ver e pensar, apostam mais no conflito, apostam mais na disputa, olham mais para as coisas do que para as pessoas. As mulheres têm mais facilidade de dividir a autoria, as mulheres têm mais facilidade de reconhecer no outro a possibilidade da troca. Isso não é exclusivo. Nós aprendemos com o modelo racional masculino a fazer aquilo que eles fazem. Espero que aprendam conosco a nossa forma intuitiva de ver e pensar o mundo.

É por isto que este Brasil que se transforma está pronto para poder fazer o grande debate: não pelo fato de sermos mulheres simplesmente, mas pelas propostas que temos, por aquilo em que acreditamos, por aquilo que defendemos e principalmente pela nossa capacidade de compatibilizar aquilo que dizemos e aquilo que fazemos.

Eu acho que chegou a hora de liderar pelo exemplo, e liderar pelo exemplo pressupõe traduzir na vida prática aquilo que se diz. A defesa às vezes é um consenso oco. Todos dizem que são favoráveis, todos dizem que estão do nosso lado para combater a discriminação, mas ainda temos exemplos disso. Durante tantos séculos, passa governo e sai governo e, há 16 anos aqui, estou dizendo que ganhamos salários 25% menor, para a mesma ocupação que os homens. Os dados da Pnad dizem que o processo de inclusão

social elevou a vida de milhões de brasileiros – e isso é um mérito dos últimos 16 anos, principalmente do Governo do Presidente Lula –; para as mulheres que são chefes de família, foi um ínfima parcela que conseguiu sair da linha de pobreza.

Então vamos celebrar as conquistas, mas vamos colocar o foco no nosso desafio de não fazer o País parar na história. O Brasil não está aqui para dizer que nós chegamos ao fim da história. Não. Nós estamos no começo dela, com os pés bem fincados em tudo que conquistamos; estamos voltados para o presente..

Alguns anos atrás, enquanto acontecia a sessão, os discursos iam se sucedendo e eu ia reformulando o meu discurso, ainda uma Senadora inexperiente. Eu pensava: tudo o que eu ia dizer a Marta Suplicy já disse melhor do eu, a Rita Camata já disse melhor do que eu, todo mundo já disse melhor do que eu. O que eu vou dizer? Aí resolvi fazer uma poesia. E eu quero terminar com essa poesia – generosamente chamo de poesia porque cada um de nós tem uma tendência de ser generoso consigo mesmo. Esta é para todos nós, mulheres e homens brasileiros, para transformarmos a cultura:

De Marias, Amélias e Madalenas

No sofrimento somos Maria,

Mãe de um Deus crucificado.

Marias, sem alegria.

Dor sem futuro ou passado.

Na renúncia somos Amélia,

de uma triste verdade.

Amélias sem sonho,

desejo ou vontade.

No preconceito, Madalena,

nas praças apedrejada.

Madalenas: ao pecado

e à culpa predestinadas.

Só no amor temos os nomes

e as formas de nossa estima;

Velha mãe, jovem formosa

e, eternamente, menina.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Agradecemos à Senadora Marina Silva.

Mais uma vez, preocupados com o desenrolar da sessão, uma bela e histórica sessão, sessão conjunta da Câmara e Senado – e obviamente queremos que todos falem –, fizemos aqui uma inversão da origem das inscrições para facilitar que as mulheres tivessem o acesso garantido à palavra. Pedimos, portanto, a compreensão aos nossos companheiros Deputados e Senadores.

Vamos ouvir, neste momento, a Deputada Sueli Vidigal e, logo após, a Senadora Lúcia Vânia, que aqui

divide a Mesa conosco, para que, imediatamente depois, a nossa querida homenageada Leci Brandão fale em nome de todas as homenageadas e, de preferência, cante em nome de todas.

Com a palavra a Deputada Sueli Vidigal, por cinco minutos, por gentileza.

A SRA. SUELÍ VIDIGAL (PDT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Que as minhas primeiras palavras sejam, nesta oportunidade, para homenagear uma mulher e seus 86 anos de anonimato, uma mulher que eu gostaria que ficasse registrada nos Anais desta Casa, uma mulher chamada Rosa Rangel da Silva, minha mãe, que eu quero que conste junto com Zilda Arns, com Heloneida Studart, com as homenageadas nesta sessão solene, em nome de Leci Brandão, que já foi muito reverenciada neste manhã, neste início de tarde. Mas quero, em seu nome, saudar todas as homenageadas que estão aqui, e agradecer a nossa coordenadora, nossa Presidente desta sessão, Deputada Alice Portugal. Agradeço a todas as homenageadas que estão aqui, no avançando da hora, compartilhando com a gente, como diria Roberto Carlos, deste momento lindo.

Quero, nesta oportunidade, sem ser repetitiva, minha coordenadora da bancada feminina e, hoje, presidindo esta sessão, Alice Portugal, dizer da minha alegria de estar sob a sua coordenação. Uma coordenação que começou na Câmara Federal, com a Deputada Erundina, depois da Sandra Rosada. E, agora, tenho certeza de que todas nós, Deputadas, estamos muito felizes e alegres pela coordenação que a senhora tem dado, o destino que a senhora tem dado, o cuidado que a senhora tem com todas nós mulheres Deputadas ali naquela Casa.

Eu não poderia deixar de falar de todas as Deputadas. Na verdade, eu gostaria de dizer da maturidade do Espírito Santo, que trouxe a esta Casa, dos dez Deputados, quatro Deputadas Federais. Quero saudar as minhas companheiras, a Deputada que não está aqui presente, Iriny Lopes, do PT; Rose de Freitas, do PMDB; Rita Camata, do PSDB. E aqui, Rita Camata, eu quero dizer da minha alegria como mulher, mãe e parlamentar, ao ver a sua atuação – lógico que já conhece esta Casa bem antes de mim –, e eu queria parabenizá-la por todo o seu trabalho, toda a sua trajetória, e dizer o seguinte: quando uma mulher sobe, eu acho que todas nós, por tabela, deveríamos parabenizá-la, porque realmente é dessa forma que a gente fortalece umas às outras. Acho que a discriminação tem que acabar inicialmente no nosso meio, entre as mulheres. As mulheres têm de ter a obrigação de aplaudir umas às outras, porque a gente se sente, por tabela, reverenciada.

Senadora Lúcia Vânia, Marcelo Ortiz, que está aqui nos prestigiando, Cida Diogo, quero, em poucas palavras, parafrasear Vinícius de Moraes, que diz o seguinte: “Por longa que seja a caminhada, o mais importante é dar o primeiro passo.” Já dizia Madre Teresa de Calcutá: “Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mais o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Eu quero, nesta oportunidade, dizer que caminhamos passo a passo, porém firmes. As conquistas vão-se sucedendo, uma a uma; um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres. E aqui não vou repetir a questão da conquista do voto feminino, porque já foi falado sobre toda essa questão da sucessão do voto feminino, o porquê de estarmos aqui nesta Casa, neste dia.

Peço à minha coordenadora, Presidente Alice Portugal, que fique registrado o pequeno discurso que fiz, mas ative o meu tempo simplesmente e tão somente para fazer uma referência a todas as mulheres combativas. Primeiro, às Senadoras desta Casa e, depois, às 45 mulheres da Câmara Federal, corajosas.

Diria eu que, apesar de não representar nem 9% do universo de 513 Deputados, apesar de poucas, há qualidade naquelas mulheres que ali exercem a sua coragem, a sua determinação, aquilo que todas nós mulheres sabemos. E não quero ser repetitiva falando quem somos nós, mulheres, quem foi Bertha Lutz, quem foi Heloneida Studart, quem é Rita Camata, quem é a Deputada Alice Portugal, Cida Diogo, Sueli Vidigal e tantas outras mulheres combativas que estão aqui para representar, com dignidade e respeito, o que a mulher merece.

Muito obrigada por essa oportunidade. Gostaria que o meu discurso fosse registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA DEPUTADA SUELÍ VIDIGAL

A SRA. SUELÍ VIDIGAL (PDT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, parafraseando Vinícius de Moraes: “por longa que seja a caminhada o mais importante é dar o primeiro passo”

Já dizia madre Tereza de Calcutá: “por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mais o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

Caminhamos passo a passo (porém firmes) as conquistas vão se sucedendo, uma a uma. É um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres.

Temos conquistado recentemente. O voto feminino, a partir de 1932. Já em 1988 a nossa primeira constituição consagrou que homens e mulheres são iguais perante a lei, e em 2006 a lei Maria da Penha.

O presidente Lula, em 2003 criou a secretaria especial de políticas para as mulheres.

Apesar de quase um centenário de lutas, estamos chegando na juventude das conquistas e garantias dos direitos das mulheres, o que nos remete a refletir que temos a necessidade de seguir lutando.

Hoje, nós mulheres somos a maioria dos eleitores no Brasil e a nossa participação vem crescendo de forma consistente.

Somos minoria ainda no congresso nacional, situação que se repete nos poderes executivo e judiciário. Vamos continuar lutando para maximizar a representatividade feminina na política.

Os municípios e os estados estão carentes de uma maior participação feminina, tanto na formulação, como na condução das políticas e na administração pública.

Remetemos os olhos para a história, e observamos como tem sido grande a nossa luta e tão recente as conquistas dos direitos e garantias das mulheres.

Somos a célula-tronco na formação do tecido social (mães, esposas, companheiras), dos valores morais, e das bases para a plena convivência social harmônica.

Embalar o berço, e o destino dos nossos filhos são experiências únicas, um privilégio concedido pelo criador.

Queremos mais que isso
Queremos e podemos mais!
Sim nós podemos!

Queremos ser protagonistas da representação política e social deste país.

Nesse ano vamos ter a oportunidade e precisamos consolidar a nossa liderança feminina no cenário nacional.

Tive o privilégio de ser indicada pelo meu partido PDT para compor a mesa da comissão de segurança social e família, na condição de 1º vice-presidente.

A comissão de segurança social tem um tripé:

A assistência social, a previdência social e a saúde.

Na comissão estaremos criando ferramentas para que a gestão pública seja um instrumento de paz e de progresso. E não da discordia e da injustiça social.

Através do debate levaremos a nossa visão de que a administração pública seja focada e tenha compromisso com a cidadania, e melhoria de qualidade de vida de todos os brasileiros.

Como dizia nosso saudoso líder Leonel Brizola: enquanto uma só criança estiver desassistida nas ruas, nossa tarefa não estará concluída.

Será um ano de muito trabalho, se deus quiser chegaremos lá.

E nós não podemos esquecer deus na história do homem. Se fizermos, estaremos cometendo um crime contra a humanidade.

Encerrando minha fala, quero com vocês mulheres do meu país, abrir novos espaços na vida nacional.

Com a ministra Dilma e a sua destacada participação política e executiva no governo Lula, demonstrar que a mulher brasileira, à exemplo do que já se verificou em muitos países, inclusive na América do sul, a estatura e competência para galgar os cargos máximos de chefe de estado e de governo e dos demais poderes republicanos.

Queremos, podemos e seremos protagonistas numa sociedade cada vez mais plural, justa e igualitária.

Garantindo uma participação de forma cada vez mais expressiva da mulher, em bases iguais aos homens, o que permitirá ao Brasil mostrar ao mundo que o nosso povo está maduro e a nossa sociedade pronta para virar definitivamente a página da desigualdade entre os sexos.

Consolidando a participação das mulheres na construção de uma sociedade moderna.

É ano de mudança, ano da virada, da boa nova do protagonismo da mulher no cenário político nacional.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Deputada Sueli Vidigal.

E gostaria, agora, de passar imediatamente a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Depois, ouviremos a Leci, que falará em nome das pacientes homenageadas desta Casa, em função do prolongamento desta sessão. Como é um momento histórico para nós, mulheres, é muito importante que todas e todos que nos prestigiam falem nesta sessão.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. A minha fala vai ser bem curta, porque tenho certeza de que a Leci vai nos brindar, em nome das homenageadas, com uma bela música – e acho que todos estão apreensivos com isso.

Mas eu queria aqui aproveitar esta oportunidade para cumprimentar todas as homenageadas pela sua trajetória de luta, pela sua força e pela referência que significam para todas nós.

Portanto, a minha fala é nesse sentido.

Acredito que a Marina Silva expressou aqui, em poucas palavras, em cinco minutos, tudo o que nós representamos e os desafios que temos pela frente. Outras parlamentares aqui estiveram e puderam também fazer uma análise das nossas conquistas e dos nossos desafios. Quero aqui dizer que as palavras já ditas representam a síntese do nosso trabalho aqui no Senado da República.

Eu tenho a honra de poder integrar a bancada feminina no Senado da República. Hoje, somos nove Parlamentares que atuamos aqui sem uma preocupação partidária. Quando se trata das questões que envolvem as mulheres, estamos sempre juntas, batalhando e buscando a unidade nas conquistas que já obtivemos aqui.

Quero cumprimentar de forma muito carinhosa a Wanda Engel, que está aqui, também uma mulher valorosa, que foi, ao meu lado, no governo Fernando Henrique Cardoso, responsável pela implantação de todos os programas sociais. Hoje ela continua atuando na área. Nós fomos responsáveis pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ela foi responsável pela implantação do ProJovem. Juntas, fomos responsáveis por vários programas de transferência de renda que hoje estão representados no Programa Bolsa família.

Deixo a todas o meu abraço por este dia.

Pediria à Presidente que desse como lido o meu discurso, sobre o qual eu falaria neste momento, mas vou ceder o espaço para a nossa querida Leci.

Muito obrigada

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA

A SRA. LUCIA VÂNIA (PSDB –GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, neste dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, eu não poderia deixar passar a oportunidade de abordar, mais uma vez aqui desta tribuna, a questão feminina.

O tema toca tanto a nossa sensibilidade que, mesmo hoje, quando um longo caminho já foi percorrido pela mulher na conquista de seus direitos, ainda suscita discussões relativamente acaloradas.

De fato, para uma mulher falar sobre a questão de gênero não é só uma opção intelectual, seja pelo viés da Sociologia, da Antropologia, do Direito, da Biologia, da História, da Ética e até da Filosofia.

É, mesmo considerando as contribuições de todas as ciências, uma questão de vivência e de imersão na própria história de vida de cada uma de nós.

A Lei Maria da Penha, que tive a oportunidade de relatar aqui no Senado, entre outras contribuições,

rompe com a dicotomia público/privado evidenciada pelo antigo ditado: “em briga de marido e mulher, ninguém bota a colher”. Isto é, a mulher era confinada no espaço doméstico, que era inacessível, até para a justiça. Ao homem cabia as benesses da exposição pública.

Comparando-se com a família patriarcal muito já foi conquistado. Mas, sem dúvida, cabe a discussão sobre o que, ainda, pode e deve ser conquistado.

Tomo um exemplo próximo de nós: a participação política. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto em 1932 – e nisso o Brasil esteve na frente de muitos. As francesas, por exemplo, só em 1944 ganharam o direito de votar.

Hoje as mulheres compõem a maior parte do eleitorado brasileiro, mas a parte que ocupam nos cargos eletivos está longe de refletir isso. Ocupamos hoje apenas 9% da Câmara Federal, 13,5% do Senado e aproximadamente 12% do total de assentos nas Assembleias Legislativas. Somos ainda 12% nas Câmaras Municipais e 9% nos executivos municipais.

É bem verdade que, se compararmos com a situação de há 30 ou 25 anos, quando a participação feminina era quase nula, houve um avanço. Mas o ritmo desse avanço é lento, e estamos ficando para trás, nas comparações internacionais.

A Argentina, por exemplo, tem 40% de seu parlamento ocupado por mulheres. Em alguns países escandinavos essa proporção se aproxima dos 50%.

Tais números nos dão a 146ª posição num ranking sobre a participação das mulheres nos parlamentos em 192 países do mundo, conforme divulgado pela organização internacional União Interparlamentar, com sede em Genebra, na Suíça.

A socióloga e vereadora Aspásia Camargo, do Rio, assinala uma questão verdadeiramente relevante, quando diz: “A gestão feminina é muito mais pós-moderna, pois combina a precisão e a racionalidade com a afetividade, no trabalho. Ela sempre concentra esses dois lados, o lado acolhedor e o lado eficiente”.

E Aspásia completa, com muita propriedade: “A falta de mulheres na política contribui para uma política social mais cara e pouco efetivas”.

Quando os partidos não dão espaço para esse tipo de debate, restringem a participação da mulher na política.

Quero mencionar outro domínio em que a participação feminina vem crescendo, ainda que, como na política, mais timidamente do que gostaríamos e necessitaríamos. Eu me refiro ao domínio profissional, em geral.

Esse domínio profissional, do exercício de uma profissão, não deixa de ser também, em certo senti-

do, um dos aspectos daquela existência pública que historicamente foi negada às mulheres.

Durante muito tempo, o casamento – ou seja, no seu sentido tradicional, a constituição de um núcleo familiar – significava, para a mulher, a perda de uma série de direitos civis.

As esposas não podiam sequer trabalhar sem a autorização do marido. Mais ainda, às mulheres foi durante muito tempo negada uma educação que as preparasse, em pé de igualdade com os homens, para o exercício de uma profissão.

Algumas profissões eram vistas, é verdade, como prioritariamente femininas (penso no magistério, por exemplo, ou na enfermagem), mas muitas, e geralmente aquelas percebidas como mais prestigiosas pela sociedade, lhes eram praticamente vedadas.

Hoje, as mulheres estão cada vez mais qualificadas – há muito, aliás, já têm mais tempo de estudo do que os homens. Aos poucos, aumentam sua participação na população economicamente ativa e começam a consolidar-se em profissões consideradas de prestígio.

Ao longo dos anos noventa, por exemplo, o número de engenheiras aumentou três pontos percentuais. O de médicas, quase dez pontos – em 2002, 40% da categoria dos médicos era composta de mulheres. Na área jurídica, no mesmo período, ou seja, ao longo dos anos noventa, a participação feminina cresceu de 19% para 30%.

Portanto, temos avanços também nessa área – mas avanços que convivem com imensas injustiças. As mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, exercendo a mesma função – e isso apesar de terem mais tempo de estudo, em média.

Ainda sofrem mais, proporcionalmente, com o desemprego. E ainda são a maioria nos empregos precários e no mercado informal, além de ainda carregarem prioritariamente as tarefas domésticas, submetendo-se a uma jornada dupla de trabalho que raramente cabe aos homens.

Sr. Presidente, os avanços da situação da mulher, ao mesmo tempo em que são avanços, têm um aspecto ambíguo. Por um lado, mesmo representando um progresso em relação à situação anterior, só o são porque essa situação era péssima: se passamos do péssimo ao ruim, evoluímos, mas ainda estamos mal.

Por outro, ainda são tímidos e lentos, esses avanços. Tudo isso aponta para a necessidade de que tenhamos políticas públicas focadas nas mulheres, apoiando sua conquista da autonomia.

E não é demais lembrar que essa conquista, se beneficia as mulheres, traz na verdade resultados benéficos para toda a sociedade.

Estamos já longe das condições denunciadas por Nísia Floresta, ainda no século XIX. Desde o movimento iniciado por Bertha Lutz, na década de vinte, já avançamos bastante.

Mas o fato de que os exemplos dessas pioneiras continuam atuais é um sintoma inequívoco de que precisamos ainda multiplicar nossos esforços para que as disparidades entre homens e mulheres, no que se refere à conquista do *status pleno* de indivíduos autônomos, desapareçam definitivamente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Com muita honra, neste momento da nossa sessão, gostaríamos de convidar, representando a todas as homenageadas, a nossa querida mulher da cultura, mulher da luta pela igualdade, Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO DA SILVA – Excelentíssima Senhora Presidente da sessão; Srs. Senadores, Sra.s Senadoras, Deputados, Deputadas, demais autoridades presentes, companheiras, companheiros, minha família, amigos, Deus e os meus guias de luz são maravilhosos. Eu não poderia nunca imaginar, na minha história de vida, que eu, filha de uma pessoa tão humilde, que foi operária de fábrica e servente de escola pública e também moradora de escola pública, pudesse ter a honra, o privilégio de estar incluída entre senhoras, mulheres tão ilustres, de histórias tão ricas, da maior dignidade.

E eu queria dizer às Sra.s Andréa Maciel, Clara Steinberg, Cleuza Pereira, Maria Augusta Tibiriçá e também, *in memoriam*, Fani Lerner e Maria Lygia que, evidentemente, a minha vida, a partir deste dia, vai ficar muito mais enriquecida, porque o que nivela essa riqueza são as senhoras serem as laureadas e eu ter a oportunidade de estar entre as senhoras, que são pessoas que contribuíram muito para o crescimento da Nação brasileira, com absoluta certeza.

O dia em que eu recebi o telefonema do Exmº Sr. Senador Inácio Arruda, eu estava fazendo compras no supermercado, porque eu sou arrimo de família, eu sou dona de casa, sou cantora e compositora, mas não deixo de ter as minhas atribuições domésticas. Quando eu recebi o telefonema, eu não sabia se eu segurava no carrinho ou se eu segurava o saco de feijão que eu estava escolhendo, porque eu não acreditava. Ele me deu a notícia. E eu fui procurar saber o porquê desse prêmio e soube que tudo partiu da Drª Jurema Werneck e de Lúcia Xavier. São meninas ligadas à ONG Crioula. Elas submeteram essa indicação para 27 associações de mulheres negras do Brasil, que também a apoiaram por unanimidade e, finalmente, houve a ratificação do

Senado. Quer dizer, Senadores e Senadoras aprovaram o meu nome. É claro que há um antecedente que eu acho que também valeu muito, que é o fato de eu ser conselheira da Secretaria Especial da Igualdade Racial, à qual eu tenho muita honra de pertencer. Lá eu aprendi muita coisa com os conselheiros, porque eu não tenho curso universitário, não tenho curso superior completo. Eu cursei a universidade da vida, que me foi dada por essa senhora que está sentadinho ali, que é a dona Leci de Assumpção Brandão. (*Palmas.*)

Então, eu disse: "Meu Deus, a minha responsabilidade está muito grande". (*Palmas.*)

Eu queria apenas dizer o seguinte: tive muitas professoras, muitos professores, estou sempre aprendendo, sou telespectadora assídua da TV Câmara e da TV Senado. As Sra.s Senadoras e as Sra.s Deputadas não sabem o quanto contribuíram para o meu ensinamento. Como a nossa Senadora Marina Silva disse há dez anos... Fiz uma música para ela, porque ouvi um discurso dela certa vez que me emocionou, que me comoveu e, na mesma hora, eu escrevi a música e procurei saber como poderia chegar às mãos dela.

E assim eu luto. Já fui prejudicada pela minha consciência política, mas eu queria apenas ratificar uma coisa. Aprendi uma filosofia com seis frases: bomba, boa-tarde, boa-noite, com licença, por favor, muito obrigada. É dessa forma que conduzo a minha vida.

Agora, este diploma que estou recebendo de Mulher-Cidadã Bertha Lutz me credencia, hoje, a dizer a todos os senhores e às senhoras, com o maior respeito e com a maior humildade, que a minha ancestralidade, que as minhas tataravós, que eu não conheci, chegaram ao Brasil por meio do regime da escravidão. Elas chegaram aqui, lavaram, passaram, cozinharam, trabalharam nas lavouras, foram punidas com chicotes, amarradas no tronco com correntes, amamentaram, com muito prazer, as filhas e os filhos das sinhás, cuidaram da casa grande, mas posso afirmar, Senadora,...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. LEKI BRANDÃO DA SILVA – ... Meio minuto. Posso afirmar que, em nenhum momento, nunca, jamais, em tempo algum, a nossa ancestralidade consentiu com o estupro. Isso é mentira. Isso é uma infâmia. (*Palmas.*)

Então, eu não poderia, ocupando, pela primeira vez, com muita emoção, esta bancada aqui do Senado, deixar isso passar em branco. Não poderia. Eu acho que tem que haver respeito à nossa ancestralidade. Afinal de contas, eu sou uma pessoa, eu sou uma cidadã, eu sou apenas a filha da D. Leci.

Sua benção, minha mãe.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Leci, nossos agradecimentos, nossas homenagens a você e, em seu nome, a todas as homenageadas com esse belo prêmio que o Senado confere em nome da Deputada Bertha Lutz.

Agora todos queriam ouvi-la. Ouvir...

A SRA. LEKI BRANDÃO DA SILVA – Eu posso cantar uma música...

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Pode.

A SRA. LEKI BRANDÃO DA SILVA – ...que eu acho que vai englobar todas essas senhoras laureadas? Porque elas ensinaram muita gente, elas construíram, elas passaram a sua sabedoria, a sua consciência para muita gente no Brasil. A música diz o seguinte... Também homenageia os homens. Afinal de contas, um homem e uma mulher é que geram um ser.

*Professores, protetores
das crianças do meu país,
eu queria, gostaria
de um discurso bem mais feliz,
porque tudo é educação,
é matéria de todo um tempo.
Ensinem a quem sabe de tudo
a entregar o conhecimento.
Na sala de aula,
é que se forma um cidadão.
Na sala de aula
é que se muda uma nação.
Na sala de aula,
não há idade nem cor.
Por isso, aceite e respeite
o meu professor.*

Um aplauso para as professoras e professores deste País. (*Palmas.*)

E quero finalizar este discurso, agradecendo a um homem branco, para que não pensem que eu sou uma pessoa racista. Não sou! Se eu estou aqui hoje como artista e se sobrevivo como artista, eu quero agradecer ao meu amigo e ao meu empresário Osmar Costa, e à minha família, à minha irmã que está aqui representando minhas sobrinhas.

Muito obrigada, Osmar Costa, pela minha sobrevivência artística! Que Deus te abençoe!

Obrigada! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Leci, e obrigada a todas as homenageadas que ilustraram esta grande sessão.

Vamos ouvir ainda, porque temos conteúdo acumulado para tal, a nossa querida Deputada Rita Cama-ta; logo após, a Senadora Fátima Cleide; e seguiremos

com os demais companheiros, os Senadores que ainda utilizarão da palavra nesta manhã-tarde.

A SRA. RITA CAMATA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente desta sessão solene, Deputada Alice, Coordenadora da Bancada na Câmara dos Deputados, Sras Homenageadas aqui presentes, que, por favor, podem ir, pelo já entardecer da hora. Sintam-se à vontade. Eu acho que se alongou muito esta sessão. Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, eu fiquei aqui pensando, depois desta longa sessão, mas importante reflexão, se deveria fazer uso da tribuna ou não. Mas, como a inscrição era da Deputada Raquel Teixeira, eu não só quero aqui agradecer a S. Exª por ter permitido que eu falasse em nome da Bancada do PSDB nesta sessão solene, mas também pensar um pouquinho, como já foi dito, nos avanços que foram conquistados e no grande acúmulo dos movimentos feministas, das parlamentares no Congresso Nacional.

Eu acho que, hoje, aqui, eu sou a mais antiga. Ah, não, tem a Senadora Lúcia Vânia também! Como Deputada Constituinte que fui, eu acho que não podemos, de forma alguma, desconhecer os grandes e largos importantes avanços que a Carta Maior do nosso País reconheceu à mulher brasileira. Foram avanços importantes no mercado de trabalho, garantindo a igualdade entre homens e mulheres; foram avanços importantes que fizeram com que o cérebro do casal, como sempre numa sociedade patriarcal, deixasse de existir e fosse compartilhada entre homens e mulheres, foi a questão da ampliação da licença-maternidade, a paternidade responsável. Esta reflexão nós temos que fazer, esta complementação entre homens e mulheres não só nas conquistas para o mercado de trabalho, mas no compartilhar dos afazeres domésticos também.

Eu me identifico muito com a fala da Senadora Marina Silva. Eu acho que a forma com que ela colocou, Senadora, o papel importante entre homens e mulheres que querem fazer de uma sociedade uma construção justa e de inclusão. V. Exª colocou com toda a propriedade, não vou repetir nem tenho essa capacidade de fazê-lo com a competência, com a forma tão delicada, tão segura e tão capaz como V. Exª fez; mas identifico-me e quero, neste momento, dizer que conquistas tivemos, importantes.

E eu não poderia deixar de dizer da importância da Bancada Feminina na celebração deste 8 de março. A ampliação da licença maternidade: eu queria pegar aqui a fala da Ministra Dilma, que ressaltou o reconhecimento dela, a função social da maternidade e fez referência ao Projeto da Empresa Cidadã. Foi uma conquista importante que a Senadora Patrícia Saboya nos permitiu, aprovando o projeto que ampliava para

180 dias a licença-maternidade. Mas, com o veto que houve no projeto, não temos a garantia, para toda trabalhadora brasileira, do direito da licença de 180 dias. Hoje, temos mãe de primeira e mãe de segunda. Acho isso um absurdo! Eu quero, nesta manhã, dizer aqui à Deputada Cida Diogo, à Alice, dizer aos meus pares e fazer um apelo ao Governo, para que tenhamos os 180 dias previstos na PEC da Deputada Ângela Portela, garantindo a toda trabalhadora, a toda mulher brasileira a função social da maternidade. Hoje só servidoras públicas têm esse benefício que é essencial para a vida do bebê, mas é fundamental para a mulher trabalhadora. Temos um universo aí, todas as trabalhadoras do Simples não estão contempladas. E não é como foi colocado. As empresas privadas, se – é facultativo! – elas tiverem sensibilidade e aderirem ao programa, as suas empregadas terão direito.

(Interrupção do som.)

A SRA. RITA CAMATA (PSDB – ES) – Para concluir, Sra. Presidente.

Senão, elas não terão direito aos 180 dias.

A PEC nº 30 prevê 180 dias de licença-maternidade para todas as mulheres: as que adotam, as trabalhadoras deste País. Ela prevê a mudança de licença-gestante para licença-maternidade, para assegurar à mulher que adota também o direito a 180 dias e o INSS como o órgão que vai pagar o benefício desses dois meses a mais de licença.

É com este sentimento, Sra. Presidente, que quero aqui dizer que temos ainda muito a avançar. Em âmbito legal, compartilhamos da igualdade, mas na vida real temos as várias jornadas, além da responsabilidade na formação e na educação dos filhos. Queremos não só feminilizar o mercado de trabalho, mas também masculinizar as obrigações do lar, que devem ser compartilhadas entre homens e mulheres na educação, na formação e nas atribuições da casa.

Era esta a ponderação que eu queria fazer, deixando um abraço muito forte e carinhoso às homenageadas e a toda mulher brasileira: da mais simples e humilde operária trabalhadora àquela que hoje almeja uma posição de destaque no País. Que elas possam ter em nós uma pequena representação política que espero ser ampliada também, e uma voz firme com a sensibilidade dos homens, que têm também compromisso em avançar na busca dessa igualdade.

Este é o grande desejo: termos mais homens parceiros que tenham compromisso com as causas da mulher em nosso País na busca da justiça, da igualdade e do fortalecimento da democracia.

Obrigada. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA DEPUTADA RITA CAMATA**Pronunciamento da Deputada Federal
Rita Camata na sessão de 9 de março de 2010.**

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, a data se faz exata emblemática: há 100 anos instituído, o Dia Internacional da Mulher vem entoando, em todo mundo, o mesmo canto por justiça, dignidade e igualdade às mulheres. Em um contexto de progressiva emancipação feminina, afirmando-nos como sujeitos, ocupando espaços políticos importantes, embora ainda insuficientes em extensão, tal comemoração vem sempre acompanhada de reflexões e debates associados a uma providencial agenda de lutas e reivindicações pela reversão de um cenário ainda atravessado por discriminação e desigualdades nos mais diversos campos.

Estudo divulgado nesta segunda-feira (08) pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somente confirma o quanto a contraditória diferença ainda impera entre os homens e as mulheres de nosso país: mais escolaridade não garante melhores salários às mulheres. Mesmo com indicadores de escolaridade superiores aos apresentados pelo sexo masculino, as mulheres ganham salários 27,7% inferiores aos dos homens. O levantamento registrou que a diferença entre os rendimentos é ainda maior entre trabalhadores que acumularam mais estudos.

Os dados, extraídos na Pesquisa Mensal do Emprego (PME) de 2009, ilustram a desigualdade, indicando que a média salarial das mulheres representa 72,3% da média dos homens. No caso de trabalhadores com nível superior, no entanto, a discrepância ainda é maior. No comércio, mulheres que concluíram cursos universitários recebem em média 55,6% da remuneração dos homens que dispõem da mesma escolaridade. O cenário é o mesmo para as profissionais de outros segmentos, como construção (59,8% da média salarial dos homens), indústria (60,9%) e administração pública (62,6%).

Contabilizamos conquistas, sem dúvida. Avanços que porém guardam contradições, pois enquanto as mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho – 52,6% estão empregadas, representando 44% de mão de obra formal e 57% da informal do país, segundo estudo do IPEA de 2008 –, as dificuldades persistem, já que as políticas públicas não acompanham a realidade como a perversa dupla jornada a que milhões de brasileiras estão cotidianamente submetidas. Dispomos do direito de voto há 75 anos e ainda é desproporcional a nossa representação política: somos apenas 8% do Congresso Nacional, o que atesta que o sistema eleitoral precisa ser

democratizado, ampliando o acesso das mulheres aos espaços eletivos.

No que se refere à inserção da mulher no mundo do trabalho também foram quebrados vários tabus, a presença feminina cada vez mais expressiva. Tal realidade não decorreu apenas de fatores econômicos. As transformações sociais que ocorrem no mundo alteraram significativamente o papel da mulher na família e na sociedade. As lutas e conquistas por maior igualdade entre gêneros, direitos individuais e reprodutivos elevaram a autonomia feminina, levando a mulher a superar as barreiras impostas à sua efetiva participação no desempenho das atividades econômicas.

O mercado de trabalho feminino sofreu, nas últimas décadas, uma reestruturação decorrente do próprio processo de globalização e de liberação econômica. Também a melhoria do nível de escolaridade tem contribuído sobremaneira, para a inserção da mulher no mercado de trabalho. A intensidade do efeito da escolaridade sobre a ampliação da atividade feminina decorre não apenas do fato de que o mercado de trabalho é mais receptivo a trabalhadores mais qualificados, qualquer que seja o seu sexo, mas também porque as mais instruídas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas que compensem os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir seu compulsório afastamento do lar.

Atestamos que, nos mais elevados níveis de qualificação e escolaridade são inúmeras as profissionais, em diferentes ramos de atividade, que conseguem ser bem sucedidas em suas carreiras e conciliá-las satisfatoriamente com a vida familiar e a maternidade. As mulheres vêm, portanto, ocupando espaços no mercado de trabalho, mesmo em postos anteriormente destinados exclusivamente aos homens, embora continuem a enfrentar preconceitos quanto a participação em cargos de chefia.

Essa significativa ampliação a partir de 1973 evidencia que a participação das mulheres entre a população economicamente ativa tem crescido mais do que a presença masculina. Elas estão estudando, especializando-se e se qualificando profissionalmente. A expectativa é de que, neste século, pela primeira vez na história, as mulheres superem em números os homens nos postos de trabalho. Em que pese, porém, a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho, socialmente continua lhe sendo creditada e conferida o papel de destaque na vida familiar, nos afazeres domésticos e nos cuidados com os filhos. Consideradas peças fundamentais na administração do lar, as mulheres estão constantemente submetidas a uma dupla jornada de trabalho.

Outro levantamento recentemente divulgado atesta essa realidade: cresce o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, segundo aponta a Organização Internacional do Trabalho, considerando-se o trabalho doméstico, a mulher trabalha mais que o homem. Elas também sofrem mais com o desemprego do que os homens.

Pelo estudo, as mulheres que representam quase metade dos trabalhadores do País, estão cada vez mais participativas no orçamento familiar – em 35% dos casos são as principais responsáveis –, mas ainda enfrentam muitas desigualdades no mercado de trabalho. Entre 1998 e 2008, também aumentou o número de mulheres chefes de família. Em 1998, elas eram responsáveis financeiramente em 25,9% dos lares. Em 2008, o percentual passou para 34,9%. Pela análise, as mulheres sofrem muito mais com o desemprego do que os homens. A situação é ainda pior entre as negras, já que nesse contingente a taxa de desemprego atingiu 10,8% em 2008, e entre as mulheres brancas 8,3%. Entre as pessoas negras do século masculino, a taxa de desemprego foi de 5,7% e entre os brancos 4,5%. Outras graves estatísticas apontadas pela pesquisa da OIT: 15,8% das mulheres ocupadas estão no trabalho doméstico, e a maioria em relação precária de trabalho: somente 26,8% têm carteira assinada. Entre as mulheres negras a situação também piora: 76% das que atuam no trabalho doméstico estavam na informalidade em 2008.

Somada a situação desigual no mercado de trabalho a dupla jornada configura uma realidade perversa, muitas vezes inapelável: as mulheres trabalham ainda cinco horas a mais por semana do que os homens, considerando os afazeres domésticos. A jornada semanal média no mercado de trabalho é de 34,8 horas semanais para a mulher e 42,7 horas semanais para o homem. Quando considerados os trabalhos associados a filhos e ao lar, a carga de trabalho feminina passa para 57,1 horas semanais contra 52,3 horas semanais dos homens. Ao mesmo tempo o núcleo social e financeiramente vulnerável no Brasil metropolitano se concentra em um contingente de 1,8 milhão de pessoas que vivem exatamente em famílias chefiadas por mulheres.

Ao se comemorar pela centésima vez o Dia Internacional da Mulher, vale uma rápida pincelada histórica. A instituição da data foi uma homenagem às mulheres que reivindicavam melhores condições de trabalho nas tecelagens de Nova Iorque. Morreram por ousar questionar uma jornada de trabalho de mais de 16 horas diárias. No Brasil, muitos avanços podem ser registrados antes e depois desde marco centenário. Em 1827, foi sancionada a lei que permitiu a presença

de meninas nas escolas. Até então, as garotas eram educadas “para o lar” e preparadas para exercer as funções da maternidade. Apenas em 1879 foi liberado o ingresso das mulheres às universidades.

Em 1932, há 78 anos, o direito ao voto foi garantido às brasileiras – conquista, porém, que não foi estendida a todas as mulheres. O Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, assegurava o voto apenas às mulheres casadas (mediante a autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria. Tamanhas restrições foram superadas em 1934 pelo Código Eleitoral. Mesmo assim o voto feminino não era obrigatório. A obrigatoriedade veio apenas em 1946.

A própria Constituição Federal de 1988 imprimiu avanços importantes como “Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos” – inciso XX do Art. 7º: “Os direitos e deveres, referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” – § 5º do Art. 226; “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos” – § 6º do Art. 226; “Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias” – inciso XVIII do Art. 7º.

Esse último item integra hoje a ordem do dia na Câmara dos Deputados. Recentemente aprovamos em comissão especial da Câmara, a ampliação do período de licença-maternidade de 120 para 180 dias para todas as seguradas do INSS, por meio da Proposta de

Emenda à Constituição (PEC nº 30/07). Fui relatora da matéria e defendi a ampliação como medida que agrega nutrição adequada, segurança e aconchego ao bebê – instâncias fundamentais à sua imunização e desenvolvimento pleno, além de conferir a justa e legítima tranquilidade à mãe, contribuindo ainda para a estruturação da família como um todo.

Um primeiro passo veio com a Lei nº 11.770/2008: desde o final de janeiro, é facultado ao setor privado aderir ao Programa Empresa Cidadã, que aumenta de 120 para 180 dias a licença-maternidade, podendo abater a despesa do Imposto de Renda. Avanço obtido, mas que ainda deixa lacunas, já que mais de 70% das mulheres que estão no mercado formal pertencem a empresas que não são regidas pelo regime de lucro real, mas pelo Simples. A Proposta de Emenda à Constituição visa justamente universalizar o benefício.

Recomendada pela Organização Mundial de Saúde e pela Sociedade Brasileira de Pediatria, a iniciativa contempla todas as mulheres que pagam o INSS, tanto as contribuintes empregadas e com registro em carteira quanto as autônomas, além das servidoras públicas em todos os níveis e as que exercem sua atividade

em regime de economia familiar no meio rural. Entre as inovações, destacam-se a extensão do benefício às mães adotantes – ao se alterar o termo constitucional licença-gestante para licença maternidade – e o aumento do tempo de estabilidade no emprego dos atuais cinco meses para sete.

Prosseguimos, com altivez e persistência, na cotidiana luta para abreviar o hiato social, cultural e econômico que ainda persiste entre homens e mulheres em uma sociedade longe de ser igualitária e justa. É fundamental um equilíbrio que liberte a mulher das amarras tradicionais de dominação masculina e resulte em autoconfiança, auto-estima e qualidade de vida, restando-lhe a liberdade de seguir seus caminhos segundo seus passos e escolhas. Para tanto, faz-se necessária tanto uma incisiva mudança cultural que ainda imprime discriminações e diferenças quanto o Estado e a sociedade ofertarem o amparo mínimo para que a mulher possa cumprir, de modo digno e pleno, seu duplo ofício de mãe e trabalhadora.

Aproveito para marcar minha homenagem a uma maravilhosa mulher: Zilda Arns, que ergueu as Pastorais da Criança e da Pessoa Idosa. Sublinho ainda a honra de ter convivido e compartilhado de sua bondade, generosidade, sabedoria em meu percurso pontuado por tantas lutas em comum pela proteção e amparo a milhões de brasileirinhos e brasileirinhas, a satisfação em reconhecer suas palavras e atitudes como renovável fonte de aprendizagem e comprometimento com um mundo melhor e mais digno. Seus ensinamentos assentados na raiz da simplicidade, seu gesto possível de fazer sempre e mais pelo próximo, compõem um norte e uma ética em que todos nós devemos seguir e mirar.

E nas admiráveis figuras de Andréa Pachá, Cleuza Pereira do Nascimento, Fani Lerner (**in memoriam**), Maria Lygia de Borges Garcia, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Clara Perelberg Steinberg – homenageadas deste ano com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Luz – destaco aqui o horizonte que avistamos e que merecemos alcançar. Nossa voz prossegue vertida em lutas, bandeiras, liberdades. Nossa colheita se faz pródiga, aponta para um tempo que comporta nossa graça, fibra e força – somos colo, somos solo, sementes que deitam raízes. Pelo Dia Internacional da Mulher, fica minha homenagem a todas nós.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Deputada Rita Camata.

Estamos chegando ao nosso limite de tempo em razão do horário das sessões da Câmara e do Senado. Vou dar um minuto e meio ao Deputado Simão Sessim e, logo a seguir, à Senadora Fátima Cleide.

Deputado Simão Sessim, quero dizer que a ordem é absolutamente rigorosa após a subversão das mulheres.

Então, depois, vêm o Deputado Eduardo Sciarra, o Senador Raupp e o Deputado Antonio Chamariz. Logo a seguir, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Deputado Marcelo Ortiz, o Senador Jefferson Praia e o Senador Cristovam Buarque. Ainda temos o Senador Renato Casagrande, o Senador Suplicy, que nos honra com sua presença, solidário e amigo da luta das mulheres, o Senador Mão Santa e ainda o Senador Marconi Perillo. Então, vejam que a dificuldade é grande no processo de organização, mas agradeço a paciência e a colaboração dos senhores.

Um minuto e meio ao Deputado que já aguarda há três horas: Simão Sessim.

Muito obrigada.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente Deputada Alice Portugal, Sra.s e Srs. Senadores, Sra.s e Srs. Deputados, designado pela Liderança do meu Partido Progressista, na Câmara dos Deputados, e representando as nossas Deputadas Angela Amin, Aline Corrêa e Rebecca, participo com muita emoção desta sessão solene do Congresso Nacional em que, juntos, comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Nossos cumprimentos às ilustres personalidades, eu diria que, com muito orgulho, receberam o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído pela Mesa do Senado para enaltecer mulheres que, incansavelmente, lutam pelos direitos femininos, pela justiça social e pela cidadania plena que se devem a todas as brasileiras.

E aí abraço a minha querida conterrânea, amiga, Leci Brandão, que simboliza a beleza, a criatividade, a força da comunidade do samba, da arte, da dança. Parabéns, Leci!

Merecidamente, deu-se ao importante prêmio o nome de Bertha Lutz, essa paulista admirável que desafiou preconceitos, enfrentou discriminações para se afirmar como uma das pioneiras do Movimento Feminista nas Américas.

Sra. Presidente, solicito que seja considerado como lido na íntegra o nosso pronunciamento, em que exaltamos as conquistas, as ações de Bertha Lutz ao longo de sua vida.

Esse, o sentimento com que a Liderança do Partido Progressista, na Câmara dos Deputados, comemora o Dia Internacional da Mulher. Às insinues brasileiras agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nossa saudação e nosso aplauso, com a certeza de que construiremos um Brasil em que, mais do que ho-

mens e mulheres, sejamos todos, sem dúvida alguma, cidadãos com acesso à dignidade e à justiça a que todo ser humano tem direito.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM:

O SR. SIMÃO SESSIM (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – **Sr. Simão Sessim** (PP-RJ) pronuncia o seguinte discurso: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Senadores, com muita honra, a Liderança do Partido Progressista na Câmara dos Deputados participa desta sessão solene do Congresso Nacional, em que juntos comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Nossos cumprimentos às ilustres personalidades que receberão o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído em 2001 pela Mesa do Senado Federal para enaltecer mulheres que incansavelmente lutam pelos direitos femininos, pela justiça social e pela cidadania plena que se devem a todas as brasileiras.

Merecidamente, deu-se ao importante prêmio o nome de Bertha Lutz, essa paulista admirável que desafiou preconceitos e enfrentou discriminações para se afirmar como uma das pioneiras do movimento feminista nas Américas. Nascida em 1894 e falecida em 1976, foi uma grande mulher que viveu à frente do seu tempo.

Herdeira da vocação do pai, o cientista Adolfo Lutz, formou-se em Zoologia pela Universidade de Sorbonne, na França, e foi aprovada em concurso para bióloga do Museu Nacional, quando se tornou a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. A par das tarefas científicas, empenhou-se, desde jovem, na luta pela causa feminina: aos 25 anos, funda, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher; em 1922, vai aos Estados Unidos como representante das brasileiras na assembléia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, quando se elege vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Ao regressar, cria a Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

À frente da campanha pela concessão às mulheres do direito de voto, Bertha Lutz vê o esforço recompensado em 1932, quando Getúlio Vargas assina o novo Código eleitoral, que permite às brasileiras votar e ser votadas. Participante do comitê que ofereceu subsídios à Constituição de 1934, atuou decisivamente em prol da extensão às mulheres da igualdade dos direitos políticos.

Nas eleições parlamentares seguintes, a Liga Eleitoral Independente lança Bertha Lutz para concorrer à Câmara dos Deputados: fica na primeira suplência, mas assume o mandato em 1936, com a morte

do titular, Cândido Pereira. Como Deputada Federal, defende propostas relativas à igualdade salarial, ao trabalho da mulher e do menor, à isenção do serviço militar, à licença de três meses para a gestante e à redução da jornada laboral, que então chegava a 13 horas. Mais não fez por falta de tempo: em 1937, Vargas impõe a ditadura do Estado Novo e fecha o Congresso Nacional.

Desencantada com a política, Bertha aposenta-se como servidora pública em 1964, na chefia do setor de botânica do Museu Nacional. Em 1975, declarado Ano Internacional da Mulher pela ONU, Bertha Lutz é convidada para a delegação do Brasil ao Primeiro Congresso Internacional da Mulher, que se realiza na Cidade do México. Em setembro do ano seguinte, falece no Rio de Janeiro, aos 82 anos de uma operosa e extraordinária vida.

Como vemos, essa brasileira notável era parte de uma espécie em extinção: a das pessoas que, pela grandeza humana e pelo brilho da inteligência, fazem o mundo melhor e a vida mais bela. São seres que se imortalizam não por louros acadêmicos ou por glórias mundanas, mas pela vida que viveram, pela obra que realizaram, valores com que se tornaram dignos da nossa admiração, do nosso respeito e da nossa homenagem.

Esse, o sentimento com que a Liderança do Partido Progressista na Câmara dos Deputados comemora o Dia Internacional da Mulher. Às insignes brasileiras agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nossa saudação e nosso aplauso, com a certeza de que construiremos um Brasil onde, mais do que homens e mulheres, sejamos todos cidadãos com acesso à dignidade e à justiça a que todo ser humano tem direito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Obrigada, Deputado Simão Sessim.

Senadora Fátima Cleide...

Eu gostaria de apresentar minhas escusas porque o Deputado que, neste momento, representa a Minoria, Eduardo Sciarra, chamado a falar, em função das circunstâncias, teve que se retirar. Então, eu gostaria de apresentar nossas desculpas públicas. Tendo a oportunidade de estar presente, logo após a Senadora Fátima Cleide, ele fará uso da palavra. É uma circunstância difícil desse ordenamento, mas peço a compreensão de todos e todas.

Queria dizer que a Sra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda, uma das homenageadas, cede à coordenação da Bancada e às Casas Legislativas, o livro sobre a sua mãe, Alice Tibiriçá, *Lutas e Ideais*.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, grande defensora da educação brasileira, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, minha querida Deputada Alice Portugal.

Quero cumprimentá-la, também cumprimentar o Senador Inácio Arruda, que faz parte da Mesa, neste momento; desejo cumprimentar todas as nossas agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em nome da nossa querida Leci Brandão. E o faço como uma pessoa que luta pela educação brasileira.

Quero inclusive, Deputada Alice Portugal, pedir para que o meu pronunciamento seja dado como lido. Vou tentar ser o mais breve possível, mas não podia deixar de fazer esse registro.

A Leci tem uma música lindíssima, que fala sobre a educação e que foi gravada no disco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mas, não só por isso, a Leci esteve aqui conosco em uma audiência pública sobre a questão da igualdade racial e falou naquele dia na D. Leci, sua mãe, como funcionária de escola. Hoje, Leci, usamos esse termo; não mais apoio, não mais auxiliar, mas, funcionária de escola.

Mas eu queria lhe dizer, com muita alegria, que entre os avanços que nós conseguimos, nos últimos anos, para as mulheres brasileiras está o projeto de lei, de minha autoria, que foi relatado na Câmara pela Deputada Alice Portugal, que trata de discriminar os profissionais da educação e considerar os funcionários de escola como profissionais da educação. E eu falava à Dona Leci da alegria de poder contribuir, a partir do Senado Federal, desta vaga que me foi, generosamente, concedida pelo povo do Estado de Rondônia, para melhorar a vida de milhares de mulheres que não têm, sequer, visibilidade no País.

Eu gostaria, também, Deputada Alice, de agradecer à Liderança de meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, em nome de quem falo neste momento, de agradecer ao Senador Aloizio Mercadante, que está em São Paulo, convalescendo-se de uma cirurgia, e agradecer ao Senador Suplicy que está no exercício de nossa Liderança. Falo ainda em nome de nossa companheira Ideli Salvatti, que, em missão em São Paulo, não pôde comparecer a esta sessão. Deixo aqui, em nome dos três, o nosso abraço a todas as mulheres brasileiras.

Desejo registrar a nossa solidariedade a uma categoria do País que é constituída majoritariamente por mulheres e que, infelizmente, só é reconhecida no momento de receber elogios. No dia a dia, infelizmente, a vida das trabalhadoras em educação continua sen-

do uma grande luta diária por melhores condições de trabalho, por reconhecimento profissional.

Neste exato momento, em vários Estados brasileiros, está sendo deflagrada, mais uma vez, uma greve dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação por conta da não implementação do piso salarial profissional, aprovado pelo Congresso Nacional, pois, infelizmente, alguns governantes se negam a aceitá-lo.

Eu gostaria, em nome dessas companheiras, de homenagear a todas as mulheres: trabalhadoras urbanas, trabalhadoras rurais, seringueiras, citadas há pouco por nossa companheira Marina, mulheres da floresta, mulheres ribeirinhas, mulheres do sertão brasileiro. Todas elas nós queremos abraçar neste momento em nome das que aqui foram agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Eu gostaria de agradecer-lhes, Deputada Cida, Deputada Alice e Senador Suplicy. Neste momento, irei retirar-me do plenário do Senado Federal, porque temos uma audiência com o Ministro Marco Aurélio de Mello, no STF, justamente para tratarmos do piso salarial, que está dependendo de um posicionamento do Supremo Tribunal Federal, cuja omissão tem feito com que, mais uma vez, tenhamos de enfrentar greves nos Estados do Brasil, na educação brasileira, negando assim dias de aula às nossas crianças em todo o País, mas por uma causa justa, que é a melhoria das condições de trabalho para grande parte das mulheres brasileiras que labutam na educação pública.

Meu muito obrigada.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE:

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, o Congresso Nacional cumpre importante papel ao realizar a presente Sessão Solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher e, ao mesmo tempo, homenagear as vencedoras da nona edição do Diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz”. Aproveito para cumprimentar as agraciadas deste ano: Leci Brandão da Silva, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Cleuza Pereira do Nascimento, Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Maria Lygia de Borges Garcia e, *in memoriam*, Fani Lerner.

Muito tempo se passou desde aquele longínquo 8 de março de 1857, data em que 129 mulheres operárias foram covardemente massacradas na cidade de Nova Iorque, apenas por reivindicarem direitos trabalhistas básicos, como a diminuição da jornada de trabalho de 14 horas diárias.

Muito tempo se passou desde o distante 24 de fevereiro de 1932, marco da conquista do voto feminino no Brasil, fruto de árduas lutas dos movimentos de mulheres em busca do pleno exercício de seus direitos políticos.

Muito tempo se passou, Senhor Presidente, desde a volta da normalidade democrática e a posterior promulgação da Constituição-Cidadã, de 1988, a qual garantiu a igualdade entre os gêneros. Qualquer balanço que porventura se faça, irá evidenciar um conjunto significativo de meritórias conquistas, mas, por outro, deixará a nu um vasto repositório de iniquidades ainda vivo em nossa sociedade.

Indiscutivelmente, avançamos na luta pelos direitos das mulheres em campos como o da educação, saúde sexual e reprodutiva, universo das relações de trabalho, representação política e direitos civis. Porem, a eqüidade de gênero é um trabalho cotidiano, que demanda grandes esforços e oferta recompensas tão-somente no médio e longo prazos. Há, ainda, muitas batalhas por travar, muitos espaços por ocupar na sociedade.

Irei me permitir alguns breves comentários sobre os progressos obtidos em cada um daqueles campos que acabei de enumerar.

Na área educacional, é maior a taxa de escolaridade entre as mulheres, mas é sintomático que ainda persistam algumas distorções. Por exemplo, somos minoria nos cursos de graduação universitária de maior prestígio social. Também não há equilíbrio quanto à ocupação de espaços decisórios nas universidades e nas agências de fomento à pesquisa.

Na saúde, têm sido instituídos ações e programas especialmente formatados para dar conta da diversidade étnica e de gênero. Vale considerar que, além dos aspectos inclusivos e democráticos, essas políticas públicas são mais focadas, o que gera eficácia e, em decorrência, uso ótimo dos recursos públicos. No entanto, a situação da saúde da mulher ainda é precária, sobretudo nos estados mais pobres da Federação e nas áreas rurais. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, quase 1/3 das mulheres brasileiras que vivem no campo não consultam médico durante toda a gravidez!

Outro dado que chama a atenção é a permanência da desigualdade salarial entre os gêneros. De acordo com a “Medida de Participação Segundo o Gênero” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o rendimento feminino, no Brasil corresponde, em média, a 56% dos vencimentos masculinos, considerada idêntica qualificação para cargos de mesma natureza. Na mesma linha, ainda é

incipiente a presença de mulheres em cargos de alto escalão nas empresas nacionais.

Quanto à representação política, ainda há muito a percorrer, basta olhar à nossa volta. Historicamente, a representação feminina nas duas Casas do Congresso Nacional gira em torno de 10% e, segundo a cientista política Lúcia Avelar, da Universidade de Brasília, são poucas as perspectivas de incremento substantivo nos próximos anos. Esse panorama se estende aos demais Poderes e às outras esferas legislativas. Em regra, as instâncias de poder ainda são extremamente refratárias às aspirações femininas e, assim, é baixa nossa inserção em funções da alta administração pública, nos tribunais, nas instituições religiosas, nos corpos diretivos das universidades ou nos escalões executivos das empresas privadas.

Senhoras e Senhores Parlamentares, o Secretário-geral das Nações Unidas deflagrou, recentemente, a campanha “Una-se pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, com prazo até 2015, afinado com as chamadas Metas do Milênio. A simples propositura, em si um avanço, evidencia a permanência de um fenômeno inadmissível, em pleno pórtico da segunda década do Século XXI!

No Brasil, alcançamos grande progresso no enfrentamento da violência doméstica com a aprovação da Lei Maria da Penha, um instrumento legal capaz de inibir e punir os agentes envolvidos nesse tipo de violência. Contudo, ora a inércia, ora a convivência das autoridades têm posto sob risco a correta aplicação da Lei, com as funestas consequências sociais daí advindas. Estejamos vigilantes! A luta é das mulheres, sem contudo deixar de ser de todos nós, homens e mulheres que crêem na construção de um mundo mais justo e equânime, em que, consideradas nossas diferenças, estejamos equiparados quanto a direitos e deveres.

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigada, Senhor Presidente!

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, a Sra. Alice Portugal deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Cida Diogo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Diogo. PT – RJ) – Muito obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Gostaríamos de chamar agora esta nossa pléiade ilustre de Senadores e Deputados para o seu pronunciamento, apesar do adiantado da hora, e pedir brevidade.

O Senador Raupp, está presente? (Pausa.)

Então, Senador Raupp, com nossas desculpas pelo tempo, representando a Maioria nesta Casa.

Logo depois, finalmente, falará o Deputado Antonio Carlos Chamariz.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra.s Deputadas, Sra.s Senadoras, Srs. Deputados, Srs. Senadores, demais membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, eu queria, Sra. Presidente, agradecer por ter ficado quase por último porque neste momento entra no ar a TV Senado, transmitindo ao vivo esta sessão, porque até então as comissões estavam funcionando e, pelo Regimento, as comissões têm preferência sobre a sessão especial. Então neste momento entra a transmissão para todo o Brasil da TV Senado. Eu queria cumprimentar todas as senhoras e os senhores que estão nos assistindo neste momento, em especial as senhoras neste dia tão especial em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, que ocorreu ontem.

Mais uma vez, reúne-se o Congresso Nacional em sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Pelo nono ano consecutivo realiza o Senado Federal, por ocasião da celebração dessa data, a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

E quero parabenizar todas as homenageadas aqui, neste dia, em nome da Deputada Federal Marinha Raupp, minha esposa, que esteve até agora há pouco na sessão, homenagear todas as Deputadas, todas as Senadoras e todas as mulheres do Brasil.

Na medida em que passam os anos, avolumam-se os avanços na luta pela superação da desigualdade, pelo fim das injustas discriminações que vilipendiam a dignidade das mulheres e lhes subtraem o direito ao exercício da plena cidadania. Ainda assim, é inegável a persistência do machismo e de seu odioso corolário de iniquidades e violências.

Muito já caminhamos desde a emergência das primeiras lutas das mulheres por melhores condições de trabalho e pelo direito ao voto. No plano jurídico, já está consagrado em muitos países, inclusive no Brasil, o reconhecimento da plena igualdade entre homens e mulheres. A presença da mulher no mercado de trabalho tem crescido de maneira exponencial. Seus níveis de escolaridade, do mesmo modo, avançaram celeremente e, em alguns países, já superam os dos homens – caso, mais uma vez, do Brasil.

Na maior economia do mundo, a norte-americana, os números da mão de obra feminina já superam os da masculina no mercado de trabalho. No Brasil, ainda não chegamos a esse ponto, mas dentro muito em breve as mulheres serão a maioria naquela parcela do mercado de trabalho correspondente aos trabalhadores mais escolarizados, aqueles que contam onze ou mais anos de estudo.

Pelo mundo afora, diversas mulheres ocupam chefias de estado ou de governo. É o que ocorre, por exemplo, em um país com a importância geopolítica e econômica da Alemanha, que é presidida por uma mulher, ou, aqui perto de nós, na Argentina e no Chile. Da mesma forma, governadoras governam estados brasileiros como o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado do Maranhão e o Estado do Pará. Isso constitui, sem dúvida alguma, um indicador concreto e vigoroso do progresso da condição feminina.

Ao mesmo tempo, contudo, subsistem práticas discriminatórias que não merecem sequer adjetivação de criminosas, podendo ser mais bem qualificadas como hediondas, abjetas, ignóbeis. É o caso daquilo que, fazendo uma concessão a um anglicismo, pode ser denominado de “gendercídio”, ou seja, a morte de meninas recém-nascidas e o aborto seletivo de fetos do sexo feminino. Em alguns países do oriente, essa prática monstruosa disseminou-se a ponto de causar grave desequilíbrio populacional, com gravíssimas e imprevisíveis consequências sociais. Na China, por exemplo, na geração nascida na década de 1970, existe uma proporção de 120 indivíduos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Congressistas, a tragédia que acabo de mencionar constitui, é óbvio, um exemplo extremo da mais repulsiva discriminação contra as mulheres, caso também da prática de circuncisão feminina, ainda generalizada em muitos países da África.

Mas uma análise mais panorâmica situação da mulher no Brasil e no mundo deixa absolutamente claro que, apesar dos progressos, a desigualdade entre os sexos é ainda marcante, mesmo nos países que se pretendem mais democráticos e igualitários.

É interessante lembrar que uma das reivindicações das 129 operárias têxteis norte-americanas trucidadas, em 8 de março de 1857, era a equiparação salarial com os homens. Afinal, passados 153 anos de seu crucial martírio e 35 anos desde que a Organização das Nações Unidas – ONU, escolheu a data do trágico episódio para marcar o Dia Internacional da Mulher, essa reivindicação tão singela, de justeza tão cristalina, ainda não foi conquistada. Embora consagrado em lei, no Brasil e em muitos países, o princípio de que o trabalho igual deve ter idêntica remuneração continua a ser solenemente ignorado pela maioria dos empregadores mundo afora.

Uma trabalhadora brasileira recebe, em média, 71,3% do que um homem recebe pelo mesmo trabalho. Uma mulher com curso superior tem salário, em média, 40% inferior ao de um homem na mesma função. Também no acesso às oportunidades de empre-

go, a desigualdade é flagrante. Em janeiro de 2008, a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 10,1%, muito superior...

(Interrupção do som)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu queria mais uns três minutinhos. Eu teria dez minutos no início da sessão. No início da sessão, todos falaram em torno de dez minutos.

Em janeiro de 2008, a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 10,1% muito superior àquela registrada entre os homens, de 6,2%.

A discriminação, aliás, existe desde o microcosmo familiar, onde se reproduz para a geração seguinte de meninos e de meninas. Entre os casais brasileiros, apenas 20% dos homens participam do trabalho doméstico. Em somente 2% dos domicílios brasileiros em que há mulheres o trabalho doméstico fica a cargo de algum homem; e em apenas 19% os homens auxiliam nessas tarefas. As mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas, pelo cuidado com os filhos e demais familiares. Enquanto os homens dedicam, em média, sete horas semanais às tarefas domésticas, as mulheres dedicam vinte horas semanais.

No campo da política, a sub-representação feminina é gritante em âmbito mundial e ainda mais acentuada em nosso País. Dados da União Interparlamentar, órgão vinculado à ONU, revelam que havia somente 18,2% de mulheres legisladoras no mundo no ano de 2008, e a avaliação do aumento da participação feminina indica que, no ritmo atual, a igualdade de participação entre os gêneros somente será atingida daqui a cem anos.

O Brasil, com 8,8% de Deputadas Federais – 45 representantes numa Casa com 513 cadeiras – situa-se em 146º lugar num ranking de 192 países e em penúltimo na América do Sul, ainda conforme a União Interparlamentar. Nos primeiros 180 anos de história do Parlamento brasileiro, jamais uma mulher ocupou um cargo efetivo na Mesa Diretora de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional, o que só veio a ocorrer na atual Legislatura. A Vice-Presidente desta Casa é a Senadora Serys Shhessarenko. Mantendo-se o ritmo atual de crescimento da participação feminina, o Brasil só atingirá a paridade daqui a 400 anos!

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Congressistas, aqui estamos celebrando mais um Dia Internacional da Mulher. E, mais uma vez, temos de reconhecer que, nada obstante os significativos avanços conquistados na valorização da condição feminina, um longo caminho ainda resta a ser percorrido.

Um minutinho apenas para concluir.

Impõe-se, portanto, uma única conclusão: se estamos de fato decididos a construir uma sociedade mais justa, firmemente assentada nos princípios da igualdade, da solidariedade, na garantia dos direitos da pessoa humana para todos, sem qualquer espécie de distinção, precisamos apressar o passo, marchar com mais resolução e rapidez rumo ao fim da discriminação contra a mulher. Este há de ser nosso compromisso na celebração de mais um 8 de março: Basta de injustiça! Igualdade plena! Respeito à dignidade e aos direitos das mulheres!

Parabéns a todas as mulheres!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, a Sra. Cida Diogo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Alice Portugal.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Muito obrigada, Senador Raupp, inclusive pela sua compreensão e por ter aguardado tanto tempo para que pudéssemos ouvi-lo.

E, agora, o Deputado Antonio Chamariz, que também já aguarda há bastante tempo para fazer a sua saudação às mulheres.

Estamos aqui, a Deputada Cida Diogo e eu, fazendo uma sugestão para que os próximos Deputados e Senadores, que fossem usar da palavra, procurassem fazê-lo em três minutos, na busca de uma otimização, para que possamos ouvir a todos que querem se manifestar saudando as mulheres neste fim de sessão.

Deputado Antonio Chamariz.

O SR. ANTONIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Deputados, Sra.s e Srs. Senadores, quero aqui primeiramente agradecer a Deus por essa rica oportunidade e agradecer ao meu Partido, PTB, por ter-nos dado também esta oportunidade de estar aqui falando pelo Partido. Ao nosso Líder Jovair Arantes, também o meu agradecimento.

Quero aqui parabenizar as mulheres. Quero aqui saudar todas as mulheres: “A mulher sábia edifica sua casa”. Apesar desta data específica, não tenho dúvida de que vocês, mulheres, devam ser aplaudidas todos os dias pela forma como desempenham o seu papel com tanta responsabilidade, cuidando do lar, esposo e filhos, e muitas vezes exercendo uma profissão fora com tanta dedicação.

Quero aqui também aproveitar esta data, Sra. Presidente, para falar um pouco deste Deputado que aqui fala. Fui menino de rua. Hoje sou Deputado Federal. Não tive a oportunidade de estudar quando criança. Hoje presto uma faculdade de administração pública e louvo a Deus por isso.

Faço parte da CPI da criança e do adolescente desaparecido.

Gostaria, nesta oportunidade, de saudar todas as mulheres. E aproveito para contar uma historinha que tenho vivido todos os dias.

Há uns anos, fomos eu e minha esposa a São Paulo, com meu filho de três anos, Davi, que hoje se encontra com 16 anos. Minha esposa saiu com a prima dela e foi a um *shopping* com Davi. Depois, ela me contou que Davi desapareceu da sua frente e que ela ficou maluca, não sabia o que fazer. Achei interessante, Sra. Presidente, aquilo que senti naquele momento em que ela estava contando-me o fato, e imagino o que ela sentiu, por vinte minutos, enquanto meu filho ficou desaparecido da vista dela.

Mas por que trago essa reflexão? Porque, hoje, vejo muitas mães que não sabem onde se encontram seus filhos, essas guerreiras que só Deus pode sustentar. Por isso, queria aqui trazer uma saudação para todas as mães, mas especificamente para essas mães que não sabem onde se encontram seus filhos e fazer um apelo, para que possa...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS CHAMARIZ (PTB – AL) – Obrigado, Sra. Presidente. Repito o apelo: para que possa ajudá-las aquele que saiba onde se encontram essas crianças, que possa contribuir. Era esse apelo que gostaria de deixar aqui.

Parabenizo todas as mães. Quero agradecer a Deus esta oportunidade e dizer: Mãe, não se desespere; aguarde, porque o Senhor está tomando providência, e tenho certeza de que em breve vocês se alegrarão.

Era o que queria transmitir nesta tarde, aqui.

Agradeço a oportunidade em nome de Jesus.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Nós é que agradecemos, Deputado Antonio Chamariz.

Gostaríamos de chamar o Senador Roberto Cavalcanti, para fazer uso da palavra, agradecendo também a paciência e a sua saudação às mulheres.

Estamos trabalhando com três minutos, é óbvio, com a flexibilidade necessária, mas somente no sentido de agilizarmos os trabalhos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quase vim correndo. Deu para vir andando.

Coordenadora da Bancada feminina na Câmara dos Deputados, Exm^a Sra. Deputada Alice Portugal; Exm^a Sra. Deputada Cida Diogo; Exm^o Sr. Deputado Marcelo Ortiz; Senador, amigo e companheiro Inácio Arruda; Sra. Presidente; Sra.s e Srs. Senadores; Sra.s

e Srs. Deputados; senhoras e senhores telespectadores da TV Senado; senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado; senhoras e senhores que nos honram com suas presenças neste plenário, não poderia deixar de vir a esta sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e de saudar o magnífico e crescente papel das mulheres na sociedade contemporânea.

É verdade que o preconceito e a discriminação quanto ao gênero ainda persistem nos setores e mentes mais atrasadas de nosso País. Mas entendo que hoje não é dia para ficarmos presos às lamentações, e sim para enaltecermos os avanços e as conquistas da luta pela emancipação da mulher e pela igualdade plena entre os sexos.

Entre os estudantes e universitários, a mulher já é maioria, há algum tempo. Dados recentes divulgados pelo IBGE demonstram que elas também já são maioria no mercado de trabalho de elite, que exige maior nível de escolaridade.

De acordo com o IBGE, enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo no final de 2009, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens esse percentual era de 53,2%.

De fato, são diversas as empresas e instituições que hoje são comandadas e dirigidas por mulheres.

Sempre com muita dedicação e sensibilidade, tais profissionais de sucesso têm provado que a competência feminina não se submete a constrangimentos sexistas ou chauvinistas, mas aos resultados de seu trabalho.

É verdade que, ainda segundo dados do mesmo IBGE, o salário das mulheres é menor do que o dos homens em posições equivalentes. Mas tenho certeza de que tal situação está fadada ao ostracismo, dado o absurdo da sua configuração.

A discriminação, enfim, será banida pela meritocracia, independentemente do gênero.

Na política, vemos surgir lideranças femininas proeminentes. O País já vê, com grande expectativa, a possibilidade de ter seu mais alto posto ocupado por uma mulher.

Já há Governadoras, Prefeitas e Parlamentares, cujo desempenho comprova a necessidade e a premência da participação da mulher na vida pública brasileira.

E não poderia deixar de citar aqui, Sra. Presidente, a figura saudosa da Dona Zilda Arns, como já foi citada por diversos outros oradores desta tribuna.

Muito já se falou sobre a vida prodigiosa e fascinante da médica que quis fazer a diferença e trabalhar por um mundo melhor.

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) –

Vou finalizar, Sra. Presidente.

Mas, nesta homenagem que ora prestamos à condição feminina, constato que o exemplo de vida da Drª Zilda sintetiza com precisão tudo aquilo que defendemos e compreendemos a respeito do papel da mulher na atualidade.

Dona Zilda era, sem dúvida, a representação máxima da competência, do carisma, da liderança eminentemente feminina, que não intenciona mimetizar o comportamento masculino, mas introduzir o olhar diferenciado da mulher nas atitudes públicas.

Sua liderança não era política, empresarial ou burocrática. Era, sobretudo, afetiva e fortemente comprometida com o ideal máximo da solidariedade e do amor ao próximo.

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) –

Na passagem do Dia Internacional da Mulher, neste Parlamento que espero seja cada vez mais representado por lideranças femininas, nada mais justo que reverenciarmos a memória e o trabalho de brasileiras como Bertha Lutz e Zilda Arns. Ao fazê-lo, damos o claro sinal para as futuras gerações de mulheres de nosso Brasil que é possível, sim, trabalhar por um País melhor, mais digno e justo com os seus filhos e filhas.

Muito obrigado pela tolerância, Sra. Presidente. E quero dizer complementarmente que, na nossa formação como um todo, a mulher é tudo, desde o nosso nascimento, nossa educação... Não consigo esquecer, não tiro da minha memória minha primeira professora do jardim de infância – imaginem quantos anos atrás –, Dona Hebe Codiceira, do Estado de Pernambuco, e de todas as passagens femininas, atualmente finalizando pela presença na minha vida das minhas netas.

Muito obrigado pela tolerância, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Nós é que agradecemos, Senador, as suas belas e profundas palavras.

E agora, dentro desse sistema de alternância entre um Senador e um Deputado, vamos ouvir um membro da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, o querido Deputado Marcelo Ortiz, do Partido Verde.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada Alice Portugal, todas as pessoas já referenciadas neste ato, para que eu não repita, eu as copio e as cumprimento.

É muito importante este dia, que não é de tristeza nem de lamentação das mazelas que podem ter ocorrido durante todo esse tempo até que chegássemos ao agora. Hoje é dia de vitória, vitória das mulheres que

lutaram e conseguiram obter aquilo que já era direito delas. Hoje é um dia de justiça do reconhecimento de que cada uma delas conseguiu galgar novas posições e romper preconceitos, barreiras e enormes obstáculos. Então, temos de ter alegria ao dizer isso.

Neste ano, teremos eleições. O número maior não é de possíveis candidatos, mas de candidatas, o que demonstra que as mulheres se ombreiam, as mulheres – se é que podemos colocar essa posição, porque não vejo essa diferença – se igualam e por muito suplantam os homens.

Ouvi aqui nossa Ministra Marina Silva. Falo em nome do Partido Verde e não poderia deixar de citá-la de forma alguma. Ela expôs muito bem este posicionamento: as diferenças têm de desaparecer? Não. São as diferenças que nos unem! As diferenças fazem com que cada um de nós cumpra o seu papel. E, dessa união das diferenças, só podemos encontrar e tirar um resultado positivo.

Assim, dedico a minha fala de forma especial a todas as homenageadas, a todas as mulheres indistintamente. Lembro-me da minha mãe, falecida aos 88 anos, que me puxou pela mão nos primeiros momentos e me ensinou a vida. Homenageio-as e a todas as minhas mulheres – tenho várias: minhas filhas, minha esposa. Enfim, digo que, de forma especial, tenho de dedicar um forte abraço à nossa colega do Partido Verde, Senadora Marina Silva, em respeito ao sentimento de orgulho que ela nos desperta em razão de sua engrandecedora história de vida, começando pelo seringal Bagaço até o Ministério do Meio Ambiente, passando pelo Parlamento brasileiro e culminando com a luta da defesa intransigente do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos.

Ouvi hoje uma frase que muito mexeu comigo, de Zilda Arns, a quem tive a felicidade de entregar a maior comenda que a Câmara concede a pessoas escolhidas pelo trabalho que fazem pela sociedade. Lembro a frase que ela disse – talvez não com a perfeição da sua exposição: não adianta, não é importante que o País seja mais rico; o importante é que tenhamos mais um espírito de solidariedade, de reconhecimento, um atendimento exatamente àqueles que mais necessitam.

Mas esse não é o caso das mulheres. Elas souberam – e com muito mérito – se colocar e recebem hoje o respeito de todos nós, homens, pela possibilidade que temos de viver com elas, o que é ótimo, é maravilhoso, porque entendemos que elas são tão importante para nós como nós somos importantes para elas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Deputado Marcelo Ortiz, que, com

brevidade, deu esse recado e manteve a solidariedade ao Dia Internacional da Mulher nos seus cem anos.

Muito obrigada.

Gostaríamos de chamar o Senador Antonio Carlos Valadares, que há muito também nos espera.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sra. Presidente Alice Portugal...

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Senador Paulo Paim, com prazer. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Fora do microfone.) – Falarei depois do nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Pois não.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta desta sessão, Deputada Alice Portugal, chamo a atenção, Sra.s e Srs. Senadores, para a extraordinária força da presença feminina na configuração da sociedade contemporânea, do papel absolutamente central e insubstituível que ela representa no tempo presente, seja em família, no ambiente de trabalho ou nos mais diversos setores da vida social, inclusive na política.

Quero aproveitar esta oportunidade para registrar o meu trabalho legislativo em prol da causa da valorização da mulher. Encontra-se em tramitação, na Comissão de Justiça do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 54, de 2005, de minha autoria, que cria o Juizado Especial Cível da Mulher, com o objetivo de agilizar a tramitação de processos judiciais como o de investigação de paternidade, guarda de filhos, revisão de alimentos, entre outros.

Outro projeto de nossa autoria é o PLS nº 283, de 2008, que busca proibir a exigência de atestados de gravidez e esterilização, assim como outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. O projeto define ações e crimes resultantes de discriminação contra a mulher na relação de trabalho. O projeto foi aprovado na CCJ do Senado e tramita agora perante nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Outro, o PLS nº 165, de 2000, que, por sua vez, trata da proteção à família, às crianças e, também, indiretamente, à mulher no mercado de trabalho. Esse projeto institui a licença parental, para que os períodos de afastamento para o cuidado com os filhos possam ser gozados tanto pelo pai quanto pela mãe. Esse tipo de previsão legal, chamada de licença parental, contribui para diminuir a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Esse projeto foi aprovado no ano

passado aqui no Senado e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Entendo que são direitos humanos fundamentais da mulher: desfrutar da completa igualdade, quando as desigualdades em relação aos homens são causas de opressão; ter reconhecidas e protegidas suas diferenças, de forma a lhes assegurar a igualdade de oportunidades, porque as características físicas, psicológicas e culturais das mulheres não são critérios determinantes para o acesso ou a negativa de acesso à participação na vida social.

Por fim, a verdade é que a luta pela igualdade de gênero ainda tem muito a avançar. Segundo o Pnud, dentre os Objetivos do Milênio (ODM), o que menos progrediu foi o objetivo nº 5, que busca melhorar a saúde terna. Todo ano, mais de meio milhão de mulheres morrem de complicações ligadas à gestação ou parto – ou seja, uma por minuto. A grande maioria (99%) desses óbitos ocorrem nos países em desenvolvimento, e metade da África Subsaariana.

Outra das metas que estão especialmente atrasadas diz respeito ao número de mulheres em vagas nos parlamentos. Embora a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres tenha estipulado uma meta de 30% de cadeiras preenchidas por deputadas ou senadoras, atualmente apenas 18% das legisladoras são do sexo feminino, segundo dados apresentados pela executiva do Pnud.

Sra. Presidente, nesta comemoração do Dia Internacional da Mulher, trago este debate para que todas as mulheres e homens que lutam pelo fim da exploração e da discriminação possam se juntar nesta causa justa e merecida para todos e todas que buscam a igualdade no seio da sociedade. A realidade é que muito já se conquistou, mas ainda falta muito a fazer. A luta feminina deve continuar. Parabenizo as mulheres lutadoras deste nosso Brasil.

Peço à Sra. Presidenta a publicação na íntegra deste discurso, já que fiz apenas um resumo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, o Congresso Nacional comemora o dia internacional da mulher com a entrega do prêmio “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz” sempre às mulheres escolhidas por sua luta em defesa dos direitos das mulheres. Quero nesse momento parabenizar as agraciadas e dizer que eu sei que a luta delas é árdua.

Não poderia ficar alheio a esta Sessão Especial que, tendo se tornado feliz tradição, celebra, uma

vez mais, a passagem do Dia Internacional da Mulher. Gostaria de, neste momento e acima de qualquer outra consideração, unir minha voz à dos demais Colegas que saúdam a passagem de tão significativa data.

Em verdade, situo-me entre aqueles convictos de que a civilização contemporânea não teria chegado ao ponto que conhecemos, não teria conseguido se singularizar tanto em relação a períodos anteriores da História da Humanidade sem o concurso da mulher.

Por uma série de razões, foi uma transformação profunda, radical, incontrastável. Penso que, principalmente por isso, ou seja, graças à efetiva emancipação feminina, o tempo presente se mostra tão diferente, tão mais avançado sob vários aspectos quando comparado às etapas anteriores do processo histórico.

Sei das lutas que tiveram de ser empreendidas para que se chegasse ao ponto em que nos encontramos hoje. Sei das inúmeras e pesadas dificuldades que se apresentaram como obstáculos quase intransponíveis à ascensão da mulher. Sei da luta sem trégua, das batalhas diuturnas que tiveram que ser vencidas. Sei das verdadeiras heroínas que se jogaram de corpo e alma em tão justa empreitada.

Sei, inclusive, daquelas que ofereceram a vida em holocausto pela vitória da causa. Sei, por fim, que nem tudo são flores e que muito há ainda a ser conquistado. Não quero, todavia, reportar-me a esses desafios, a essas dificuldades que todos tão bem conhecem. Outros o farão, certamente, com mais brilho e maior conhecimento de causa.

Prefiro chamar a atenção para a extraordinária força da presença feminina na configuração da sociedade contemporânea, do papel absolutamente central e insubstituível que ela representa no tempo presente, seja em família, no ambiente de trabalho ou nos mais diversos setores da vida social.

Com isso, invoco a lembrança da Dra. Zilda Arns que com o seu trabalho, inicialmente voltado para a criança, ajudou as mulheres a valorizar o seu papel na família.

A Pastoral da Criança, como é sabido, retirou a mulher das atividades domésticas conduzindo-a a ser protagonista de conquistas sociais. O trabalho realizado por ela ajudou a redução da mortalidade infantil e a diminuição da violência doméstica.

No meu Estado de Sergipe um grupo de nove agricultoras, no assentamento Treze de Maio, no município de Propriá, através da participação de cursos na Pastoral da Criança, criaram um projeto batizado “Lutar para Vencer”, originando uma cooperativa para a produção de alimentos e medicamentos naturais.

A partir daí as mulheres da comunidade se dedicam à produção e os homens, normalmente os cônju-

ges, vendem os produtos nas feiras livres, como fonte de renda familiar.

Quero registrar, também, meu trabalho legislativo em prol da causa da valorização da mulher. Encontra-se em tramitação na CCJ o Projeto de Lei nº 54/2005, de minha autoria, que cria o Juizado Especial da Mulher, esse projeto aguarda a apresentação de parecer.

Outro projeto que beneficia a mulher é o PLS 283/2008 que teve parecer favorável na CCJ e aguarda parecer na Comissão de Assuntos Sociais. Esse projeto altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, para proibir a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.

O PLS 165/2000, também de minha autoria, trata da proteção feminina no mercado de trabalho. Esse projeto institui a licença parental para que os períodos de afastamento para o cuidado com a prole possam ser gozados tanto pelo pai, quanto pela mãe. Esse tipo de previsão legal, chamada de Licença-Parental, diminui o custo da mão-de-obra feminina, porque ameniza a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Foi aprovado ano passado aqui no Senado e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

Isso passa a ser importante a medida que, segundo as conclusões do *Comunicado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nº 40, “Mulheres e trabalhos: avanços e continuidades”*, divulgado ontem, apesar de ocuparem cada vez mais postos no mercado de trabalho, 86% das mulheres ainda são responsáveis pelos trabalhos em casa, enquanto os homens são 45%. Elas dedicam em média quase 24 horas por semana aos afazeres domésticos. E os homens, apenas 9,7 horas.

O estudo trata, ainda, das consequências dessa naturalidade em atribuir às mulheres os afazeres domésticos. Os efeitos vão desde a menor disponibilidade da mulher às jornadas de trabalho que exijam mais tempo, à ação dos estereótipos e a ocupação de 42% das mulheres em posições precárias, em comparação com 26% dos homens.

A coordenadora de Igualdade e Gênero do Ipea, Natália Fontoura, afirmou que, se de um lado há muitas trabalhadoras precarizadas, no outro extremo há um crescente grupo de profissionais liberais mais escolarizadas e bem remuneradas que podem se lançar no mercado de trabalho porque delegam as responsabilidades familiares a outras mulheres, as empregadas domésticas. “Isso cria um encadeamento perverso de mulheres ligadas às atribuições que deveriam ser de

todos, independentemente de ser homem ou mulher", disse a técnica.

Portanto, a mulher deve conquistar e ocupar seu espaço porque é gênero humano, ou seja, também vive, constrói e reconstrói a vida social dos seres humanos, chamada de sociedade. Ela deve participar das decisões da sociedade porque é parte integrante da história social da sociedade em que ela vive.

As características físicas, psicológicas e culturais das mulheres não são critérios determinantes para o acesso ou a negativa de acesso à participação na vida social. Meus senhores e minhas senhoras, toda vez que critérios físicos, psicológicos e culturais foram utilizados para definir a participação na tomada de decisão da sociedade, o preconceito e a discriminação brotaram de modo assustador.

Nessa comemoração ao dia internacional da mulher. Trago esse debate para todas as mulheres e homens que lutam pelo fim da exploração e da discriminação. Para todos e todas que buscam a igualdade no seio da sociedade: a "realidade" é que muito já se conquistou, mas ainda falta muito o que se fazer. A luta feminina deve continuar. Parabenizo as mulheres lutadoras desse nosso Brasil.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Senador, muito obrigada.

Cada registro desse, sem dúvida, é um compromisso a mais. Por isso mesmo, não lamento a extensão da sessão, porque cada palavra dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados, das Sra.^s Senadoras e das Sra.^s Deputadas é, sem dúvida, um compromisso e um impulso para a continuidade das nossas conquistas.

Ouviremos agora, chegando bem a tempo, a Senadora Rosalba Ciarlini. Logo após, o Senador Jefferson Praia, seguido dos Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Marconi Perillo, Valter Pereira e, aí sim, finalmente, nós encerraremos a nossa sessão.

Por gentileza, Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Deputada Alice, que preside esta nossa sessão conjunta do Senado e Câmara Federal. Quero cumprimentar V. Ex^a, os Srs. Senadores e Sra.s Senadoras, e, de uma maneira muito especial, todas as mulheres brasileiras. Faço isso em nome das seis homenageadas com o título, com a Comenda Bertha Lutz.

Bertha Lutz foi inegavelmente um símbolo de tantas lutas em busca da igualdade, da não discriminação, da luta contra o preconceito.

Eu sei que muitos já foram os oradores e as oradoras.

Mas eu não poderia deixar de me pronunciar, sendo norte-rio-grandense, sendo da terra de Nísia Floresta – Nísia Floresta Brasileira Augusta. Neste ano, comemoramos o bicentenário dessa mulher que há 200 anos superou muitas barreiras. Ela conseguiu, como educadora e escritora que era, naquela época, realmente, sair do privado para o público, levando aos jornais esse tema da igualdade, escrevendo artigos não somente na luta pelos direitos das mulheres, mas na luta pelos direitos dos índios, pelos direitos dos negros. A sua inteligência a fez brilhar nos grandes plenários da Europa, na França. Ela é um exemplo para todas nós e um orgulho para mim, que sou norte-rio-grandense.

Hoje relembrro aqui mais uma mulher norte-rio-grandense que teve uma participação fundamental nas nossas lutas pela igualdade: a professora Celina Guimarães Viana, que, em 1928, conseguiu, com autorização, na época, do governador, exercer o primeiro voto feminino, não somente no Brasil, mas na América Latina. E o que é mais interessante, Deputada Alice: Celina foi o primeiro voto, mas algumas mulheres, poucas, a seguiram nesse exemplo naquela eleição, e quando aqui chegaram ao Senado, os votos que foram dados ao Senador pelas mulheres foram anulados.

Somente em 1932 é que, realmente, no Brasil, a mulher passou a ter direito a participar, com seu voto, das decisões políticas.

Pois bem, tantas lutas, tantos avanços. Se hoje comemoramos, nós também temos que, neste momento, mais do que nunca, fazer a convocação da união de homens e mulheres pela luta da igualdade. Eu sempre digo que essa luta não pode ser só das mulheres, e não é. Com certeza, ela também é dos filhos das mulheres.

Além de tantas desigualdades que ainda temos na relação de trabalho, na luta contra as violências, eu não poderia deixar de aqui frisar uma que considero ser das maiores violências: negar à mulher o direito à sua saúde, o direito ao tratamento de qualidade. Apesar de termos avançado e termos solucionadas várias questões, Senador Jefferson Praia, nós estamos na vergonhosa posição de sermos o 65º país no ranking da mortalidade materna. Minha gente, mortalidade materna durante o parto, pós-parto, ou no período de gestação, por causas que poderiam, em 90% dos casos, ser evitadas, como hipertensão, hemorragia, infecções e tantas outras, é uma vergonha!

É necessário sim que, nas nossas lutas pela igualdade, de não-violência, não nos esqueçamos de que lutar pelo direito da mulher à saúde, que é mais do que sagrado, é algo que nós não poderemos, de forma nenhuma, deixar de fazer no dia a dia. E o direito à saúde da mulher, principalmente da mãe, é também

o direito à saúde de seu filho. A licença-maternidade de seis meses para todas as mulheres, como um direito universal das brasileiras, é algo que tenho defendido desde que cheguei a esta Casa. Acompanhando este pensamento de tantas e tantas outras companheiras, apresentei a PEC nº 64/07...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...exactamente para que todas possam ter esse direito.

Hoje, já existe, por iniciativa da Senadora Patrícia, que defendemos juntas – lembra bem, Senador Inácio? – o direito de, por decisão da empresa, através de incentivos fiscais do Governo, a trabalhadora poder ter os seis meses de licença. Mas não é suficiente, é importante que seja para todas: do campo, da cidade, todas as mulheres do serviço público ou do serviço privado. É um direito para que a saúde de nossas crianças possa receber uma atenção especial, porque a mulher precisa amamentar, pelo menos, seis meses o seu filho. E não tenham receio, senhoras e senhores empresários, porque a trabalhadora brasileira, quando ela se sente mais defendida, mais resguardada, mais protegida nos seus direitos,...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...principalmente no seu direito de mãe, de cuidar, de zelar, ela se torna uma trabalhadora muito mais produtiva, muito mais eficaz. Até porque, hoje, a consciência feminina faz com que ela faça um planejamento familiar. É grande o número de mulheres, principalmente entre as trabalhadoras, cuja taxa de natalidade praticamente não chega a dois filhos.

Então, isso mostra que não há o que temer; muito pelo contrário, vocês deveriam se engajar nessa luta, dar as mãos e defender, como nós estamos defendendo – nós, mulheres brasileiras; nós, as mães –, os filhos dessas mulheres, os companheiros dessas mulheres; defender a todos nós nessa luta de igualdade, porque nós, mulheres, não queremos ser mais nem menos. Nós queremos ser iguais.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Estou terminando, Deputada. É bem verdade que ser mulher nunca foi fácil. Muitas barreiras nós tivemos de superar, muitos desafios a vencer. Mas nós somos de luta. E é pelo dom de gerar, de gerar o novo, de gerar o justo, por querermos um mundo melhor para nós e para os nossos filhos, que nós aqui estamos, neste dia, relembrando um fato que foi marcante para todas as mulheres nas suas lutas de liberdade, principalmente as trabalhadoras, aquelas trabalhadoras que fizeram desta data um marco na luta das mulheres. Mas, mais

do que nunca, nós queremos aqui é dizer que, caminhando lado a lado com os nossos companheiros, dessa forma, eu tenho certeza que, cada qual com a sua responsabilidade social, no crescimento...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ...da cidadania, contribuindo para que possamos realmente combater as injustiças, a violência, as desigualdades, nós faremos um mundo de paz.

Era isso que eu queria dizer, aproveitando para convocar a todos: vamos juntos fazer um novo mundo; um mundo onde, realmente, o amor entre homens e mulheres de boa vontade seja a marca maior da nossa igualdade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB – BA) – Obrigada, Senadora Rosalba, da terra de Alzira Soriano, a primeira Prefeita eleita no Brasil.

Já estamos passando do horário da sessão ordinária. Eu, como sou apenas uma coparticipante desse processo e Deputada Federal, sinto-me numa circunstância difícil, mas dando a palavra aos Senadores e pedindo, rogando que usemos três minutos, que façamos uma saudação, para que não prejudiquemos os trabalhos legislativos das duas Casas.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, digo que foi dado como lido, com autorização da Mesa, o pronunciamento do Senador Paulo Paim, no qual faz uma saudação especialíssima às mulheres, especialmente às aposentadas brasileiras.

Muito obrigada.

Tem a palavra o Senador Jefferson Praia.

São cinco minutos, Senador. Se puder usar rigorosamente os eu tempo, nós agradecemos, em função da hora.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Deputada Alice Portugal. Procurarei cumprir os meus cinco minutos. Se puder, serei mais breve ainda.

Eu quero dizer que ontem, quando conversava um pouco com a minha esposa, Martha, sobre o Dia Internacional da Mulher, ela disse: "Jefferson, o Dia – pra mim – Internacional da Mulher são todos os dias. Então, entendo que temos que lutar para que possamos ajudar todas as mulheres, todos os dias. É importante que você na sua saudação amanhã relate esse ponto, destaque esse ponto."

Nós, que estamos aqui no Senado, temos uma grande responsabilidade, também os Deputados e Deputadas que estiveram aqui conosco, enfim, o Congres-

so Nacional temos uma grande responsabilidade em relação às políticas públicas voltadas às mulheres.

Há pouco, a Deputada Alice Portugal lembrava o momento em que tive oportunidade de fazer, melhor dizendo, realizar uma política pública no Município de Manaus, capital do Estado de Amazonas. Criamos, na verdade, um projeto intitulado Universidade do Povo. Era um projeto de capacitação e qualificação profissional. A maior parte das pessoas que participaram desse projeto eram mulheres, mulheres simples, mulheres da periferia da cidade de Manaus; eram mulheres que queriam contribuir com o aumento da renda familiar. E muitas delas tiveram oportunidade de participar das nossas feiras de artesanato, que realizamos em várias praças da cidade de Manaus. Certamente muitas delas conseguiram ali agregar um pouco de valor à renda de suas famílias.

Para finalizar, Sra. Presidente, quero saudar algumas mulheres importantes na minha vida. Em primeiro lugar, quero saudar a minha esposa. Tenho certeza que ela não está acompanhando esta sessão, mas uma pessoa importante na minha vida e na vida dos meus filhos. Saúdo a minha filha Lorena Praia; saúdo, Sra. Presidente, uma pessoa que foi muito importante na vida do meu amigo e saudoso Senador Jefferson Péres, a Drª Marlídice Péres, que acompanhava o Senador todos os dias, contribuiu bastante para o mandato do Senador Jefferson Péres, que foi um dos grandes Senadores que tivemos aqui, nesta Casa. Então, quando o Senador partiu, só alguns mais próximos que eram amigos devem ter percebido o quanto aquela senhora, a Drª Marlídice Péres, sofreu, porque uma parte dela estava indo embora, não só em relação ao coração, mas em relação ao que era o Senador Jefferson Péres dentro do contexto da luta por uma sociedade melhor. Tenho certeza que a Drª Marlídice se realizava através das ações do Senador Jefferson Péres.

Cumprimento, também, Sra. Presidente, todas as mulheres trabalhadoras do meu Estado do Amazonas, todas que estão no pólo industrial de Manaus. Saúdo também as mulheres empreendedoras, as mulheres empresárias e todas aquelas que são voluntárias.

Tenho até hoje, graças a Deus, a minha mãe. Dolores Praia é uma voluntária, vive nas igrejas ajudando as pessoas. E quando ela, há algum tempo, questionava a minha participação na política, eu dizia: mamãe, sou fruto da senhora e do meu pai, a senhora vive nas igrejas ajudando o próximo, e essa parte da senhora é muito grande em mim.

Portanto, saúdo todas as pessoas que fazem um trabalho voluntário no meu Estado e em todo o nosso País.

Quero saudar, também, Sra. Presidente, para finalizar, todas as pessoas que se dedicam à religião, todas as freiras, todas as pastoras, todas aquelas que estão nas igrejas contribuindo para uma vida melhor de todos nós deste País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR JEFFERSON PRAIA

**DISCURSO SENADOR JEFFERSON PRAIA
PROFERIDO NA SESSÃO ESPECIAL EM
HOMENAGEM AO
DIA INTERNACIONAL DA MULHER (9-3-10)**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

É com renovada emoção e grande alegria que tenho a honra de novamente ocupar esta tribuna para juntar-me aos meus colegas de ambos os性os nesta Câmara Alta numa homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Se um balanço histórico da luta das brasileiras pela cidadania integral indica claramente os progressos e as conquistas dessas milhões de companheiras, algo que, sem dúvida, é motivo de justo orgulho para ela e de júbilo para todos nós, também é verdade que a batalha pela igualdade de direitos entre mulheres e homens está longe de terminar.

Economista por vocação e profissão, peço que refletamos sobre dados e informações divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE) e pelo escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Pesquisa Nacional por amostras de domicílio (PNAD 2008) revela que, quando o assunto é desemprego, as mulheres se encontram em situação mais vulnerável que os homens: enquanto a taxa de desemprego masculino é de 10,2%, ela chega a 19% no caso das mulheres, mesmo sabendo-se que, em termos de tempo de escolaridade, elas levam, em média, uma vantagem de três anos sobre eles.

Infelizmente, é ainda muito disseminada entre os empregadores a crença de que as trabalhadoras acarretam maiores custos que os trabalhadores, a exemplo da licença-maternidade. Penso que está mais que na hora de governantes e lideranças empresariais

Deixaram de ver tais encargos como simples despesas e entenderem o quanto esse investimento social representa para o País em termos de redução dos índices de mortalidade infantil e da diminuição da incidência de doenças nos primeiros 12 meses de vida da criança, quando esta pode receber um pouco mais de atenção de carinho da mãe.

Sr. Presidente, mais da metade dos homens (51,6%) trabalham com carteira assinada, índice que entre as trabalhadoras não ultrapassa 46,7%. Ao mesmo tempo, persistem as disparidades de remuneração entre os sexos mesmo quando as mulheres têm emprego formal: Neste caso, 15,5% dos homens ganham menos de 2/3 do rendimento mediano real, ao passo que 23,5% delas se acham nessa difícil situação.

Outra questão que atormenta a vida da mulher e mãe trabalhadora é a da dupla jornada: se, no cômputo das horas semanais de trabalho remunerado, a jornada masculina chega, em média, a 42,7 horas, contra as 34,8 horas trabalhadas pelas mulheres a coisa muda de figura quanto à jornada formal é somado o tempo semanal de afazeres domésticos: as mulheres trabalhadoras ainda precisam labutar, em média, 20,9 horas dentro de casa, o que perfaz um total de 55,7 horas semanais. Já os homens se ocupam, em média com apenas 9,2 horas de trabalho doméstico.

Sem dúvida, esse desequilíbrio reflete uma pesada bagagem cultural de preconceitos que, mesmo muito obsoletos. Não deixam de ser ainda extremamente arraigados, e cuja superação exige um esforço paciente e concertado da família, da escola e dos meios de comunicação social.

De fato, estamos diante de uma prova cabal da defasagem entre realidade social, de um lado, e sua percepção, de outro, muito embora os dados do IBGE e da OIT no Brasil mostrem que o número de mulheres à testa das responsabilidades familiares aumentou 10

Pontos percentuais ao longo da última década, chegando hoje a 34,9%, nós, homens, ainda, nos comportamos como se fôssemos os únicos e exclusivos provedores do lar, jogando sobre as nossas mães, irmãs, esposas e companheiras o fardo integral de obrigações com o cuidado da casa e dos filhos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Aproveito a oportunidade para chamar atenção a um dos aspectos mais sombrios da condição da mulher no nosso País –, o das inúmeras meninas e jovens vítimas de redes de prostituição –, trazendo à baila, à guisa de exemplo, um fato recente entre inúmeros outros, ocorrido no meu estado, um juiz do trabalho, acaba de ser aposentado compulsoriamente por crimes de pedofilia e abuso contra crianças e adolescentes no Município de Tefé, continua no entanto, esse indivíduo a receber confortavelmente seu salário de quase R\$20 mil por mês, que perderá apenas se for condenado em processo criminal que tramita no Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Enquanto isso, porém, a diretora da vara do trabalho de Tefé, envolvida no mesmo escândalo, teve o seu processo arquivado, e ainda não

foram concluídos os processos administrativos contra dois outros cúmplices: o assistente chefe do setor de execução e um oficial de justiça.

Sr. Presidente, nas investigações desse revoltante caso, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal verificaram que, apesar dos abusos praticados pelo juiz e seus asseclas serem do conhecimento que quase toda a cidade de Tefé, eles não eram denunciados por temor de suas intimidações contra vítimas e testemunhas, enquanto, no nosso País, o processo penal não for simplificado, de maneira a impedir que Criminosos ricos e poderosos protelem indefinidamente o seu acerto de contas com a justiça, graças às manobras de advogados contratados a peso de ouro, pouco ou nada avançaremos na repressão e, sobretudo, na prevenção desse delito odioso contra meninas e jovens da mais humilde condição.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Não posso concluir esta homenagem sem saudar algumas mulheres do meu estado do Amazonas, cuja biografia espelha brilhantemente a nobreza da luta pela valorização da condição feminina em todos os setores da nossa sociedade.

Assim, quero saudar com carinho:

– A minha amiga, Drª Marlídice de Souza Peres, Juíza aposentada e viúva do meu ilustre antecessor nesta cadeira, o inesquecível Senador Jefferson Peres; a Drª Marlídice teve um papel de grande relevância ao longo da carreira política do Senador Jefferson Peres. Para mim um grande exemplo que por trás de um grande homem há uma grande mulher, é um exemplo de Marlídice Peres.

– As educadoras Martha Falcão e sua filha Nely Falcão;

– A magnífica reitora da Universidade do Estado do Amazonas, Professora Marilene Corrêa;

– A magnífica reitora da UFAM, professora Márcia Peres;

– A advogada e professora Êmina Mustafá;

– As professoras Garcilúcia Said, Ilsia Honório, Jórya Bayma e Rosa Salerno;

– A autora de pioneiras cartilhas na língua tupi-guarani, Rosa Espírito Santo;

– Ao anjo bom dos pobres e desvalidos, Maria Fernanda Ribeiro de Freitas, conhecida como irmã Rosália, da “Casa da Criança”;

– A empreendedora Stela Lustoza;

– A assistente social e professora Eleonora Pessoa Péres;

– A cientista Adele Benzaken e a médica Leny Motta;

- A pastora Regina Vasconcelos da Rede Criança da Igreja da Restauração.
 - A Historiadora Etelvina Garcia, a poetisa Astrid Cabral, as comunicadoras Baby Rizato, Mazé Durão e Cristina Calderaro, está dirigente do Jornal **A Crítica de Manaus**;
 - A Superintendente da Suframa, Dra. Flávia Grosso;
 - As cantoras Eliana Printes e Márcia Siqueira;
 - A Companheira Socorro Papoula, representando as nossas combativas militantes do PDT Amazonense.
 - A artesã, líder comunitária e feminista índia (da etnia desana) Jomar Araci Amaral;
 - As artistas e artesãs e Alcicleia Vieira, Mônica Bologna e Rose Dias;
 - A designer Monique Bastos;
 - A Sra. Graça Pierre voluntária da Igreja São José Operário;
 - As deputadas da bancada federal amazonense, Rebeca Garcia e Vanessa Grazziotin;
 - As mulheres do meu partido, o PDT;
 - As mulheres artesãs do Amazonas;
 - As mulheres educadora do Amazonas;
 - As mulheres da área da saúde;
 - As mulheres garis do Amazonas;
 - Por último, mas nunca em último, quero daqui enviar meu abraço afetuoso e agradecido às três mulheres mais importantes da minha vida: Dolores Praia, minha mãe; Martha, minha esposa e Lorena Praia, minha filha!
- Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, a Sra. Alice Portugal deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador Jefferson Praia, porque o senhor foi, realmente, no tempo.

Eu queria agora convidar para o seu pronunciamento S. Ex^a o Senador Mão Santa. O Senador Cristovam logo após o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidenta Ciarlini, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que assistem aqui no plenário e que nos acompanham.

Eu, Ciarlini, me apressei porque Cícero disse “nunca fale depois de um grande orador”. Eu não ia deixar o Cristovam falar antes de mim porque aí eu ia desistir.

O que eu queria dizer aqui é que já foram feitas muitas homenagens. Eu represento o Partido Social

Cristão, o Partido de Jesus. Então, Presidenta Ciarlini, o quadro a Sagrada Família, a mãe Maria e essa mãe Maria tinha a mãe Sant’Ana, e eu quero, então, fazer uma homenagem a esse quadro, porque Deus não desgarrou o seu filho. Cristovam, Ele O colocou em uma família. Então, uma homenagem a Maria, Mãe de Jesus; à avó, Sant’Ana; e à nossa família.

Rui Barbosa, que está ali, Cristovam – e Cristovam, outra inteligência, está ali sentado –, disse assim: “A Pátria é a família amplificada”, mostrando a grandeza da família.

Então, eu queria fazer essa homenagem à família, às minhas avós. Ô negócio bom, Marconi, é avó, não é, não? Avó é bom demais. Avó Inhazinha, com quem eu passava as minhas férias; avó Sinhá, que eu chamava de Dindinha, os presentes, a árvore de... Avó é negócio bom! Relembre.

E a mãe da gente. Eu sempre digo que não sou Mão Santa, mas, Mozarildo, eu afirmo que sou filho de mãe santa. Minha mãe era terceira franciscana.

Paulo Paim, você é poeta. Eu gosto de Deus. Marconi, todos nós gostamos de Deus. Ô Cristovam, eu tenho uma fidelidade a esse Deus, porque Ele fez a Adalgisa para mim. Só aí já tem um amor especial, está ouvindo, Rosalba Ciarlini? Então, tenho que gostar muito desse Deus, porque, além dos que vocês admiram, Ele fez a Adalgisa para mim. Então, esse Deus...

Como diz Padre Antônio Vieira: “Um bem nunca vem só”. Desse amor entre mim e a Adalgisa, temos quatro filhos, sendo três mulheres. Deus já foi bom. A Gracinha, engenheira, que tem duas filhas, a Adalgisinha, a Ana Beatriz, o Júnior, que é o filho homem. Tem a Emanuele, que já estuda Medicina, a neta, a Janaína, e a nora, a Leila. A Cassandra, advogada, e a Daniela, que faz Medicina, a caçula. E as minhas irmãs Cristina e Yeda. Também irmãs são coisas boas. Eu me lembro da primeira bicicleta, que a Cristina me deu, a professora, e a Yeda, que me acolheu. Quando Deputado Estadual eu morava em sua casa.

Mas, para terminar e homenagear todas as mães... Paim, eu vejo seus livros. O Cristovam é um homem que tem muitos livros, e eu gosto. O Presidente Sarney chegou e disse: Mão Santa, por que você não escreve? Marconi, eu digo: Não. Mas você fala, discursa assim. Você devia escrever. Eu digo: É complexo, Marconi, porque a minha mãe é uma das melhores escritoras deste País. A minha mãe. Ela tem um livro: *A Vida, um Hino de Amor*, publicado pela Vozes, publicado até em espanhol.

Então, eu serei sempre comparado, e a minha mãe vai ser sempre melhor do que eu. Eu acho que é complexo.

Mas, Jefferson Praia, antes de morrer ela escreveu a maior obra da poesia deste País, viu, Marconi? Minha mãe. Tinha que ser alguma. É ela mesma.

Mulher, atentai bem, antes de morrer ela deixou escrito isso. Então, eu quero esta homenagem à minha, a todas. Mas a minha, Janete de Moraes Souza. *Meu Testamento*. Morreu. Oitenta e quatro vidas. Viu, Cristovam? Pouco antes de morrer.

Meu Testamento

*Quando percebi que tinha meus dias contados,
Que minha vida, rapidamente, chegaria ao fim,
Pensei fazer meu testamento.
Dei balanço em tudo que possuía.
Contei casas, contei dinheiro,
Meus livros – grande tesouro!
Meus ricos pertences,
Minhas antiguidades...
Depois...somei tudo,
E vi que tudo era nada!
Cacarecos sem valor.
Coisas inúteis e supérfluas,
Expostas às calamidades,
Aos riscos dos incêndios
E dos ladrões.
Para que testamentar
Esses bens que se podem acabar,
Que as traças podem roer,
Ou o fogo devorar,
Se outros bens imperceptíveis
Eu consegui amealhar?
Senhor, Tu mesmo disseste
Que nenhum copo d'água
Dado ao meu irmão
Ficaria sem recompensa
No reino do Teu Pai!
Nos celeiros eternos
Vou procurar guardar
Outras riquezas
Não as da terra!
Meus filhos não herdarão de mim
Castelos, nem fazendas,
Nem ricas propriedades...
Não deixarei ouro e nem prata,
Nem dinheiro em caixas fortes...
Tudo é vaidade sobre a terra
Nada há que sempre dure...
Tudo, sem valor que me seduza.
Meu testamento é a minha fé,
É a minha esperança,
É todo meu amor!
Que meus filhos possam herdar de mim
Todo o bem dessa fé.
Que foi a minha luz,*

Mais clara e mais querida,
Dessa esperança que foi a minha força
Dessa caridade.
*Que me fez ver Deus
Em toda a natureza
Em todas as pessoas,
Em tudo o que existe
E Dele provém!*
*Caridade que é amor,
Amor que é vida!*

Jeanete de Moraes Souza
Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Agora, com a palavra, o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Senador Marconi Perillo e, depois, o Senador Valter Pereira. Finalizando, o Senador João Ribeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sra.s Senadoras, hoje é dia de todas as mulheres no mundo inteiro, é o Dia Internacional das Mulheres. Mas eu quero concentrar esta minha fala, até pelo pouco tempo, em algumas mulheres. Quero, primeiro, dar a minha mensagem para as mães das crianças desaparecidas em Luziânia e para todas as outras mães que choram todos os dias porque seus filhos desapareceram, algo que não devia jamais ocorrer ou, pelo menos, não poderia jamais demorar a ser resolvido.

Eu quero dedicar este dia, na minha mensagem, às mães que hoje, amanhã, vão fazer filas num hospital, num posto de saúde, carregando seus filhos, para poder ter um atendimento para eles. Essas mães merecem, neste dia especial das mulheres, uma lembrança.

Eu quero falar para aquelas mães que têm filhos prisioneiros. Não importam os crimes que tenham cometido essas pessoas, mas essas mães merecem que nós olhemos para elas.

Às mães que têm filhos em idade escolar fora da escola, porque a família é pobre, a criança precisa trabalhar, porque houve algum desvio, porque não teve matrícula, eu quero dar aqui minha mensagem.

Eu quero falar para um número imenso, Senadora Ciarlini, de mães que são obrigadas a deixar os filhos em casa e vão trabalhar. Para ganharem o pão dos filhos, elas têm que abandonar momentaneamente os filhos e, às vezes, para que eles não fiquem totalmente abandonados em casa, têm que tirar um irmão dessa criança, maior, para cuidar dela. Aí ela abandonou algumas e tirou outras da escola. Eu quero fazer minha referência a essas mães.

Eu quero fazer referência às mães, um número imenso neste País, como em nenhum outro País fora de guerra, às mães que tiveram filhos assassinados. Nenhum outro País, Senadora Ciarlini, fora de guerra tem tantas mães com filhos assassinados quanto o Brasil.

Eu quero fazer uma mensagem às mães indígenas e negras que carregam os problemas especiais de um País cheio de preconceitos e que exclui as pessoas.

Eu poderia fazer uma lista ainda maior, Senadora, mas não vou me alongar. Quero apenas, por meio dessas, colocar todas as outras mulheres excluídas e que não têm as mesmas oportunidades que os homens e dizer para elas que, entre os problemas que levaram o Brasil a ser dessa maneira, além de uma luta de classes – que, neste País, leva os recursos inclusive públicos para privilegiar uma minoria por meio de uma corrupção nas prioridades –, não tenho a menor dúvida de que a causa desses problemas é o fato de que nós administrarmos em vez de cuidarmos do País.

Nós administrarmos com uma visão machista, que é a visão da solução econômica, e não a visão feminina, que é a da solução do problema onde ele aparece diretamente. Quando faltam dinheiro e comida numa casa, o que fazemos nós, os homens? Procuramos um emprego, trabalhamos um mês, recebemos o salário, voltamos para casa, paramos em geral num boteco e, quando chegamos em casa, estão todos mortos.

O que fazem as mulheres quando falta comida em casa? Vão ao vizinho e pedem uma xícara de arroz ou mandam o menino, se for preciso, engraxar um sapato. Mas a mãe, a mulher, tem de dar solução naquela noite. Não pode esperar o mês seguinte.

Falta, na gerência deste País, no cuidar do País, falta na política esse sentimento de urgência que caracteriza tanto a visão feminina.

Por isso, ao mesmo tempo em que falo como homenagem a essas mulheres por meio dessas mães sofridas, peço que procurem olhar bem na hora de escolher os dirigentes deste País, para que a gente não precise prestar homenagem lembrando os fatos sofridos.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador Cristovam. Realmente, o senhor tocou nas excluídas. Mas eu gostaria, aqui, já que o senhor tem defendido tanto a educação, de lembrar que, neste País, só poderemos realmente resolver o problema não somente das mulheres excluídas, mas dos homens e das mulheres excluídas, quando de fato a educação for prioridade e os Governos entenderem que gastar com educação não é despesa, mas, sim, investimento no futuro. Muito obrigada.

Com a palavra, agora, para sua homenagem no Dia Internacional da Mulher, S. Ex^a o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sra. Rosalba Ciarlini, aguerrida, combativa e competente Senadora pelo Estado do Rio Grande do Norte, que preside uma comissão importante nesta Casa e uma das grandes lutadoras pela causa da educação neste País, minha saudação à senhora e a todos os Senadores presentes.

Inicio cumprimentando o querido Senador Cristovam Buarque pela pertinência do seu pronunciamento.

Ele se lembrou aqui de uma parcela significativa, talvez a maior parcela de mulheres da sociedade brasileira, exatamente a parcela das mulheres que mais sofrem pela exclusão e por uma série de mazelas que ainda teimam em persistir no país.

Agradeço a ele também pela preocupação com as mães dos desaparecidos, dos jovens e das crianças desaparecidas de Luziânia. Ele tem sido uma voz firme na defesa da busca de uma solução. Associo-me a ele. Também tenho estado muito preocupado em relação a este tema. E gostaria de homenagear essas mães e todas as outras mães excluídas deste País.

Nesta cerimônia em que homenageamos o Dia Internacional da Mulher e concedemos o Diploma Bertha Lutz às senhoras Leci Brandão, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Cleuza Pereira do Nascimento, Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinburg, Maira Lygia de Borges Garcia, em memória, e Fani Lerner, é forçoso observar que há um descompasso na sociedade brasileira no que tange ao reconhecimento do papel da mulher.

Se, de um lado, temos visto um esforço significativo do Legislativo para aprovar leis de promoção e de proteção à mulher – eu mesmo já apresentei alguns projetos aqui –, em particular a Lei Maria da Penha, bem como mobilizações em favor da defesa dos direitos das mulheres, de outro, percebemos que, na prática e no cotidiano, ainda resta um percurso bastante longo até que se reconheça, de fato e de direito, o papel da mulher não só no campo laboral, mas também na política.

É verdade que “a mulher na política modifica o poder”, porque a ótica feminina, atenta aos detalhes e pormenores, coloca-se lado a lado com a percepção masculina no exame de qualquer questão. Sem dúvida, a visão feminina aprofunda as discussões e abre novas dimensões políticas no cenário político.

Embora se reconheça a conquista das mulheres em vários espaços e no decorrer dos últimos anos, em

especial, antes exclusivos dos homens, a arena política brasileira continua território essencialmente masculino. É forçoso lembrar de pesquisa divulgada nesta semana pela União Interparlamentar, com número de toda América Latina, que revela que a presença das mulheres na Câmara Federal só é maior do que a do Haiti, a da Guatemala e a da Colômbia. Portanto, o Brasil está extremamente atrasado em sua representação parlamentar aqui na Câmara.

O número de Deputadas no Brasil cresceu entre a legislatura passada para a atual, passando de 32 para 45 mulheres. Mesmo assim, as mulheres ocupam menos de 10% das 513 cadeiras da Câmara.

Essa realidade precisa mudar, para abrirmos espaços efetivamente à participação feminina na política no mais amplo e restrito sentido.

Precisamos, como homens e políticos, contribuir para o fortalecimento da participação feminina na política. Se assim o fizermos, veremos brotar lideranças, como as que verificamos nesta Casa, a exemplo da Sra. Senadora Rosalba, também da Senadora Lúcia Vânia, que honra meu Estado, e da Senadora Marisa Serrano, nossas aguerridas correligionárias políticas, bem como da Senadora Marina Silva, brava defensora das causas ambientais e das Senadoras Patrícia Saboya, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Serys, todas extremamente atuantes aqui no Senado Federal e respeitadas pela capacidade de articulação e convencimento.

Na verdade, a participação feminina nos mais diversos segmentos da sociedade ainda enfrenta preconceitos e barreiras injustificáveis, apesar da luta de incansáveis personagens como a própria Bertha Lutz, a quem devemos a conquistas dos direitos políticos das mulheres.

Valemo-nos aqui das palavras da poetisa Cora Coralina para fazermos uma reflexão sobre as barreiras a serem efetivamente derrubadas na luta pela participação da mulher na sociedade e, em particular, na política:

*Sobrevivi, me recompondo aos
Bocados, à dura compreensão dos
Rígidos preconceitos do passado.
Preconceitos de classe,
Preconceitos de cor e de família.
Preconceitos econômicos,
Férreos preconceitos sociais.*

Como nos ensina o escritor Saturnino Pesquero Ramón, “Cora, a lavadeira do Rio Vermelho, purga a mesmice do cotidiano, elevando todos os sonhos”.

Creamos que, neste Dia Internacional das Mulheres, não haveria sonho maior do que ampliar a participação política da mulher, quem sabe com a revisão

da lei que institui a cota de 30% para as mulheres candidatas nos Partidos.

Precisamos garantir mecanismos mais efetivos e capazes de assegurar a candidatura de um número maior de mulheres nos parlamentos municipais, estaduais e federais. Isso seria uma forma de oxigenar as discussões e ampliar a percepção das Câmaras, das Assembléias e do Congresso Nacional acerca dos problemas e das alternativas de solução para construirmos uma sociedade mais justa e voltada ao desenvolvimento sustentável.

O Brasil quer e deseja ver uma participação mais efetiva da mulher no cenário político.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Nesta homenagem, não poderia deixar de lembrar três mulheres goianas, guerreiras e desbravadoras, que fulguram como pioneiras da política de nosso Estado e do Brasil. Trata-se de Berenice Artiaga, Almerinda Arantes e Ana Braga.

Nesta homenagem ao Dia Internacional da Mulher, não poderíamos deixar de reverenciar tampouco a memória da missionária Zilda Arns, falecida no terremoto do Haiti, decerto um exemplo de dedicação ao próximo e ao espírito fraterno.

Ressaltamos aqui nosso reconhecimento a todas as mulheres do Brasil e do mundo, especialmente às mulheres operárias, às mulheres trabalhadoras, às mulheres sofredoras, bem como nosso desejo de que a participação feminina no cenário político se torne cada vez mais efetiva e plena em busca de novas conquistas, de novos direitos e da efetivação da sua participação na sociedade em termos de igualdade.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada também, Senador Marconi Perillo. Quero parabenizá-lo também pelo seu pronunciamento e dizer que nós mulheres sabemos o quanto o senhor tem tido a sensibilidade, como parlamentar, em defesa das questões referentes à luta das mulheres.

Com a palavra o Senador João Ribeiro. O Senador João Ribeiro é o último orador desta sessão que homenageia as mulheres no Dia Internacional da Mulher.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Rosalba Ciarlini, por intermédio de quem cumprimento as Sra.s e Srs. Senadores, V. Ex^a que preside esta sessão do Congresso Nacional neste momento em que homenageia a figura mais importante que nós

temos na vida humana, que é a mulher. Sem a mulher, nenhum de nós existiria.

Eu não poderia deixar de, neste dia, trazer a palavra de alguém que tem profunda admiração e respeito pela mulher. Eu, que, especificamente, minha cara Senadora Rosalba, sou filho de uma das maiores mulheres que conheci na vida – acho que todo filho pensa assim –, não poderia deixar de, neste dia, nesta tarde, homenagear todas as mulheres do meu querido Estado do Tocantins, do meu Brasil e até do mundo em nome daquela que eu conheci mais do que conheço todas as outras mulheres. Eu fui e sou um filho extremamente apaixonado por aquela que já não está mais no nosso meio há muitos anos, mãe de sete filhos, que, mesmo o marido tendo sido assassinado – ela ficou com os seis filhos e mais um na barriga, que nasceu três meses depois –, manteve os filhos juntos e unidos, com todas as dificuldades que uma família pobre e humilde tem para sustentá-los e criá-los.

Naquela época, um pouco mais difícil que hoje. A Dona Tereza Hilário Ribeiro, portanto, criou todos os sete filhos, e é uma pena que ela não esteja hoje em nosso meio para ver o seu filho hoje aqui encerrando, até o dia 31 de janeiro do ano que vem, esta etapa do mandato de Senador. Eu que já fui Vereador, Deputado estadual, Prefeito da minha cidade de Araguaína, Deputado federal por duas vezes, Secretário de Estado por duas vezes, além de pequeno empresário do então norte de Goiás, hoje Estado de Tocantins. No sábado, minha esposa Cíntia fez uma feijoada lá na nossa capital com as primeiras damas do Tocantins, com as prefeitas mulheres e com algumas mulheres que são importantes todas elas. Só o fato de ser mulher já é importante, eu disse isso no início da minha fala. Eu participei deste almoço, fiquei muito emocionado, vi a alegria estampada no rosto de cada uma delas que estava ali sendo homenageadas.

Agora nós que somos homens, Senadora Rosalba, temos que lembrar que a mulher não precisa ser homenageada só no seu dia; nos 365 dias do ano a mulher merece ser homenageada, a mulher merece a nossa sinceridade, o nosso respeito e a nossa consideração, porque ela tem muito mais sensibilidade.

Muitos aqui já falaram, realmente, há 100 anos, em Copenhagen, as mulheres trabalhadoras discutiam exatamente isto: elas precisavam ser reconhecidas. E a mulher tem o seu reconhecimento e conquista o seu espaço a cada dia que passa. A mulher é mais caprichosa em tudo o que ela faz; ela é mais cuidadosa, porque ela é mais sensível. Ela, quando tem um filho, quando é mãe, ela sabe perfeitamente a importância da vida. Por isso, a cada dia que passa, tenho maior respeito e maior admiração pelas mulheres com quem

eu convivo e até com as que eu não convivo. Portanto, eu sou um eterno apaixonado pela mulher, pela figura feminina.

Quando se fala em mulher, não é só a mulher que é a esposa da gente, a mulher que nos realiza na vida, a parceira da gente, mas a mulher de um modo geral. Eu fico triste quando vejo tanta coisa ruim acontecer na vida das mulheres, o quanto elas sofrem. A mulher é capaz de passar fome, de mentir para um filho dizendo que já jantou, quando a comida está pouca, e ela não quer deixar o filho sem comer. A mulher é capaz de qualquer sacrifício, de qualquer sofrimento, a mulher, de um modo geral, para poder realizar o sonho de alguém que está perto dela.

Então, Senadora Rosalba, eu, sendo o último orador...

(Interrupção do som)

Apenas gostaria de mais um minuto pra dizer que tudo, tudo que nós pudermos fazer pela mulher não só em termos de legislação, de reconhecimento da empresária mulher, da trabalhadora mulher, mas em tudo que se for fazer na vida, a mulher precisa estar no meio, precisa estar participando, à frente de qualquer movimento.

Por isso, eu não me canso de dizer que a mulher é uma figura sagrada. A mulher é um ser humano extraordinariamente bom. Então, a minha homenagem a todas as mulheres do mundo e a você, minha mãe, Tereza Hilário, onde você estiver, um abraço do seu filho.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador João Ribeiro, que finaliza, é o último orador desta sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Uma sessão que teve um fato que se repetiu quando uma chuva de pétalas de rosas fez encantar a todos nós. Naquele momento, eu lembrei que na abolição da escravatura, quando da assinatura da Lei Áurea, também houve uma chuva de rosas. Então, é uma simbologia da luta de liberdade e de igualdade, nesse direito maior à mulher.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Pois não, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, por compromissos fora, cheguei somente agora na sessão e não queria quebrar a tradição nem tampouco o horário, uma vez que V. Ex^a anunciou como último orador o Senador João Ribeiro, mas gostaria de me associar a tudo o que foi dito aqui pelos oradores com respeito à mulher brasileira, à mulher no contexto do mundo

moderno. Quero fazer minhas as palavras de todos os companheiros, homenageando todas as mulheres, as guerreiras, as que lutam. Quero citar, por exemplo, no Piauí, uma figura extraordinária que é Niete Guidon, Senador Mão Santa, pela luta que ela vem fazendo para preservar um bem, um patrimônio cultural que possuímos que é a Serra da Capivara.

Quero homenagear aqui as mulheres do Senado, na pessoa da Claudia Lyra, que está aí e que acompanha o nosso dia a dia com paciência, com tolerância, e V. Ex^a, Senadora Rosalba, pela maneira como o povo do Rio Grande do Norte a trata, com o carinho que lhe dedica e com a expectativa do povo que lhe aguarda para ver governá-los a partir do ano que vem.

Portanto, faço esta homenagem também homenageando a minha mulher que me tolera há 31 anos, me deu três maravilhosas filhas e tem me ajudado muito a chegar aonde estou, aqui, agora, falando para todos vocês e homenageando as mulheres.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Obrigada, Senador Heráclito.

Vamos dar como lidos os discursos do Senador Flexa Ribeiro, da Senadora Maria do Carmo Alves, do Senador Renan Calheiros, do Deputado Eduardo Sciarra e do Senador Paulo Paim.

Finalizando esta sessão, gostaria também de agradecer as palavras de carinho do Senador Heráclito Fortes, relembrando aqui, assim como ele fez referência, o Senador Mão Santa, o Senador João Ribeiro, as mulheres, que – posso dizer – são as rosas do coração de cada um deles, suas mães, suas filhas, suas esposas. Realmente esta é luta que queremos: homens e mulheres irmanados, no sentido de que todos temos uma mãe, embora, muitas vezes, ela esteja nos braços do nosso Pai, do nosso Deus maior. De lá, ainda está nos protegendo e zelando por nós e, com certeza, feliz de ver a nossa luta, dando prosseguimento às suas lições, as lições que as nossas mães nos passaram, de luta contra a injustiça, de luta pela igualdade, de luta por um mundo realmente justo e pacífico.

Quero registrar, também, a presença da Procuradora de Justiça Tatiana Maia da Silva Mariz, que muito nos honra.

A SRA. PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro, a Sra. Senadora Maria do Carmo, o Sr. Senador Renan Calheiros, o Sr. Deputado Eduardo Sciarra, o Sr. Senador Paulo Paim, o Sr. Senador Acir Gurgacz e o Sr. Senador Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, as sociedades nacionais custaram muito a incorporar as mulheres como agente transformador, reconhecidas como partícipes de igual relevo ao dos homens na construção da justiça e da equidade sociais.

Por isso julgo tão importante a cerimônia de concessão do Diploma Bertha Lutz que o Senado Federal, anualmente, outorga a mulheres de expressão no Brasil. Este ano estamos homenageando Leci Brandão (musicista), Maria Augusta Tibiriça Miranda (médica psiquiatra), Cleuza Pereira do Nascimento (professora e política), Andréa Maciel Pachá (professora e juíza), Clara Perelberg Steinber (engenheira civil), Fani Lerner (promotora social) e Maria Lygia de Borges Garcia (promotora social), cujas biografias foram e serão ainda ressaltadas aqui e em toda a mídia nacional. Por isso me abstenho de louvar-lhes o currículo, mas faço questão de enaltecer-lhes a inestimável contribuição que dão ou deram à construção de um Brasil melhor e mais justo.

Senhoras e Senhores, a diversidade dos campos de atuação das mulheres que ora honramos demonstra como pouco importa o que fazemos, em que ramo atuemos ou com que universo trabalhemos. Se houver consciência do alcance social do nosso agir, haverá sempre uma consequência boa para a sociedade.

Esta é a mensagem que nos deixam, ou deixaram, essas mulheres de valor que homenageamos.

Não há profissão que não possa levar uma mulher a ser agente de transformação. A prova é que temos musicista, médica, professora, política, engenheira, juíza e promotoras sociais na lista de laureadas desde ano.

Na verdade isso quer dizer que não há campo preferencial para agir em prol da sociedade. Há, sim, escolha preferencial em ser ou não agente de mudança. Essa é a verdadeira escolha e que deve ser a grande lição que essas mulheres de valor nos transmitem.

Agindo diante do grande público ou atuando nos bastidores, todas elas são exemplos de que se pode fazer algo em favor dos brasileiros com música, engenharia ou qualquer outra profissão ou atividade.

Não há fronteiras que possam limitar a atuação e o bem que se faça quando a motivação existe, como ilustra de modo veemente a vida de Bertha Lutz, mulher de fibra que tantas mudanças provocou na sociedade brasileira de sua época. Só o fato de ter sido a principal figura feminina a provocar a concessão do direito de voto às mulheres, até então alijadas do processo eleitoral, já justifica a homenagem que lhe

é prestada, dando-lhe o nome ao diploma que agora distribuímos.

Eis, Senhoras e Senhores, uma responsabilidade a mais a nortear os critérios de concessão do prêmio – que as novas homenageadas honrem o nome daquela que identifica o diploma.

Este é o caso, evidente, de nossas laureadas de hoje, todas as mulheres que mudaram a face do ambiente em que atuam ou atuaram.

Quem não conhece a vida de Leci Brandão, Maria Augusta Tibiriça Miranda, Cleuza Pereira do Nascimento, Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinber, Fani Lerner e Maria Lygia de Borges Garcia? Acho que muito poucos, mas quem não conhecer deve se inteirar do exemplo que encontrarão em suas biografias, que será o de mulheres dedicadas a fazer o bem ao próximo em diversificados campos de ação, com a nota importante de que não se concentram em apenas um só local do Brasil.

Elas estão presentes em todas as partes do País, do Mato Grosso ao Paraná, de Pernambuco ao Rio de Janeiro. A prova, mais uma vez, de que não há espaço preferencial para agir, mas sim escolha preferencial pelo bem onde houver pessoas que dele se possam beneficiar.

Prezadas Senhoras detentoras do Diploma Bertha Lutz, recebam minhas sinceras homenagens pelo muito que fazem em favor do povo brasileiro e o fraterno abraço do povo do Pará.

Infelizmente estamos privados da presença de Fani Lerner e de Maria Lygia, que certamente estão nos ouvindo de onde estiverem. A Paz do repouso eterno já lhes recompensa o bem que deixaram feito em terras brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s. e Srs. Senadores, na condição de brasileira que exerce a honrosa missão de representar Sergipe no Senado da República, não poderia silenciar-me no instante em que esta Casa celebra a passagem do Dia Internacional da Mulher. Ao fazer uso da palavra, gostaria de saudar as mulheres de meu País e destacar alguns aspectos que, hoje, mais do que em qualquer outra época, conferem singular significado à condição feminina, particularmente no Brasil.

Em primeiro lugar, creio ser importante enfatizar que a civilização contemporânea, a um só tempo, estendeu às raias do absurdo a exploração da mulher – seja no ambiente doméstico, seja na atuação profissional – e também, por isso, a luta por sua emancipação. Nessa perspectiva, o tempo presente – inaugurado pela Re-

volução Industrial e marcado pela vigorosa urbanização, pela emergência de uma sociedade de massas e por um notável desenvolvimento científico-tecnológico, a par da inquestionável ampliação do acesso à educação e aos bens culturais – acabou por impulsionar o esforço das mulheres pelo fim da desigualdade, da subalternidade e das variadas formas de violência a que historicamente estiveram submetidas.

Sendo verdade que muitas vitórias se acumularam ao longo do tempo, não menos verdadeiro é quão extenso caminho ainda resta a ser percorrido. Em nosso País, por exemplo, foi preciso que chegássemos à década de 1930 para que o direito de voto fosse estendido às mulheres. Decorrido tanto tempo, sobretudo se levarmos em consideração que a primeira Prefeita de um Município brasileiro foi eleita em 1928, ainda é por demais reduzido o número de mulheres a ocupar cargos eletivos. Embora respondamos por mais da metade da população, é diminuta nossa presença nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e nos cargos do Executivo.

Não apenas na política, mas em diversos outros setores da vida nacional, a desigualdade ainda se faz presente e a condição feminina mantém-se intrinsecamente desrespeitada. Dois desses aspectos merecem ser salientados: a violência, particularmente a doméstica, e a incidência da AIDS são autênticos flagelos que persistem destrutivos, o que exige redobrada vigilância de todos nós e a ação vigorosa do Poder Público.

O segundo ponto que gostaria de realçar, Senhor Presidente, diz respeito a uma brasileira que, por sua trajetória de vida, transformou-se em símbolo do que de melhor a Humanidade pode fazer. Falo da Dra. Zilda Arns, mulher que conseguiu, com naturalidade e a mais absoluta espontaneidade, unir atributos como elegância e simpatia, docura e firmeza, coragem e desprendimento, ciência e fé.

A tragédia que se abateu sobre o Haiti, no último mês de janeiro, atingiu-nos frontalmente. Além de todo o horror que assistimos, compartilhando a imensa dor de nossos irmãos do Caribe, o violento terremoto encontrou Dra. Zilda em mais uma missão das que se impôs nas últimas décadas.

No interior de uma Igreja, cenário tão presente em sua vida, bem como na de seus familiares, ela praticava, uma vez mais, seu sagrado magistério: ensinar as pessoas, muito especialmente as mais pobres e simples, a salvar vidas. O terrível fenômeno da natureza que tantos milhares de vidas ceifou colheu-a ali, justo em meio ao tipo de gente mais humilde e sofrida, para quem, a rigor, no Brasil como em qualquer parte do mundo, ela devotara todo seu saber e compromisso de vida.

A Dra. Zilda Arns simboliza, à perfeição, para todos nós, este Dia Internacional da Mulher. No já distante mês de setembro de 1983, sob inspiração de seu irmão Dom Paulo Evaristo Arns e os auspícios do Fundo das Nações Unidas para a Infância, abrigada pela Igreja Católica, ela dava início à monumental experiência da Pastoral da Criança. Como ela mesma dizia, “se os homens fecham as janelas, Deus abre uma porta”.

A porta que a Dra. Zilda Arns escancarou foi a que permitiu que milhares de crianças se salvassem; crianças que, já ao nascer, estavam condenadas à morte, prematuramente. Com extrema simplicidade, ela criou a receita certa para reduzir drasticamente a mortalidade infantil. Com os conhecimentos médicos que possuía e a generosidade que pautava suas atitudes, a experiente pediatra e sanitarista construiu um projeto factível, de fácil aplicação, capaz de atingir milhões de pessoas em todo o País. E assim o fez.

Saúde da gestante, aleitamento materno, vacinação, soro caseiro – ah! o abençoado soro caseiro! – e controle de peso. Cinco ações básicas de saúde, organizadas e reunidas por Dra. Zilda, por meio de metodologia facilmente assimilável e aplicável. O êxito obtido fez com que a experiência ganhasse o mundo e, não por acaso, a milagrosa receita do soro caseiro – duas medidas de açúcar e uma de sal, num copo d’água – passava a salvar a vida de crianças na distante Bangladesh, por exemplo.

Dra Zilda Arns é símbolo mais que perfeito de mulher comprometida com um mundo melhor, mais justo e menos desigual. Acima de tudo, porque legou-nos a preciosa lição de que o segredo para a prevalência do bem é o espírito de doação, a solidariedade e o trabalho comunitário. Que esta seja a mensagem mais profunda e adequada para nós, num Dia Internacional da Mulher verdadeiramente comprometido com a justiça e a paz!

Muito obrigada!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, Senhora Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéia Freire, em nome de quem cumprimento todas as mulheres nestes 100 anos de celebração do Dia Internacional da Mulher,

Também gostaria de congratular-me com as agraciadas com o prêmio de mulher cidadã, Bertha Lutz, que distingui aquelas que trabalham incansavelmente pela valorização das mulheres.

Este ano, como se sabe, foram agraciadas Leci Brandão, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Cleuza Pereira do Nascimento, Andréa Maciel Pachá, Clara Pe-

relberg Steinberg, Fani Lerner, em memória, e a homenagem especial a Maria Lygia de Borges Garcia.

Sinto-me lisonjeado em poder falar em uma sessão tão especial, como esta. Mas a deferência deve sempre estar acompanhada da reflexão.

Tive a honra de presidir a Casa no momento que ela alcançou a maior representação feminina da história.

E a ampliação da força política das mulheres não pode ser creditada a generosidades ou liberalidades legais. Ao contrário, ela é fruto de trabalho, dedicação e competência das brasileiras que foram conquistando seus passos e espaços à custa de suor.

O Brasil tem adotado legislações modernas no que tange à redução das desigualdades. São exemplos a licença maternidade, sua recente ampliação para mães adotivas, cotas para pleitos de maneira geral e também a aprovação e implantação da Lei Maria da Penha.Lei, que vem mudando o Brasil culturalmente, e pela qual tanto nos empenhamos até torná-la realidade.

Foi uma conquista e tanto para começar a encerrar um dos capítulos mais tristes da vida nacional, a violência contra a mulher. O ritmo das agressões era aterrador: a cada 15 segundos um mulher agredida; um em cada 5 dias de falta ao trabalho era motivado pela violência doméstica e, por fim, na América Latina e Caribe a violência atingindo entre 25% e 50% das mulheres.

No Brasil - os dados do Ministério da Saúde incomodavam - esse tipo de brutalidade vinha aumentando. Eram mais de 10 mil mulheres agredidas todos os anos. Em Alagoas, meu estado, infelizmente, eram 160 ocorrências mensalmente.

E a tragédia maior: Na maioria dos casos o agressor é o parceiro da vítima. Um cenário vergonhoso, que não podia mais ser ignorado pela legislação. A Lei Maria da Penha reforçou as medidas de repressão à violência doméstica e consagrou avanços. Hoje a luta é para que o silêncio seja rompido e que as mulheres denunciem seus agressores sem medo. O poder público também está atrasado: apenas 304 municípios cotam com Delegacias especializadas no atendimento a mulher. É ainda número Pífio.

Quando tive a honra de comandar o Ministério da Justiça adotei uma série de políticas de valorização da mulher, do papel do Conselho dos Direitos da Mulheres, e, principalmente, em ações para combater o tráfico internacional de mulheres. Fui pessoalmente a Israel repatriar 9 cidadãs brasileiras que eram exploradas por redes internacionais de prostituição e, infelizmente, todos se recordam, uma brasileira veio a falecer.

As principais agressões contra a mulher já são tipificadas e para os quais fizemos e faremos tantas legislações quanto necessárias. Mas há um inimigo sorrateiro, igualmente perigoso e silencioso, a discriminação.

O preconceito no trabalho, a discriminação salarial, na hierarquia de comando, na ascensão funcional. Ainda nos deparamos com disparidades salariais absurdas entre homens e mulheres. Dados divulgados ontem pelo IBGE mostram ainda uma realidade anacrônica. As mulheres continuam, estudando mais, trabalhando mais e ganhando menos que os homens.

As mulheres recebem 72% das remunerações que são pagas aos homens pelo mesmo trabalho. Este percentual era ainda menor em 2003, e elas percebiam 70% dos que era pago ao sexo masculino.

Os dados da Organização Internacional reforçam o discriminação inadmissível. As mulheres têm uma carga semanal de trabalho 57 horas, incluindo trabalho formal e afazeres domésticos, contra 52 horas de jornada masculina. Sem dúvida uma discriminação intolerável em pleno século 21.

Outra assimetria flagrante é a discriminação no poder político. Na última eleição brasileira, em 2008, tivemos uma evidência desse desvio. As mulheres representavam 51,7% do eleitorado, mas o percentual de candidatas a prefeitas, vice e vereadoras chegou a 21,27% e apenas 9,08% foram eleitas.

Meu estado Alagoas elegeu, proporcionalmente, o maior número de prefeitas do Brasil, foram 19 eleitas representando 18,7% do total de cidades alagoanas. Esse sem dúvida é um fato a ressaltar.

A democracia depende da participação de todos, de igualdade para todos. E a luta das mulheres tem derrubado as barreiras impostas pelo sistema. Uma indignidade histórica refletida na advertência de um célebre pensador francês, segundo a qual alguns agredem com os punhos e outros com as leis. Temos de abolir tanto um quanto outro.

Objeto de uma discussão superficial, a fixação de cotas para candidatas é uma das experiências mais atuais e interessantes da democracia, porque enfrentam e questionam o relativo isolamento da arena política em relação às injustiças sociais. A legislação brasileira é acanhada por não avançar para a reserva de cadeiras no parlamento.

Nas eleições deste ano, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo, mecanismo que antes funcionava como simples reserva.

Vale lembrar que nas eleições de 1998 o percentual era de 25% dos candidatos que cada partido ou coligação pudesse registrar.

O PMDB o partido que tenho a honra de liderar no Senado Federal ajuda a promover a participação das mulheres do cenário político-partidário. Temos um núcleo importante, o PMDB Mulher, cuja Convenção Nacional acontecerá no dia 20 de março.

Aliás, o PMDB foi o partido que mais escolheu e apresentou candidatas mulheres em 2008: Foram 298 candidatas a prefeita e 8.498 candidaturas a vereadora.

O PMDB, até agora, recentemente, tinha como presidente em exercício nossa querida deputada Iris Araújo. Temos de avançar e tornar a participação da mulher no centro das decisões uma realidade, não mais retórica uma retórica anual. A melhor homenagem que podemos fazer, legisladores, homens públicos, executivos, dirigentes privados, é dividirmos o espaço decisório com as mulheres e abolirmos discriminações retrógradas e obscenas. Estaremos em situação de equilíbrio quando não precisarmos mais de datas para reconhecermos a igualdade entre homens e mulheres.

O mundo e, particularmente, América Latina já ecoam estas mudanças.

Temos uma primeira-ministra eleita na Alemanha, o primeiro Oscar de direção para uma mulher, a primeira-ministra chilena, Michele Bachelet, que infelizmente faz sua transição em meio a uma tragédia com a qual nos solidarizamos, e a presidente da Argentina Cristina Kirchner.

O Presidente Lula, depois de promover uma revolução sócio-econômica, inovou mais uma vez e escolheu para sucedê-lo uma mulher, a ministra Dilma Rousseff, cujo talento competência são reconhecidos até pelos adversários.

Gostaria de encerrar, senhoras e senhores presentes, antecipando os tópicos do projeto que estou apresentando no sentido de aperfeiçoar mecanismos legais em prol das mulheres:

A lei Maria da Penha assegura às mulheres o afastamento de seis meses do trabalho – sem prejuízo dos salários - quando elas estão em situação de violência doméstica. O projeto inova para assegurar a estabilidade por 1 ano, após o retorno ao trabalho;

A licença maternidade nos casos de adoção de criança de até 01 ano é de 120 dias. O projeto amplia para 180 dias.

Para amamentar filho até que ele complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um. O projeto inova, estabelecendo o benefício até que a criança complete 1 ano de idade. E amplia para 3 os descansos especiais de meia hora.

O projeto introduz no Estatuto da Criança e do Adolescente o direito da mãe ou responsável a 07 (sete) dias por ano para acompanhamento de criança ou adolescente com deficiência, sem prejuízo da remuneração ou dos direitos previdenciários.

Inclui também no Estatuto da Criança e do Adolescente o direito para mãe ou responsável, por criança ou adolescente, a 01 (um) dia por mês para participar de reunião escolar, que deverá ser comprovada por documento emitido pela respectiva instituição educacional.

O auxílio-creche é hoje regulado por portaria do Ministério do Trabalho. O projeto traz o tema para o nível de lei fortalecendo o benefício. Além disso, estende o direito ao viúvo ou responsável pela criança.

Possibilita a dedução do imposto de renda para as despesas com o auxílio creche.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, “Uma mulher que tinha pressa.

E que, apesar da pressa, carregava de empenho o que fazia.

Empenho, entusiasmo, amor.

Fani Lerner começou cedo sua obra.

Primeiro, precisou conciliar os estudos com o trabalho nos balcões de “A Moderna”, a loja de roupas femininas, que a mãe, viúva com apenas 34 anos, abrira com apoio dos irmãos para poder sustentar as duas filhas.

Fani tinha só quatro anos quando o pai morreu.

Judeus poloneses que chegaram ao Brasil fugindo das perseguições nazistas, os pais viam no comércio uma das poucas possibilidades de sobrevivência, como já faziam outras famílias vindas nas mesmas condições.

Mas o comércio logo cedeu lugar à verdadeira vocação: o trabalho com crianças.

É assim que, aos 18 anos, já era professora concursada, todos os dias à bordo de um ônibus para alcançar uma escola de periferia.

Aos 26, já mãe de duas meninas, torna-se a Primeira Dama de Curitiba.

O marido, o arquiteto Jaime Lerner, então com apenas 33 anos, iniciava ali uma profunda transformação da cidade, que o projetaria como um dos maiores urbanistas do mundo e um dos brasileiros mais respeitados no exterior.

Fani logo avisou que Primeira Dama não era profissão e que, aos ritos solenes do poder, preferia voltar-se às crianças, sobretudo às mais carentes, como as da vila onde lecionara anos antes.

Era o ano de 1 971 e Curitiba, a exemplo da maioria das capitais e das grandes cidades, sofria o

impacto do êxodo rural que marcou o Brasil daqueles anos e que até hoje se projeta nas carências das grandes periferias.

A jovem mãe e educadora então se envolveu com a assistência social e começou a semear um trabalho modelar que, anos mais tarde, se estenderia por todo o Estado do Paraná.

Creches e programas voltados à criança, ao adolescente e à família marcaram a partir dali a sua vida.

Nos 38 anos seguintes, tendo o marido assumido por mais duas vezes a Prefeitura da capital e, por duas vezes o Governo do Paraná, Fani Lerner comandou a implantação quase 700 creches: 170 delas em Curitiba, as demais no interior do Estado.

O levantamento é de amigas que trabalharam com ela, pois Fani nunca parava para contar os feitos de ontem, sempre mais interessada no próximo projeto.

Foi com este entusiasmo que, em 1 989, criou o Vale Creche, pelo qual as empresas compram vagas para os filhos de seus funcionários nas creches próximas de suas moradias.

“Da Rua para a Escola”, “Programa para a Infância e Adolescência” o projeto Piá, que no Sul é sinônimo de garoto também fazem parte do glossário do trabalho de Fani Lerner.

Milhares de crianças de Curitiba e de cada uma das 399 cidades do Paraná se beneficiaram destes programas, garantindo um futuro mais promissor.

Fani tinha pressa.

la logo à essência, não permitindo que a teoria – tão comum nas questões sociais e freqüentemente tão paralisante - inviabilizasse o que ela enxergava com a clareza de mãe e educadora.

Com essência e simplicidade chegou tão longe.

Mas havia também a simpatia, que cativava e arrengimentava sempre mais voluntárias para o trabalho.

Pela seriedade do trabalho, pela discrição, pela elegância da simplicidade, Fani se impôs como a pessoa boa, devotada à causa humana, que angariou o respeito de todos, pairando acima das disputadas políticas.

Uma liderança suave, que se impunha pelo exemplo e contagiava pelo entusiasmo.

Quando a doença a surpreendeu, ela tinha apenas 50 anos.

Em vez de abater-se, redobrou o trabalho.

E lutou por mais 14 anos, intercalando internações, cirurgias e o sempre pesado tratamento com o renovado exemplo da fé na renovação.

Em 2003 foi a ganhadora do prêmio Kellogg's, entregue em Columbus, Ohio, uma espécie de prêmio

Nobel em reconhecimento aos que fazem muito pela infância ao redor do mundo.

O dinheiro do prêmio ela logo converteu em novo projeto, um centro de estimulação infantil voltado à crianças de três a 14 anos, que terão acesso gratuito.

Essa era a Fani Lerner que nos deixou em maio passado.

Um fabulosa empreendedora social, que nos lega um valioso exemplo e também um alerta acerca do quanto ainda devemos, em todo o País, à infância.

Respeitar a infância, investir nela.

É o que nos ensina o trabalho de Fani.

Como ela gostava de lembrar, nada mais define o futuro de uma Nação que o cuidados dispensado às crianças.

Certamente por isso ela tinha tanta pressa.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, hoje, nesta Sessão Especial do Congresso em homenagem às Mulheres quero homenagear aqui aquelas que são feitas de ingredientes especiais, que são uma mistura de amor, inteligência, capacidade, altruísmo, doação, abnegação, sensibilidade.

Quero homenagear aquelas que são feitas de coração e sentimento: as mulheres.

Temos humildade para reconhecer que não sabemos ser como vocês: fortes e sensíveis ao mesmo tempo. Pessoas que mesmo ao chorar transmitem segurança.

Mesmo indefesas, buscam forças misteriosas e se reerguem.

Nunca entendemos isso. Talvez, tal como sugeriu a estadista Meir, precisássemos aprender a chorar mais. Segundo ela “quem não sabe chorar de todo coração, também não sabe rir”.

Nós sabemos que vocês são nossos braços direito e esquerdo, sejam vocês mães, esposas, filhas, amigas, parceiras. São aquelas com as quais podemos sempre contar, as parceiras nas lutas mais árduas.

Obrigado por nos ensinarem a amar mesmo antes de chegarmos a esse mundo. Afinal, vocês mulheres dedicam especial atenção e amor a seus filhos, sejam eles biológicos ou não. Criados por vocês ou não.

O amor é tão grande que nos faz ver que podemos sentir o mesmo. Prova-nos que é possível se doar a pessoas e causas. E, não tenho medo de dizer que se lutamos por igualdade e justiça, foi com vocês que aprendemos parte desse amor pela vida.

Uma frase dita por Elis Regina pode ilustrar o que quero dizer. Certa vez ela falou que não tinha tempo de fazer vibrar “outra bandeira que não fosse

a da compreensão, do encontro e do entendimento entre as pessoas”.

Mulheres são, em sua natureza, assim.

Sra.s e Srs. Senadores, esse amor incondicional que vemos nas mulheres deve servir de exemplo para cada um de nós sempre. Deve guiar nosso dia a dia.

Deve servir de base para nossas decisões, inclusive no que diz respeito a elas.

Não pretendo citar números sobre a participação da mulher na sociedade. Mas não posso deixar de tocar em alguns pontos.

Senhor presidente,

Sabemos que muitas mulheres, ao longo dos anos, já galgaram diversos degraus e hoje se encontram em patamares iguais ou mais altos que alguns homens nas mais diversas áreas.

Porém, a participação da mulher no mercado de trabalho ainda está aquém do que poderia ser.

Além disso, são freqüentes e comuns os casos em que mulheres ocupam cargos e funções semelhantes aos de homens, mas, mesmo assim, recebem salários mais baixos.

Foi por essa disparidade que no início do mês a ONU reivindicou à comunidade internacional ações concretas para derrubar as barreiras e erradicar as condutas que atrapalham o progresso rumo à igualdade de gêneros e impedem o pleno desenvolvimento dos direitos da mulher.

Por isso também é importante aprovarmos a ratificação no Brasil da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à relação de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

É preciso reconhecer que deve ser dado às mulheres a chance de exercerem sua plena capacidade e cidadania. E, destaque-se, com um olhar atento à sua rotina.

Afinal, não podemos fundir a emancipação feminina com a realidade masculina. Nós, homens, temos muitas atribuições e muitas delas são duras.

Porém, os papéis desenvolvidos são diferentes.

Estaríamos mentindo se dissessemos que todos nós, ao sair de nossos empregos, chegamos a casa, fazemos almoço para o dia seguinte, cuidamos das crianças, vamos ao supermercado, colocamos a roupa para lavar, escutamos sobre problemas de amigos e coisas assim.

Nós até podemos fazer isso uma vez ou outra, mas as mulheres têm isso como rotina. Por isso, nada mais justo que tenham direitos iguais aos nossos, mas com um olhar atento às especificidades.

Devemos lembrar que hoje em dia a maioria não tem apenas uma dupla jornada, mas sim tripla.

E, a sociedade exige delas que façam tudo isso com um sorriso no rosto, belas e felizes, mesmo que nem sempre se sintam ou estejam assim.

Senhoras e senhores senadores,

Nosso reconhecimento deve passar pela luta para termos mais mulheres em áreas importantes de nossa sociedade.

Felizmente muitas estão em postos que eram comuns aos homens. São motoristas, açougueiras, engenheiras, técnicas em informática, mestre de obras, secretárias de estado, presidentes de Nações.

E, aí chegamos a um ponto importante: a política. Nossas jovens precisam olhar para si, para sua realidade e se ver representadas nas esferas de Poder.

Como disse a escritora Margarete Drabble, “quando nada é certo, tudo é possível”.

Sr. Presidente, se olharmos aqui no Senado, por exemplo, veremos que são poucas as senadoras que nos acompanham nessa jornada.

E, é preciso que se diga, elas dão um toque especial a nosso trabalho. Mostram-nos facetas de determinadas matérias que nem sempre são percebidas por nós.

Por isso, é importante que tenhamos mais mulheres no meio político.

Senhoras e senhores senadores, sabemos que muitas já são responsáveis por suas famílias. Elas, com garra e determinação, não têm medo da luta. Talvez porque enfrentem batalhas diariamente.

Por isso, muito obrigado por terem essa facilidade de amar, brigar por seus direitos e pelos nossos.

Sr. Presidente, quero pedir uma atenção especial às meninas, adolescentes e jovens mulheres.

É preciso que dentro de nossas casas mudemos a nossa forma de pensar, pois ainda existe em nossa sociedade uma visão machista que faz com que os pais acreditem que as meninas devam ser responsáveis por seus futuros, por sua qualificação, mas que também cuidem dos irmãos e aprendam afazeres domésticos.

Uma visão que faz com que os pais não tenham essa mesma postura em relação aos filhos homens.

Nossa sociedade julga, por exemplo, o comportamento feminino no que diz respeito aos relacionamentos de trabalho e amorosos. Se uma jovem sai com as amigas e tem namorados, ela é mal vista. Se conquista um alto posto no mercado de trabalho, as piadinhas sempre a acompanham. Mas, quando um homem está nessas posições, as ações são motivos de orgulho.

E isso acontece em todos os lares, de uma forma mais ou menos acentuada. Seja em uma comunidade

mais humilde ou nas casas mais ricas, o pensamento é o mesmo.

O preconceito contra a mulher não tem distinção de classe social.

E é esse preconceito, enraizado em nossa sociedade que as jovens enfrentam e depois seguem enfrentando durante suas vidas.

Por isso, senhoras e senhores senadores, gostaria que tivéssemos um olhar mais atento à vida de nossas meninas, adolescentes e jovens.

Um olhar carinhoso na luta em que travam para estudar, para serem respeitadas enquanto mulheres, para entrarem no mercado de trabalho em condições iguais às dos homens.

Um olhar que observe e busque formas de estancar a violência psicológica e física a que muitas estão sujeitas.

Precisamos investir cada vez mais em campanhas de esclarecimento para que as mulheres façam valer a Lei Maria da Penha. Infelizmente somente 40% das mulheres denunciam a violência, 60% sofrem caladas.

Sr. Presidente, eu, que combatoo tanto as discriminações, não posso deixar de me erguer contra a discriminação que há, quando falamos de gênero.

Olhar para nossas mulheres, e em especial para nossas jovens, deve ser uma ação diária.

Um exemplo que posso citar aqui, é quando falamos em escolas técnicas. Muitos ainda ligam esse tipo de qualificação apenas aos homens.

Isso está errado. As mulheres podem e estão em todos os campos do conhecimento. E querem ser reconhecidas como profissionais capazes que são.

É fundamental que este dia sirva para olharmos para as mulheres brasileiras e para nossas jovens. E, com o sentimento de justiça e igualdade, aprovemos a PEC da Juventude.

É preciso garantir, cada vez mais direitos aos nossos jovens, afinal está na mão deles o nosso futuro. Nós estamos aqui tratando do futuro de meninas e meninos.

Em meu gabinete, a maioria de meus assessores são mulheres e não tenho dúvidas do comprometimento que têm com o nosso trabalho, da capacidade de cada uma.

São pessoas que emprestam sua sensibilidade a nosso trabalho.

Sr. Presidente, desejo que esse amor incondicional que as mulheres são capazes de oferecer, que a facilidade em perdoar, em ouvir, possa ser a realidade de todos nós um dia.

Espero que possamos aprender isso com vocês. E o início do aprendizado passa pela derrubada dos preconceitos.

Gostaria que mais homens enfrentassem com a mesma coragem feminina as situações que mulheres enfrentam. Talvez muitos não consigam se levantar com tanta facilidade.

É preciso reconhecer que, as mulheres são lideranças natas. Basta olharmos em nossas casas, apesar de muitos nos considerarmos os homens das casas, são as mães, as esposas, quem, de fato, comandam, mesmo que dividam esse posto conosco. Em geral, somos os co-pilotos.

Na maioria dos lares, o porto seguro de filhos é a mãe. Não desmerecendo a importância dos pais, fundamentais, mas são as mulheres que tem mais paciência para ouvir, para aconselhar e que acabam sendo procuradas na hora do aperto.

Por isso, não é correto dizermos que elas são o sexo frágil. Elas são fortes. Diria mesmo que são verdadeiras fortalezas.

Como tão bem traduziu Cecília Meirelles: “Aprendi com as primaveras a me deixar cortar e voltar inteira”.

Assim como as flores, as mulheres são podadas, mas fazem da dor a sua força e essa força é imbatível.

Por isso, agradeço, aqui, a todas as mulheres que participaram de minha vida de uma forma ou outra. Minhas avós, minha mãe, minha esposa, minhas filhas, minhas netas, minhas amigas.

Agradeço a vocês que mesmo sem me conhecer, encontram-me e me deixam ver, através de seus olhos, que confiam em mim para lutar por vocês aqui no Congresso Nacional.

Obrigado a todas vocês por nos mostrar, desde crianças, que mesmo as coisas mais difíceis e assombrosas são fáceis de ser transpostas, basta que o dia amanheça.

Finalizo com a frase da física Marie Curie: “Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais, para temer menos”.

Deixo aqui também uma poesia que meu assessor, Luciano Ambrósio, deficiente visual, fez em homenagem às mulheres:

Sensibilidade
Há um olhar diferente
O olhar da sensibilidade
Do carinho
Da compreensão
O olhar da esperança
Da docura
Do sonho
Da força que cria
Que transforma
Um olhar que ausculta

*E que sente
O olhar da alma
Da poesia
Da mulher!*

Era o que tinha a dizer.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Exm^a Ministra Chefe da Casa Civil, Sr^a Dilma Rousseff, Exm^a Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Nilcêia Freire.

O Dia Internacional da Mulher lembra uma data muito triste. Neste dia, em 1857, no final do século dezenove, na cidade de Nova York, a sociedade masculina e machista cometeu seu derradeiro ato sob o signo da impunidade, antes que a sociedade dissesse um “basta”!

Nesta data, centenas de mulheres, manifestantes em uma greve por melhores salários e condições de trabalho, foram trancadas na fábrica onde trabalhavam. Os proprietários da fábrica, juntamente com forças policiais, na tentativa de sufocar o movimento, trancaram-na e em seguida atearam fogo no local.

Um ato extremamente cruel.

As operárias lutavam por um salário maior, posto que recebiam menos de um terço do salário dos homens, que tinham as mesmas funções. Elas batinhavam também por uma redução da jornada de trabalho, que era de 16 horas diárias... Elas pediam 10 horas diárias!

O mundo vivia sob o insano regime da revolução industrial e os direitos humanos, os direitos das pessoas, eram menores que os direitos que as máquinas, recém inventadas, tinham. Ou seja, havia uma preocupação com caldeiras, motores, polias, maior do que existia com pessoas. Estamos falando de uma época em que era visto com naturalidade crianças órfãs serem utilizadas em trabalhos braçais, guerras e até mesmo em pesquisas científicas como da inoculação da varíola.

Um mundo bruto que não se dobrava ante as suas próprias crueldades.

O evento de 8 de março de 1857 pode ser considerado um marco. Um divisor de águas que mostra a reação da sociedade organizada ante os desrespeitos aviltantes contra os direitos humanos. A partir dessa data, uma nova consciência foi ganhando vulto, gerando manifestações em defesa da emancipação da mulher, em defesa da ocupação de seu espaço como uma personagem politicamente atuante dentro da sociedade.

Vitórias foram testemunhadas ao longo do século 20, como a conquista do direito ao voto, ao direito

de ser votada; conquistas de espaço no mercado de trabalho, na moda, nos costumes.

Foram vitórias que, no entanto, não tiveram um alinhamento global. Algumas regiões do planeta convivem, até hoje, com sistemas machistas arcaicos, nos quais as mulheres ainda sub-existentem como cidadãs de segunda categoria.

O mundo atual execra esse tipo de situação e exige, dentro das características de cada cultura, que novos caminhos sejam tomados. Novas modalidades de coexistência pacífica entre os sexos sejam adotadas em nome do desenvolvimento social humanitário, em uma escala global.

Desde o dia 8 de março de 1857 até o dia 8 de março de 2010, muito tempo passou. Muitas evoluções foram comemoradas, mas a batalha feminina em busca de igualdade ainda não chegou ao final. Convivemos hoje com a presença de mulheres em posições de destaque dentro de nossa sociedade e vemos mulheres atuando como executivas, líderes nacionais, presidentes até. Mas também testemunhamos, no nosso dia a dia, mulheres ainda lutando para ter o direito a receber salários iguais aos seus congêneres masculinos. Vemos mulheres dando duro em jornadas dobradas, trabalhando fora e, ao chegar em casa, não poder contar com o apoio de seus maridos na lida, nos afazeres domésticos, na labuta diária da cozinha, das roupas no tanque ou do auxílio nas tarefas de casa dos filhos.

Isso ainda existe...

Como ainda existe a violência doméstica, praticada por parceiros, maridos e namorados que, na contramão da história, ainda crêem numa superioridade baseada na força física, na vileza e nos baixos princípios morais.

Não há mais espaço para isso dentro de nossa sociedade. Não existe lugar para isso dentro de sociedade alguma neste planeta.

Temos espaço, isso sim, para exemplos como os que o Senado Federal agracia hoje com o Prêmio Mulher Cidadã Bertha Lutz. Exemplos de raça, de determinação, de graça, de inventividade, de competência e de obstinação na luta pelos direitos femininos.

Serão homenageadas hoje as senhoras Leci Brandão da Silva, cantora, compositora e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica e presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modacon); Cleuza Pereira do Nascimento, ex-prefeita de Salgueiro (PE); Andréa Maciel Pachá, conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a engenheira Clara Perelberg Steinberg.

Recebem também, hoje, as homenagens dessa casa, Maria Lygia de Borges Garcia, escritora e criadora do centro de reabilitação Fundação Dom Aquino Correa (MT) e "In Memoriam", Fani Lerner, falecida aos 63 anos. Fani Lerner foi a primeira Latino-Americana a vencer o Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, fato ocorrido em 2003, a mais importante premiação do mundo na área de ação social voltada à criança.

Gostaria de citar alguns destaques de cada uma das homenageadas com o Prêmio Mulher Cidadã Bertha Lutz. Começo com a compositora Leci Brandão, conhecida em todo o Brasil pelo seu trabalho associado ao samba, seja como profissional da música com uma carreira de 40 anos, seja como comentarista.

Leci destaca-se na defesa da igualdade social, atuando desde 2003 no Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão vinculado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal. Antes disso, Leci Brandão sempre emprestou seu talento musical em defesa de minorias, mesmo quando isso acarretou em prejuízo à sua carreira artística.

A engenheira Clara Steinberg, vice-presidente das empresas do grupo Servenco, sempre dedicou-se à questão da qualidade de vida nas grandes cidades. Ela apóia cultural e financeiramente diversas entidades envolvidas com objetivos sociais e educacionais, tais como: Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher; ORT – Instituto de Tecnologia; e Centro Comunitário da Rua Um, na Favela da Rocinha.

A senhora Clara Steinberg já recebeu a Medalha de Mérito Pedro Ernesto, outorgada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e é autora de artigos e trabalhos nas áreas de Engenharia, Habitação, Educação, Recreação.

Do sertão do Pernambuco vem a indicação da professora Cleusa Nascimento, pela sua atuação na área da política, educação e trabalho social. Cleusa foi uma pioneira da política do Pernambuco, tornando-se prefeita (por três mandatos) da cidade de Salgueiro. Graças ao seu trabalho na administração pública, Cleusa Nascimento recebeu diversos prêmios, como a Medalha Paulo Freire e o Prêmio Prefeito Empreendedor, concedido pelo Sebrae.

Cleusa Nascimento coordena hoje o "Programa Mãe Coruja" – desafio do governo do Estado de Pernambuco em reduzir a mortalidade infantil e materna, elevando a qualidade de vida.

A médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda também é uma das premiadas hoje, aqui nesta sessão solene, pelo seu trabalho junto a diversas entidades

no Ceará, como Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Ceará; Centro Socorro Abreu; União da Juventude Socialista - Seção Ceará; Associação dos Moradores do Bairro Dias Macedo; Conselho Comunitário de Defesa Social do João XXIII; Associação dos Moradores do Parque São José; Associação Comunitária Beira Rio; e Associação Beneficente Ideal.

Sua indicação ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz se dá por conta de sua militância na medicina, questões feministas e sociais, ao longo de uma carreira cinqüenta anos de relevantes serviços. Maria Augusta Tibiriçá Miranda teve ainda intensa participação no cenário político brasileiro, desde a metade do século passado até hoje, culminando suas ações em eventos importantíssimos como a criação do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), e até mesmo da criação e implantação da Petrobras.

A eminente médica ainda traz no currículo a luta contra o regime de ditatorial de 1964, na qual chegou a ser presa duas vezes pelas forças repressoras.

Encerrando a lista de premiadas, hoje, com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, temos a presença da senhora Andréa Maciel Pachá, juíza de Direito do Estado do Rio de Janeiro, professora universitária, palestrante e atuante na defesa dos direitos e interesses das mulheres e das crianças.

Um dos principais destaques da atuação de Andréa Maciel Pachá, que foi Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), merecedora do diploma entregue hoje nesta casa, é a sua militância na quebra do paradigma da violência doméstica, defendendo amplamente a Lei Maria da Penha, uma das grandes conquistas femininas nos últimos anos.

Tenho somente a parabenizar essas cinco mulheres de imenso valor, com muita fé de que elas continuem servindo de exemplo para as gerações atuais

e as vindouras. Sejam gerações de mulheres, sejam de homens, para que reconheçam a necessidade de um caráter aguerrido, determinado. Que reconheçam a importância dos senso de Justiça e de caridade, assim como o apego à competência e à honestidade dessas cinco mulheres, que representam, no final das contas, não apenas exceções.

Nada disso. O Brasil está repleto de mulheres valiosas como as senhoras Leci Brandão, Clara Steinberg, Cleusa Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Andréa Maciel Pachá. E tenho certeza de que é exatamente desta consciência que veio, que vem e que virá a força dessas cinco homenageadas para militar pela causa feminina.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Exm^a Primeira Dama Mariza Gomes, Exm^a Ministra Chefe da Casa Civil, senhora Dilma Rousseff.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Brasília, 10 de março de 2010

Exm^o Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Ex^a, em anexo proposta de recomendação do Parlamento do Mercosul no sentido da adoção e fomento, pelos órgãos competentes, de política integradas em relação à questão feminina, para que conste dos Anais da Sessão Solene do Congresso Nacional realizada no último dia 9 de março, no Plenário do Senado Federal, destinada à comemoração do Dia Internacional da Mulher e à entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz às cidadãs escolhidas.

Cordialmente, – Senador **Romeu Tuma**.

MERCOSUL/PARLAMENTO DO MERCOSUL
PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO Nº /2010

VISTO:

O art. 99 do Regimento sobre as propostas de declaração do Parlamento do Mercosul.

CONSIDERANDO:

Que na data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher o Parlamento do Mercosul deseja assinalar o papel e a dignidade da mulher, fomentar a consciência do seu valor, perceber o seu papel na sociedade, bem como contestar e rever preconceitos e limitações que lhe vêm sendo impostos.

A cultura patriarcal predominante nos países do Mercosul que, embora já demonstre consideráveis avanços em relação a muito de seus efeitos, ainda produz substancial desigualdade de tratamento entre homens e mulheres, tanto no plano sócio-econômico como familiar.

Que o estabelecimento da igualdade entre mulheres e homens na sociedade é questão de importância vital para o progresso humano e que, apesar dos esforços no sentido da outorga às mulheres da plena igualdade em relação aos homens, numerosos desafios ainda persistem.

Em todo o mundo, mulheres e homens aprendem falsos conceitos acerca de quem são, o que é a sua verdadeira natureza, e o que conduz à sua felicidade e realização. Sua nobreza inerente e potencial lhes é negada. A violência contra mulheres e meninas, que ocorre todos os dias, frequentemente da forma mais brutal, apresenta uma ameaça imediata a milhares delas e perpetua nos homens atitudes perniciosas e hábitos que são levados da família para o trabalho, à vida política e, em última análise, às relações internacionais. Resolver este urgente desafio não é somente uma questão de mudança de atitudes, mas também de estruturas que existem não apenas ao nível das leis, regulamentos e políticas, mas que são também de ordem social, cultural e mental.

VISTO:

A maior jornada de trabalho das mulheres, enquanto recebem em média 30% a menos do que os homens.

Que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela casa, pela família e pelo cuidado e educação dos filhos, mas permanecem distantes dos espaços de poder e decisão.

Que as mulheres representam 70% dos excluídos da Previdência Social, e são a maioria entre os desempregados. Que as mulheres são maioria absoluta no mercado informal e que a discriminação no mercado de trabalho reflete-se em outras práticas discriminatórias, como assédio moral e sexual.

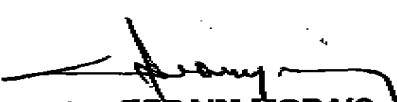
A necessidade de se eleger número equilibrado de mulheres e homens para o Parlamento do MERCOSUL, de forma a enriquecer a atuação desse órgão.

**O PARLAMENTO DO MERCOSUL RECOMENDA AO
CONSELHO DO MERCADO COMUM**

Art. 1º. O Conselho do Mercado Comum adotará e fomentará junto aos demais órgãos competentes políticas integradas em relação à questão feminina, que envolvam, entre outros, os seguintes pontos:

- a) Estabelecimento de indicadores de geração de emprego para as mulheres nos diversos setores da economia, tendo como objetivo a isonomia de salários, de oportunidades e de tratamento;
- b) Implementação de políticas afirmativas que coibam a discriminação de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual e deficiência nos espaços do trabalho e da sociedade;
- c) Garantia em lei da ampliação da licença maternidade e paternidade;
- d) Ampliação do número de vagas em creches públicas;
- e) Ampliação das políticas de combate à violência contra a mulher e estruturação das casas abrigo.
- f) Garantia do respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, como a livre escolha dos métodos de contracepção, acesso à informação e aos métodos de prevenção às DSTs e Aids;
- g) promover que os países do Mercosul tenham os recursos necessários para aplicação das políticas de gênero;
- h) aprofundar o debate sobre a paridade de gênero, a partir da proposta de cotas, incluindo as necessárias reformas constitucionais.
- i) por ocasião da adoção, por cada Estado Parte, de projeto de lei disposto sobre as eleições para o Parlamento do Mercosul, fomentar a inclusão, nas respectivas regras, de cota para mulheres.

Montevidéu, 8 de março de 2010


Parlamentar Efraim MORAIS


Parlamentar ROMEU TUMA

A SR^a PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerra-

da a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Téreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



Edição de hoje: 78 páginas

OS: 2010/11022